



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Caio Junior Auler

Desenvolvimento ou dominação? A atuação da USAID na Amazônia brasileira

Florianópolis

2026

Caio Junior Auler

Desenvolvimento ou dominação? A atuação da USAID na Amazônia brasileira

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Camila Feix Vidal, Dra.

Florianópolis

2026

Auler, Caio Junior

Desenvolvimento ou dominação? : A atuação da USAID na Amazônia brasileira / Caio Junior Auler ; orientadora, Camila Feix Vidal, 2026.

160 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. USAID. 3. Amazônia. 4. Hegemonia. 5. Capitalismo Verde. I. Vidal, Camila Feix. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Caio Junior Auler

Desenvolvimento ou dominação? A atuação da USAID na Amazônia brasileira

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 23 de fevereiro de 2026, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Rafael Rossotto Ioris, Dr.

Instituição: Departamento de História - Universidade de Denver

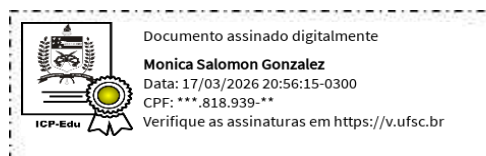
Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Universidade Federal de Santa Catarina

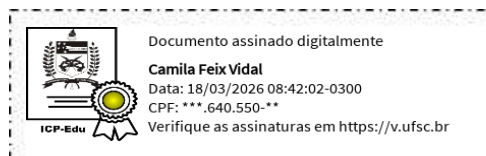
Bruno Barbosa, Me.

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Profa. Camila Feix Vidal, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2026.

À minha avó, Ilse, in memoriam.
Obrigado por me instigar a buscar saber.

AGRADECIMENTOS

Tão difícil quanto a construção e redação da dissertação é a escrita dos agradecimentos àqueles e àquelas que foram, de alguma forma, importantes a este empreendimento. Não obstante, existe um conjunto especial de pessoas sem as quais nem mesmo a ideia desta pesquisa teria vindo ao mundo.

Por isso, gostaria de agradecer, primeiro, à minha orientadora no universo acadêmico e intelectual, a Profa. Dra. Camila Feix Vidal, por acreditar no projeto, pelas importantes contribuições e por iluminar o caminho. Sua presença foi a certeza de uma formação sólida e crítica. Aqui, agradeço também aos estimados professores que aceitaram compor a banca de avaliação, Prof. Dr. Rafael Rossotto Ioris, Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques e Bruno Barbosa. Se este trabalho possui alguma solidez, isso se deve às imprescindíveis correções de rumos de vocês.

Como agradecimentos institucionais destaco, primeiro, a Universidade Federal de Santa Catarina, que foi minha segunda casa durante o Mestrado em Relações Internacionais e cujo corpo docente e discente produz muito com pouco. Agradeço, também, à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) pelo apoio financeiro, que me propiciou as condições materiais para a realização deste estudo e para o início da minha trajetória enquanto pesquisador.

Aos meus pais, Ademir e Adriani, não há qualquer conjunto de palavras capaz de expressar a gratidão pelo apoio incondicional prestado a mim. Obrigado, primeiro, pelo suporte emocional e financeiro e, também, por serem os meus espectadores mais entusiasmados. Aos meus quatro avós, Ilse, Ari, Ekonio e Alzena – os três primeiros já em outro plano –, dedico a vocês este trabalho. *Ich liebe euch alle.*

Aos meus demais familiares, dentre eles irmãos e irmã, tias, tios, dindas, dindos, primas e primos: cada um sabe o quanto sou grato pelo apoio, pelo incentivo e pela creditação de sempre. Vocês foram e serão, sempre, essenciais.

À minha parceira de vida, Amanda, obrigado por estar sempre na primeira fileira. Agradeço imensamente pela presença mesmo em meio à distância, pelo amor, pelo carinho e pela escuta ativa não só em função desta pesquisa, mas da minha escolha de vida como um todo. Sua presença e seu companheirismo são incomensuráveis.

Aos meus amigos dos diversos pontos geográficos nos quais transitei até aqui. Àqueles que fiz no Vale do Taquari, aos que fiz em Pelotas, a cidade da minha graduação e, portanto, dos primeiros passos acadêmicos, e aos que tem me acompanhado em Florianópolis:

obrigado pela amizade e por abrilhantar essa jornada. Aqui, faço uma menção especial ao Lucas, que na condição de amigo e colega de programa, compartilhou a rotina acadêmica comigo e ouviu inúmeras vezes sobre os caminhos e descaminhos da pesquisa.

Por fim, mas de maneira nenhuma menos importante, agradeço e celebro aqui a existência da minha gatinha Hannah, que foi quem mais passou tempo ao meu lado durante a escrita desta pesquisa. Obrigado, Hanninha, por ser meu esteio emocional mesmo sem saber disso.

A ciência é um esforço coletivo e coletivos devem ser, também, os seus resultados. Por isso, encerro agradecendo a todos aqueles e aquelas que a minha trajetória atravessaram e que, ao levarem um pouco de mim, deixaram um pouco de si.

“[...] uma ciência social que não consegue identificar quem, em última análise, age para impor sua vontade contra aqueles que resistem a ela, permanece abstrata” (Kees van der Pijl, 2012, p. xvi-xvii – tradução própria).

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é analisar a atuação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês) na Amazônia brasileira como instrumento da política externa dos Estados Unidos (EUA). Partindo da compreensão teórica de que a chamada cooperação internacional não constitui prática neutra ou essencialmente técnica, este trabalho mobiliza um referencial teórico ancorado nas contribuições acerca do fenômeno do imperialismo e na tradição gramsciana e neogramsciana nas Relações Internacionais (RI), com ênfase na categoria de hegemonia, na noção de bloco histórico e no aspecto da construção do consenso. Em função disso, a pesquisa busca compreender de que forma os projetos ambientais da USAID na região amazônica, estruturados pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, funcionam como não outra coisa senão mecanismos de inserção de interesses econômicos e geopolíticos específicos, em especial estadunidenses, no bioma Amazônia. A investigação articula, então, três movimentos analíticos que se complementam: em primeiro lugar, faz-se a análise das bases teóricas do imperialismo e do capitalismo verde como um rearranjo ideológico/material daquilo que entende-se como a classe dominante transnacional; em segundo, propõe-se um resgate histórico da presença estadunidense na Amazônia e da trajetória da própria USAID no Brasil, evidenciando a transição de uma agenda anticomunista, no âmbito da Guerra Fria, para uma ofensiva ambiental no pós-Guerra Fria; e, por fim, empreende-se o mapeamento dos projetos ambientais financiados pela agência no na Amazônia entre 2003 e 2024. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combina revisão bibliográfica, análise documental e realiza a construção de uma base de dados própria, cujas informações foram trabalhadas por meio de Análise de Redes Sociais (ARS). Realizada por meio do software Gephi, a ARS foi empregada para fins de identificação dos parceiros institucionais, do fluxo de recursos e padrões de articulação que conformam a rede transnacional estruturada em torno da USAID. Os resultados indicam que a agência estadunidense ocupa posição estrutural central na rede analisada, apresentando 42 ligações diretas na base de dados construída, o que a configura como o principal nó articulador do arranjo institucional que a circunda porção brasileira da Amazônia. A visualização e mensuração dos indicadores de centralidade no Gephi atestam sua elevada capacidade de coordenação de atores múltiplos – sejam eles públicos, privados ou filantrópicos – bem como seu papel ativo na definição de agendas (via editais), na distribuição de recursos (aprovados pelo Congresso dos EUA) e na conformação de prioridades de intervenção no bioma. Longe de representar um conjunto desconexo de iniciativas ambientais, a rede revela, antes disso, um bloco de interesses articulados, no qual a USAID funciona direta ou indiretamente como eixo organizador de parcerias estratégicas, intermediários financeiros e organizações especializadas, promovendo um modelo de governança ambiental ancorado em não outra coisa senão em lógicas de mercado e na financeirização das soluções climáticas – que aprofundam as dinâmicas de dependência e a própria subordinação da Amazônia às cadeias globais de valor.

Palavras-chave: USAID; Amazônia; hegemonia; capitalismo verde; imperialismo ecológico.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the presence of the United States Agency for International Development (USAID) in the Brazilian Amazon as an instrument of the United States (US) foreign policy. Starting from the theoretical understanding that the so-called international cooperation is not a neutral or technical practice, this work uses a theoretical framework anchored in contributions of the imperialism as a phenomenon and in the Gramscian and neo-Gramscian tradition in International Relations (IR), with emphasis on the category of hegemony, the notion of historical bloc, and the aspect of consensus building. Therefore, the research seeks to understand how USAID's environmental projects in the Amazon region, oriented by the paradigm of sustainable development, function as nothing more than mechanisms for introducing specific economic and geopolitical interests – especially those of the US – into the Amazon biome. The investigation then articulates three complementary analytical directions: firstly, it analyzes the theoretical bases of imperialism and green capitalism as an ideological and material rearrangement of the transnational ruling class; Secondly, this study proposes a historical overview of the US presence in the Amazon and the trajectory of USAID itself in Brazil, highlighting the transition from an anti-communist agenda during the Cold War to an environmental offensive in the post-Cold War era; and finally, it undertakes the mapping of environmental projects funded by the agency in the Amazon between 2003 and 2024. From a methodological point of view, the research applies bibliographic review, document analysis, and the construction of its own database, whose information was processed using the Social Network Analysis (SNA) methodologies. Using the Gephi software, SNA was employed to identify institutional partners, resource flows, and articulation patterns that shape this transnational network structured around USAID. The results founded here indicate that the US agency occupies a central structural position in the analyzed network, presenting 42 direct links in the constructed database, which configures it as the main articulating node of the institutional arrangement surrounding the Brazilian portion of the Amazon. The visualization and measurement of centrality indicators in Gephi attest to its high capacity in coordinating multiple actors – may they be public, private, or even philanthropic – as well as its own active role in defining agendas (via calls for proposals), distributing resources (that are approved by the US Congress), and shaping intervention priorities in the biome. Far from representing a disconnected set of environmental initiatives, the network reveals, rather, a bloc of precisely articulated interests, in which USAID functions directly or indirectly as an organizing axis for strategic partnerships, financial intermediaries, and specialized organizations, promoting an environmental governance model anchored in nothing other than market logics and the financialization of climate action – which, at the end of the day, deepen the dynamics of dependence and the very subordination of the Amazon to global value chains.

Keywords: USAID; Amazon; hegemony; green capitalism; ecological imperialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linhas de tendência sobre o envio de recursos da USAID para o Brasil, entre 2003 e 2024	111
Figura 2 – Quantidade de depósitos realizados pela USAID em projetos ambientais no Brasil entre 2003 a 2024 por parceiro de implementação	117
Figura 3 – Representação do volume de recursos da USAID recebidos pelos parceiros de implementação em projetos ambientais no Brasil entre 2003 e 2024	118
Figura 4 – Representação gráfica da rede de parceiros mobilizada pela USAID na Amazônia brasileira	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Iniciativas ambientais da USAID no Brasil durante o governo Biden (2021-2025)

130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empréstimos e subvenções financeiras dos EUA ao Brasil, entre 1962 a 1969 (em milhões de dólares americanos, com valores não ajustados pela inflação)	88
Tabela 2 – Ajuda econômica da USAID por país e ano (em porcentagem do total de ajuda para a América Latina por ano)	102
Tabela 3 – Envio de recursos da USAID para o Brasil, entre 2003 e 2024	110
Tabela 4 – Repasse de recursos da USAID em projetos ambientais no Brasil de 2003 a 2024 por parceiro de implementação (em milhões de dólares)	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agricultura de Baixo Carbono
ABCI	Amazon Basin Conservation Initiative
ACOSPER	Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará
ACT	Amazon Conservation Team
ARS	Análise de Redes Sociais
APEG	Área de Pesquisas Geológicas do Guamá
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRI	Belt and Road Initiative
BUILD	Biodiversity Understanding in Infrastructure and Landscape Development
CBFP	Congo Basin Forest Partnership
CGIAR	Grupo Consultivo para Pesquisa Agrícola Internacional
CI	Conservação Internacional
CIAT	International Center for Tropical Agriculture
CIPE	Center for International Private Enterprise
CNS	Cooperação Norte-Sul
CONTAP	Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CSF	Fundo de Estratégia de Conservação
CSS	Cooperação Sul-Sul
DES	Diretoria do Ensino Secundário
DFC	U.S. International Development Finance Corporation
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EPI	Economia Política Internacional
ESG	Environmental, Social and Governance
EUA	Estados Unidos da América
FED	Federal Reserve
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSH	Fundo de Sustentabilidade Hydro
GCC	Global Climate Coalition

GCP	Global Conservation Program
GEE	Gás de Efeito Estufa
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IAPA	Academia Interamericana de Polícia
IATP	Institute for Agriculture and Trade Policy
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICA	International Cooperation Administration
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IED	Investimento Externo Direto
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPE	Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IRI	International Republican Institute
ITT	International Telephone and Telegraph
LEAF	Lowering Emissions through Advancing Forest Finance
MCC	Millennium Challenge Corporation
MEC	Ministério da Educação
MRN	Mineração Rio do Norte
MSP	Parceria para a Segurança Mineral
NASA	National Aeronautics and Space Administration
NDI	National Democratic Institute
NED	National Endowment for Democracy
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Office of Public Safety
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCBA	Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia
PIN	Programa de Integração Nacional
PPA	Parceiros pela Amazônia
PPG-7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais
PSA	Projeto Saúde e Alegria
RDC	República Democrática do Congo

RI	Relações Internacionais
RIO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
SAR	Radar de Abertura Sintética
SbN	Soluções Baseadas na Natureza
SGM	Segunda Guerra Mundial
SPC&T	Subprograma de Ciência e Tecnologia
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Santarém
SUDENE	Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUNY	State University of New York
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UDN	União Democrática Nacional
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional
U.S. SOUTHCOM	Comando Sul dos EUA
WBCSD	World Business Council on Sustainable Development
WWF	World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. CAPÍTULO I: RUMO A UM IMPERIALISMO ECOLÓGICO? APORTES TEÓRICOS FUNDAMENTAIS.....	30
1.1. MARX E SEUS INTÉRPRETES: CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O NÃO-LUGAR DO MARXISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	30
1.2. O IMPERIALISMO COMO UM FENÔMENO PERMANENTE: DO VELHO AO NOVO	40
1.3. A ABORDAGEM GRAMSCIANA, AS BASES DA HEGEMONIA E O CAPITALISMO “VERDE”	53
2. CAPÍTULO II: UMA ASSIMETRIA DE DOIS SÉCULOS: AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS A PARTIR DA AMAZÔNIA.....	63
2.1. A FORMAÇÃO HISTÓRICA E AS BASES DA EXPANSÃO IMPERIALISTA DOS ESTADOS UNIDOS SOB A AMÉRICA LATINA.....	63
2.2. <i>MISSION CIVILISATRICE</i> E OS EUA NA AMAZÔNIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES.....	68
2.3. FORDLÂNDIA E A SOBREVIDA DO CICLO DA BORRACHA.....	71
2.4. A AMAZÔNIA DURANTE E DEPOIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	75
3. CAPÍTULO III: A USAID NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS.....	81
3.1. A ALIANÇA PARA O PROGRESSO E OS PRIMEIROS PASSOS DA USAID NO BRASIL.....	82
3.2. CASTELO BRANCO ABRE AS PORTAS DO BRASIL: A REFORMA DO ESTADO E OS CAMINHOS DA CRUZADA ‘TÉCNICO-PEDAGÓGICA’ DA USAID.....	90
3.2.1. A educação e os Acordos MEC-USAID.....	91
3.2.2. ‘Modernizando’ o sistema político e a segurança pública no Brasil.....	97
3.3. O FIM DA GUERRA FRIA E A TRANSIÇÃO DE FOCO PARA A AMAZÔNIA....	100
4. CAPÍTULO IV: A USAID NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	107
4.1. UM SOBREVOO QUANTITATIVO.....	108
4.2. PROJETOS, ATORES E INTERESSES CRUZADOS.....	118
4.3. UMA OFENSIVA BIDEN? FINANCEIRIZAÇÃO E SETOR PRIVADO NA AMAZÔNIA.....	126

4. 3. POR DENTRO DA REDE USAID: RESSONÂNCIAS A PARTIR DO	
MAPEAMENTO.....	134
5. CONCLUSÃO.....	144
REFERÊNCIAS.....	150

INTRODUÇÃO

O bioma amazônico é, historicamente, lar de distintos povos originários e comunidades tradicionais cujas identidades, saberes e presença foram sistematicamente alijados dos circuitos canônicos da historiografia ocidental e da própria produção teórica do campo de Relações Internacionais (RI). Tal apagamento nos processos de produção de conhecimento veio acompanhado de igual marginalização nos processos de ocupação e exploração econômica da Amazônia, que tomaram a forma de uma dominação colonial impositiva e em muito têm contribuído para a destruição dos povos nativos da região. Em que pese o crescente resgate do poder de agência dos povos originários pelas leituras críticas contemporâneas, ressalta-se que parte expressiva das dinâmicas e contradições a serem exploradas na sequência ocorreram e ocorrem à margem e apesar dos povos tradicionais – embora os tenham impactado significativamente.

Atualmente, o Brasil e a Amazônia constituem dois pontos fulcrais para as discussões climáticas. Desde a incorporação da problemática ambiental aos debates internacionais, a partir da década de 1970, as florestas tropicais têm consistido em um elemento de especial atenção. Na qualidade de maior floresta tropical do mundo, a Amazônia abrange cerca de metade do território brasileiro e representa um espaço nacional de enorme significado histórico, político e socioeconômico. De acordo com Becker (2005), a região amazônica fora inicialmente considerada um território de difícil acesso e baixa densidade demográfica, mas de importância ímpar, dada a estratégia de incorporação para além do Tratado de Tordesilhas desenvolvida por Portugal no período colonial. No contexto recente, a região assumiu importante papel em termos de consolidação territorial a partir da República e do mandato de Barão de Rio Branco (1902-1912) como chanceler brasileiro, mantendo a mesma condição nos subsequentes regimes de exceção do século XX¹.

Do ponto de vista econômico, aponta Becker (2005), a tônica regional foi marcada por espasmos de crescimento ligados à demanda externa, seguidos de períodos de retração e estagnação – à exemplo dos ciclos da borracha, que representam bem esse quadro. Com a consolidação do projeto desenvolvimentista, o bioma passou a ser observado como uma

¹ Lê-se a Era Vargas, sobretudo o Estado Novo (1937-1945), e a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985). A escolha conceitual para a denominação do regime de exceção que vigorou de 1964 a 1985 como uma ditadura *empresarial*-militar deriva do crescente número de trabalhos críticos acerca do período que têm resgatado o papel do empresariado como base de sustentação do regime. A obra seminal de René Armand Dreifuss, “1964: A Conquista do Estado — A ação política das classes dominantes no Brasil”, publicada como livro em 1981, bem apresenta a participação ativa da classe econômica dominante na articulação para o golpe de Estado que derrubou João Goulart.

‘fronteira de recursos’ a ser explorada e, a partir disso, a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) dirigiu um processo de expansão capitalista por meio de um conjunto de políticas e estratégias de desenvolvimento que considerava a floresta um obstáculo à modernização (Paula e Moraes, 2013). A estratégia de integração e exploração econômica predatória estimulada pelo regime militar produziu um contexto de desmatamento e queimadas em níveis alarmantes, com o Brasil sendo considerado o ‘vilão ambiental’ da década de 1980 (Bezerra, 2013), justamente no alvorecer das discussões sobre o meio ambiente na agenda internacional.

A Amazônia brasileira é, hoje, um dos principais pontos de contato do Brasil com os demais países do plano internacional, especialmente no âmbito das discussões climáticas multilaterais. Algumas interpretações otimistas observam a floresta como um ativo a ser instrumentalizado na política externa brasileira, buscando melhor posicionamento internacional, ao passo que outras abordagens a consideram um foco de atrito com outros países, a partir da possibilidade de ingerência externa e ameaças à soberania nacional. O fato é que o bioma encontra-se atualmente no centro de uma encruzilhada que opõe movimentos contrários, marcados:

[...] por um lado, pela intensificação das disputas de ordem geopolítica em torno do controle dos bens naturais estratégicos para a continuidade do processo de acumulação capitalista em escala global, [e] por outro, pelo crescimento das pressões contra a destruição ambiental geradas nesse processo (Paula e Moraes, 2013, p. 349).

Considerando a relação dialética entre ambos os movimentos, observou-se a constituição de uma espécie de *via media* capaz de acomodar as distintas pressões, bem representada pelo que se transformou o movimento ambientalista internacional após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Cumpre observar, neste ponto, que tanto os processos de degradação ambiental resultantes da exploração dos recursos quanto as pressões ambientalistas desenvolvidas como alternativa ao modelo econômico tradicional da região constituem movimentos exógenos, e neste sentido são alheios aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia – em um padrão que historicamente estrutura o desenvolvimento capitalista material e de produção de conhecimento sobre o bioma.

Ao analisar o que denominam de ‘esverdeamento’ do capitalismo global, Paula e Moraes (2013) descortinam o processo de incorporação do ambientalismo às dinâmicas e imperativos do capital, processo que tem gerado uma nova *rationale* baseada na ideia de

‘desenvolvimento sustentável’, cujo objetivo principal seria equilibrar as necessidades de acumulação de capital e a conservação do meio ambiente. O ambientalismo internacional é mobilizado neste trabalho em diálogo com a noção de bloco histórico e outros conceitos-chave do teórico marxista italiano Antônio Gramsci, cujas formulações teóricas se mostram fundamentais para a compreensão das novas formas de intervenção na Amazônia brasileira. Ao envolver uma ampla gama de atores em sua constituição, o movimento ambientalista, agora com um caráter *corporativo* e vinculado ao paradigma do desenvolvimento sustentável, atua ativamente na formulação da hegemonia cultural através de, mas não apenas, influência nas normas, valores e práticas globais com o objetivo de readequar as estruturas sociais, políticas e econômicas vigentes em um contexto de emergência climática.

Gramsci (1971) desenvolve a noção de bloco histórico considerando a relação de co-constituição dialética entre estrutura e superestrutura, que se conjugam formando a totalidade da vida social, a partir de relações *sociais* de produção. Nessa interpretação, a superestrutura consistiria em um conjunto dinâmico onde a classe hegemônica exerce sua dominação, via instrumentos repressivos ou culturais, disseminando a ideologia dominante para as classes subalternas – em um processo auxiliado pelo Estado, a partir de suas ampliações funcionais, como as de caráter educativo (Vasconcelos, Silva e Schmaller, 2013). A aquiescência do Estado às políticas de desenvolvimento sustentável e ao ambientalismo, a partir de um contexto de rearranjo do capitalismo global em virtude do colapso ambiental, é bastante sintomática para este ponto e se expressa, inclusive, no caso do Estado brasileiro (ABC, 2014).

A argamassa do bloco histórico é conferida pela hegemonia, entendida como a capacidade de direção política e cultural, capaz de construir uma visão do mundo que venha a ser incorporada pelas demais classes. A hegemonia cultural gramsciana pode ser mantida, portanto, para além da força, também pelo consentimento ativo dos dominados. Robert W. Cox (1981) aprofunda essa posição, apontando que, em uma relação de poder desigual, a parte mais forte pode lançar uso da força sobre a mais fraca; entretanto, caso a parte mais fraca veja a dominância da parte mais forte como legítima, não há necessidade do emprego da força. Para garantir legitimidade, a liderança da parte mais forte tem de ser hegemônica – precisa fazer concessões e se mostrar universal – e não de dominância, isto é, não abertamente voltada apenas aos próprios interesses. Essa dinâmica bem representa a atuação supostamente benevolente de uma série de instituições internacionais e organizações

não-governamentais (ONGs) no bioma amazônico, cujas iniciativas pronunciadamente se voltam ao desenvolvimento e à emancipação das comunidades nativas.

Importa considerar, nesse quadro, que a hegemonia não deve ser entendida apenas na esfera cultural ou política, mas no processo social como um todo. A partir disso, ao analisar o americanismo e o fordismo, Gramsci observou que as modificações produtivas instituídas por Henry Ford no início do século XX transcenderam o interior das fábricas, culminando na criação de um novo senso psicofísico nos operários (Vasconcelos, Silva e Schmaller, 2013) – hoje bem cristalizado na alegoria do *american way of life*. Curiosamente, Ford também buscou implantar seu modelo produtivo justamente na Amazônia brasileira, a partir da experiência da Fordlândia, uma cidade-fábrica idealizada para a produção de látex e borracha que consistia, na prática, em um enclave estadunidense dentro do território amazônico (Almeida, 2017).

Não deixa de ser sintomático que a Amazônia seja, hoje, a epítome de um novo processo de rearranjo e transformação produtiva do capitalismo global, cada vez mais constrangido pelo colapso ambiental e climático em curso. David Harvey (2005) nos ajuda a interpretar esse movimento, que pode ser lido como mais um desdobramento do chamado “novo imperialismo”, no qual, em momentos de crise, o capital recorre de forma renovada à apropriação de recursos, territórios e bens comuns situados nos países periféricos. A Amazônia reserva uma centralidade ímpar nessa dinâmica, seja como fronteira de *commodities*, depósito de recursos naturais ou mesmo como reserva de serviços ecossistêmicos e ativos ‘verdes’. Assim, o bioma se insere em não outra coisa senão uma lógica de apropriação por espoliação, impulsionada pela mercantilização da natureza, pela captura de recursos públicos e privados, bem como pela subordinação de territórios e populações locais aos interesses privados de corporações transnacionais.

O novo paradigma do capitalismo verde, ou economia verde, tal qual definida pela Organização das Nações Unidas (ONU), se insere em uma nova configuração da divisão internacional do trabalho e de reordenamentos geopolíticos a partir deste contexto de desequilíbrios ecológicos crescentes os quais temos chamado a atenção. Paula e Moraes (2013) destacam, dentre alguns dos fenômenos observados, o processo de mercantilização da natureza, ou mesmo de financeirização dela – a partir da constituição dos incipientes mercados de carbono, por exemplo – e a própria despolitização das relações de classe e das contradições entre capital e trabalho nos novos projetos de desenvolvimento direcionados à Amazônia.

Em nosso ver, os problemas ambientais contemporâneos estão profundamente ligados às dinâmicas do sistema capitalista e seus atuais padrões de produção e consumo insustentáveis, sobretudo os do Norte Global. Contudo, o principal conjunto de soluções apresentadas como alternativas à crise ecológica em curso tem sido veiculado a partir dos próprios países desenvolvidos, com um caráter extremamente conservador e ainda vinculado às operações do capital. Da crença de que a tecnologia solucionará os passivos ambientais futuros, passando pela constituição de um ecossistema de financiamento climático, ou mesmo do desenvolvimento dos mercados de carbono, torna-se evidente que o conjunto *mainstream* de proposições para atenuar os impactos da crise climática “têm como princípio operativo a defesa da ordem sociometabólica existente, que deve permanecer sem maiores alterações em seus aspectos reprodutivos essenciais” (Jacob, 2020, p. 46). Um exemplo didático de solução inócua apresentada foi a conclamação, por parte do então presidente dos Estados Unidos (EUA), Barack Obama, ao comércio de créditos de carbono como uma solução para a crise do clima. Nessa proposta, supostamente progressista, aponta Panitch (2009) que empresas que cumprem os padrões de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) emitem créditos e os vendem a outras empresas que não os tenham cumprido – consistindo em um novo mercado que tem se desenvolvido e é, naturalmente, vulnerável às manipulações e crises de crédito.

As leituras críticas no campo das Relações Internacionais fornecem um preciso quadro analítico para a análise dos fenômenos de transformação – ou não – da economia global em função das pressões ecológicas em curso. Neste sentido, as perspectivas críticas neogramscianas permitem compreender as possibilidades e limitações político-econômicas das proposições tradicionais apresentadas, sobretudo entendendo-as como movimentos deliberados. Trata-se, portanto, de um novo paradigma propugnado pela atuação das elites e empresas transnacionais, das instituições internacionais, ou do rearranjo daquilo que Cox (1981) denomina de *forças sociais*. Uma interpretação classista das contradições atuais entre capitalismo e meio ambiente apresenta um elevado potencial analítico, em especial para trabalhar com o novo caráter *ecológico* do imperialismo – que, como será discutido na primeira seção deste trabalho, nunca deixou de existir como fenômeno.

O quadro de mudanças em questão é profundamente vinculado à ofensiva intelectual neoliberal surgida no centro industrializado do capitalismo a partir dos anos 1970, e direcionada ao então chamado Terceiro Mundo via atuação ativa das instituições de Bretton Woods, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), na forma de imposição de reformas estruturais e ajustes macroeconômicos (Bértola e Ocampo, 2019). A América Latina é, em menor ou maior grau, um *case in point* da materialização da agenda

neoliberal de reformas econômicas e de gestão impulsionada pelos EUA e por toda a arquitetura institucional internacional criada pelo país após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir do Consenso de Washington, de 1989.

A noção de institucionalização de Cox (1981), ou o processo cujo autor entendia por internacionalização do Estado, apresenta bem essa dinâmica. A hegemonia estadunidense do pós-guerra foi consideravelmente mais institucionalizada do que a hegemonia anterior, a *pax britannica*. As instituições e agências criadas no período tinham como função conciliar as pressões domésticas dos países com as pressões da economia global, isto é, o sistema e suas normas. Como resultado, estimulavam a harmonização de políticas nacionais, uma vez que impunham condicionalidades através de programas de defesa, ajuda e cooperação; assim, os ajustes domésticos eram percebidos como respostas às necessidades do sistema como um todo, e não dos países dominantes que o construíram em primeiro lugar (Cox, 1981).

Tal processo político internacionalizado pressupõe uma estrutura de poder, cujo centro é composto por agências do governo dos EUA, mas não é, de todo modo, flagrantemente vertical, dado que a estrutura deve consistir, primariamente, em manter o consenso. A noção de consenso aqui empregada, conceito basilar de Gramsci, constitui, junto da coerção, um dos pilares de sustentação de uma hegemonia. Aquilo que Cox (1981) entendia como o processo de institucionalização, isto é, a perpetuação de uma ordem particular, está profundamente ancorado na noção gramsciana de hegemonia. Ao abordar o processo de internacionalização de políticas nacionais através de aspectos como ideias e instituições, Cox (1981) também descortina os mecanismos de estímulo à padronização de práticas de governança e modelos de capitalismo que são estabelecidos como condições para o acesso à ‘ajuda’ por parte das agências baseadas nos EUA.

A agenda de reformas neoliberais econômicas e de governança diz respeito a uma nova produção de consenso que tem se direcionado, no contexto recente, à acomodação e gerenciamento das pressões entre o sistema capitalista global e os desequilíbrios ecológicos por ele intensificados. É precisamente a inserção do Brasil e da Amazônia nesse quadro que o presente trabalho pretende analisar. Na relação bilateral entre Brasil e EUA, a partir da emergência das mudanças climáticas e da consolidação das discussões ambientais a nível global, é possível observar que o meio ambiente passou a ocupar espaço cada vez mais preponderante na agenda entre os dois países, tendo sido incorporado em diversos projetos e programas conjuntos. Não obstante, a ampla maioria das iniciativas são desenvolvidas sob o signo da “cooperação técnica” bilateral, tornando as populações regionais “subalternas a governanças sustentáveis e a manejos de toda espécie, em processo claro de fetichização da

natureza, associada a um neopanóptico sobre os povos da Amazônia” (Goettert, 2014, p. 237).

Alguns dos mais recentes anúncios e discussões incluem o estabelecimento de projetos como o da “Conservação dos Recursos Biológicos na Amazônia” (ABC, 2014), tratativas sobre integração de satélites para monitoramento da Amazônia (Brasil, 2023), bem como uma série de iniciativas vinculadas à prevenção e manejo de incêndios, proteção do meio ambiente urbano, combate a crimes contra a conservação, gestão de terras públicas e outros (U.S. Embassy, 2021). Parte expressiva dos projetos desenvolvidos contam com apoio operacional e financeiro da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês), que possuía, até 2025, uma intensa atuação na Amazônia e também uma série de iniciativas próprias, como a Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia (PCBA) e a plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA). A partir da constatação do adensamento do tema do meio ambiente na relação Brasil-EUA, torna-se fundamental avançar nas pesquisas do campo, buscando robustecer teoricamente – sobretudo de forma crítica – as discussões em uma área que se mostra sensível e de representativa importância para o Brasil.

Os EUA têm buscado a rearticulação dos seus interesses e da sua presença na Amazônia, em um quadro onde as questões climáticas impõem-se sobre a economia global e evidenciam o esgotamento de um modelo intensivo em recursos naturais. Neste sentido, um dos principais *players* do país no bioma até 2025 vinha sendo justamente, a USAID, que antes operava formalmente como agência independente, mas que foi vinculada diretamente à Casa Branca pelo presidente dos EUA, Donald J. Trump (2025-atual). Além de subsidiar ações de outras organizações na região, a agência de ajuda externa dos EUA desenvolve uma série de programas próprios, que envolvem a incorporação do setor privado e a capacitação e treinamento de comunidades locais, introduzindo, por meio de uma abordagem virtuosa, uma lógica capitalista às referidas comunidades.

A trajetória da USAID na América Latina e no Brasil acompanhou, historicamente, o desenvolvimento das relações de dependência e desigualdade estrutural hemisféricas, tendo atuado como agente de desestabilização política durante a Guerra Fria. No quadro atual, sua atuação no Brasil se direcionou para a Amazônia, sob o signo da economia verde e da governança ambiental, mas não sem uma abordagem virtuosa e um sentimento de tutela, bem expressos por Paula (2013) na seguinte passagem:

Face às afirmações de que os povos que vivem na região, bem como seus respectivos governos, seriam “incapazes” de proteger esse patrimônio natural imprescindível para o “bem-estar da humanidade”, e dado que a conservação da Amazônia tem sido considerada como um dos eixos centrais no “enfrentamento dos câmbios climáticos globais”, a USAID assume para si essa “responsabilidade” (Paula, 2013, p. 60).

É precisamente este contexto que se busca explorar, analisando a atuação amazônica da USAID, na qualidade de órgão executivo estadunidense, a partir de uma perspectiva crítica. Apesar dos projetos vinculados à USAID serem desenvolvidos sob o signo da cooperação ‘técnica’, busca-se, aqui, problematizá-los a partir de uma lógica de cooperação vertical, derivada do assistencialismo característico do pós-Segunda Guerra Mundial, cuja característica central “consiste na transferência vertical de conhecimentos e técnicas dos países avançados aos países menos desenvolvidos, o que pressupõe uma postura passiva por parte destes últimos e evidencia sua condição de subalternidade” (Oliveira e Luvizotto, 2011, p. 13). Neste sentido, cumpre também observar a importância do conceito teórico de saber técnico (Cox, 1981), que constituirá um elemento ímpar para a compreensão dos mecanismos de reprodução do fenômeno em questão.

Na Amazônia continental, destaca Paula (2013), desde a década de 1990 a USAID tem financiado projetos de grandes ONGs internacionais, como a World Wildlife Fund (WWF), além de ter tido participação ativa junto ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), financiado pelo G7 e gerenciado pelo Banco Mundial e outras agências. De modo geral, “a atuação da USAID na Amazônia segue as diretrizes gerais para a ‘conservação ambiental’ no planeta, estabelecidas no Global Conservation Program (GCP)” (Paula, 2013, p. 55), um consórcio de ONGs internacionais financiado pelos EUA via USAID.

Outro marco na atuação da agência estadunidense na Amazônia foi a Amazon Basin Conservation Initiative (ABCI), que visava atuar na conservação e promoção do desenvolvimento sustentável em toda a bacia amazônica, no mesmo espírito de programas anteriores como o GCP. A partir dessa iniciativa também se observa a presença da noção de ‘soberania compartilhada’ do espaço amazônico e de objetivos de ordem geopolítica mais amplos na atuação da USAID, uma vez que a ABCI considerava uma ameaça a interligação de infraestrutura entre a Amazônia e o Pacífico (Paula, 2013) – em uma flagrante preocupação com a China, que recentemente construiu, no Peru, o Porto de Chancay, e há anos discute com os países sul-americanos a construção de uma ferrovia transoceânica na região.

É a partir deste quadro que a pesquisa pretende analisar as ações da USAID na Amazônia brasileira. O recorte temporal compreende o período de 1970, quando são identificadas as primeiras aproximações da USAID para com a Amazônia, até 2024, último ano completo de atuação da agência antes de seu congelamento por parte do segundo mandato de Trump na presidência dos EUA. Com base no conjunto teórico-metodológico a ser empregado, considera-se a USAID um instrumento da classe dominante dos EUA, e a partir desta chave interpretativa será realizado um mapeamento da atuação da agência e seus parceiros no território amazônico, com base em uma leitura crítica do capitalismo verde e do paradigma do desenvolvimento sustentável que amparam o conjunto de projetos recentes da instituição no bioma.

O objetivo geral do trabalho consiste em compreender o processo de manutenção hegemônica através da atuação da USAID na Amazônia brasileira. Para respondê-lo, serão também perseguidos três objetivos específicos, a saber: 1) Observar a evolução histórica das relações dos EUA com o Brasil e o padrão de atuação dos setores público e privado estadunidense na Amazônia; 2) Examinar a estrutura e a trajetória da USAID à luz de uma leitura crítica da ‘cooperação técnica ambiental’, considerando seu histórico, fluxos orçamentários, modo operacional, dentre outros; e 3) Analisar os projetos e mapear a atuação da agência na Amazônia, identificando os processos, a rede de parceiros, o financiamento e os resultados disponíveis.

A problemática que se busca endereçar gira em torno da seguinte questão: Como a atuação da USAID na Amazônia brasileira contribui com o processo de manutenção hegemônica dos EUA sobre o Brasil? A hipótese adotada considera que a atuação da USAID perpetua a manutenção hegemônica em função de seu uso como instrumento de internacionalização de interesses, práticas e valores na padronização de modelos de capitalismo e gestão ambiental na Amazônia.

As discussões teórica e histórica serão realizadas com base em revisão bibliográfica da literatura, com o uso de livros, artigos e documentos. Nas etapas subsequentes, análise de discurso e análise de documentos devem compor o conjunto metodológico aplicado. Realizar-se-á a elaboração de uma base de dados extraída do sítio eletrônico *ForeignAssistance.gov*, plataforma do governo dos EUA que disponibiliza informações acerca das atividades desenvolvidas por suas agências. Através desta plataforma serão coletados dados dos projetos da USAID direcionados ao Brasil que versam sobre proteção ambiental, considerando elementos como a descrição dos projetos, a entidade receptora dos recursos no Brasil, o período das atividades e o orçamento disponibilizado. Para o tratamento

dos dados serão utilizados programas com o Excel e o RStudio, para a confecção de tabelas e gráficos. Dentre outros documentos primários a serem analisados destacam-se relatórios da USAID e instituições que compõem a sua cadeia de atuação, editais e chamadas de propostas, bem como documentos orientadores e diretrizes.

Ainda do ponto de vista metodológico, uma ferramenta importante para o mapeamento da atuação da USAID na Amazônia é a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), sobretudo com base na aplicação classista desenvolvida por Ary César Minella (2013). O capitalismo estabelece relações sociais de produção, e neste sentido a aplicação da ARS, vinculada à tradição de pensamento marxista, constitui uma ferramenta poderosa para a identificação de relações e ordenações que possam não ser detectadas previamente (Minella, 2013). Considerando-se que a agência atua em rede no bioma amazônico, com uma série de parceiros vinculados aos seus projetos, a ARS pode fornecer um excelente quadro para o estudo dessas relações sociais e da materialização de seus interesses na Amazônia. Quando da aplicação da ARS, será utilizado o *software* Gephi para agrupar e visualizar graficamente os dados obtidos através do mapeamento das redes que se busca analisar.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos principais, cada um dedicado a um eixo fundamental de análise. O primeiro capítulo busca apresentar a fundamentação teórica a ser empregada na leitura da atuação da USAID na Amazônia, em particular, e das relações assimétricas entre Brasil e EUA de forma mais ampla, considerando-se o papel do bloco histórico atual lastreado nos EUA. O capítulo divide-se em três seções, sendo a primeira dedicada ao marxismo, onde são apresentados os fundamentos teóricos que embasam a compreensão da estrutura do capitalismo e suas contradições. A segunda seção se concentra no resgate do imperialismo, explorando como a busca incessante por novos mercados e recursos leva à reorganização das relações de poder em escala global, a partir de Vladimir Y. Lênin e seus intérpretes. Por fim, a terceira seção do primeiro capítulo aborda a perspectiva gramsciana, focalizando os conceitos de hegemonia, coerção e consenso como elementos essenciais para a manutenção da ordem capitalista. Nela, discute-se como o discurso do desenvolvimento sustentável e o chamado “capitalismo verde” operam como instrumentos de legitimação da presença da USAID na Amazônia.

O segundo capítulo será responsável por apresentar, do ponto de vista histórico, as relações bilaterais entre Brasil e EUA, a partir da atuação estadunidense na Amazônia brasileira, bastante influenciada pela tradição de missão civilizatória presente na política externa daquele país. Com base nisso, nos dedicamos a explorar a presença histórica dos

EUA no bioma Amazônia, passando por experiências concretas, como a Fordlândia, no contexto dos ciclos da borracha, e o Projeto Jari da década de 1960, com o intuito de compreender como a Amazônia foi configurada, enquanto espaço de recursos e riquezas, por interesses externos.

O terceiro capítulo analisará a USAID enquanto agência, considerando a sua origem, o fluxo orçamentário, o seu papel na estrutura da política externa estadunidense e, sobretudo, a sua trajetória mais ampla no Brasil. Desde sua atuação como parceira da Ditadura Civil-Militar, na década de 1960, até a transição de foco para a Amazônia, buscar-se-á compreender como a agência esteve envolvida em um verdadeiro processo de reforma do Estado brasileiro – considerando os Acordos MEC-USAID, por exemplo –, até os anos 1980 e, com o fim da Guerra Fria, passou a concentrar seus interesses e recursos em projetos na Amazônia.

O quarto e último capítulo versará sobre a atuação da USAID no bioma amazônico *de facto*, a partir da análise de seus projetos e da rede de parceiros. Nele, serão mobilizados os dados coletados a partir da plataforma ForeignAssistance.gov acerca do orçamento e envio de recursos para o Brasil, bem como aqueles oriundos do mapeamento de parceiros, projetos e seus resultados. É neste capítulo que aplicaremos a ARS para a construção da rede mobilizada pela USAID no bioma, que será representada visualmente a partir da integração da base de dados a um *software* especializado. Por meio da análise, em geral, e da estruturação da rede, em particular, pretendemos apresentar a articulação de interesses privados que conformam os projetos da USAID na Amazônia, elucidando a capacidade de articulação da agência e as relações materiais concretas que fazem parte deste arranjo.

1. RUMO A UM IMPERIALISMO ECOLÓGICO? APORTES TEÓRICOS FUNDAMENTAIS

O estudo do imperialismo tem sido retomado com grande fôlego no século XXI, a partir de uma série de contribuições teórico-conceituais. Historicamente associado à exploração desenfreada de recursos naturais e à dominação de territórios, o imperialismo tem se revelado como um dos pilares centrais da crise socioambiental contemporânea, e tem se reinventado a partir dela, assumindo novas formas. Pensar o imperialismo contemporâneo a partir do colapso ecológico global em curso implica analisar o processo histórico de expansão do sistema capitalista, seu mecanismo acelerado de acumulação de capital em um ambiente de recursos finitos, e também as suas contradições manifestadas a partir das relações de poder globais, que perpetuam as desigualdades socioambientais e condenam a periferia do mundo aos mais diversos impactos socioecológicos.

O primeiro capítulo busca apresentar, a partir disso, as bases teóricas fundamentais que constituirão o quadro de análise da presença da USAID na Amazônia brasileira. O caminho traçado busca apresentar, primeiro, a crítica basilar ao sistema capitalista a partir do marxismo e suas derivações contemporâneas. O imperialismo, como fenômeno subjacente ao capitalismo, será explorado na sequência; em relação a ele, parte-se de Lênin e depois busca-se compreender o seu papel *vis-à-vis* o colapso climático em curso no século XXI. Por fim, a última parte deste capítulo faz uso de um referencial gramsciano e neogramsciano com vistas a identificar o processo de ‘esverdeamento’ do capitalismo, cuja ideologia resultante, o ‘desenvolvimento sustentável’, amparou, até 2025, a densa maioria dos projetos desenvolvidos pela USAID na região amazônica². A compreensão do ‘capitalismo verde’ e suas contradições são condições *sine qua non* para uma exploração crítica robusta do objeto desta dissertação, e é precisamente este o objetivo das páginas que se seguem.

1.1. Marx e seus intérpretes: capitalismo contemporâneo e o não-lugar do marxismo nas Relações Internacionais

² É importante destacar que em 2025, quando partes deste trabalho foram escritas, ocorreu o virtual encerramento da USAID por parte do segundo mandato de Donald Trump, que anunciou o fechamento da instituição como agência independente, através de demissões em massa e congelamento de uma série de programas – inclusive no Brasil. A agência não foi de todo encerrada, e o que restou dela foi incorporado ao Departamento de Estado dos EUA no início de julho de 2025 (G1, 2025).

A tradição marxista é responsável por uma importante, se não a maior, interpretação crítica do sistema capitalista. Desde os escritos iniciais de Karl Marx e Friedrich Engels, o marxismo tem se robustecido no tempo e no espaço, incorporando dilemas e problemas ainda não de todo evidenciados no século XIX. No livro “A Origem do Capitalismo”, Ellen Wood (1999) aponta que o capitalismo é um sistema em que bens, serviços e as necessidades básicas da vida são produzidas visando fundamentalmente a troca lucrativa, e nesse processo tudo reduz-se à venda, no mercado, enquanto mercadoria – inclusive a capacidade de trabalho humano. Tendo em vista que o objetivo principal do sistema capitalista é a produção e expansão do capital, o capitalismo se converte em um “um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos” (Wood, 1999, p. 12), processos esses que em 200 anos de história produziram inúmeras externalidades socioambientais.

A existência do capitalismo enquanto sistema no tempo histórico é recente, consistindo em uma forma característica de organizar a vida material da reprodução social que ocupou e ocupa uma mera fração da vida na Terra (Wood, 1999). Não obstante, ainda que exista há relativamente pouco tempo, em sua versão industrial amadurecida a partir do século XIX, o sistema já exerceu uma pressão significativa sobre os recursos naturais do planeta, em uma escala não vista anteriormente. Hoje, o capitalismo é um sistema *naturalizado*, noção que se solidificou com o colapso da experiência soviética na década de 1980. Além disso, Wood (1999) defende que o capitalismo é fruto de um processo histórico de construção, assim como a sua versão neoliberal atual, que é derivada de esforços ativos de indivíduos e comunidades interconectadas:

A convicção de que não existe nem pode existir nenhuma alternativa está muito profundamente arraigada, sobretudo na cultura ocidental. Essa convicção é respaldada não somente pelas expressões mais flagrantes da ideologia capitalista como também por algumas de nossas crenças mais ditas e menos questionadas a respeito da história. É como se o capitalismo sempre tivesse sido o destino do movimento histórico, e, mais ainda, como se o próprio movimento da história tivesse sido guiado desde o início pelas “leis de movimento” capitalistas (Wood, 1999, p. 12)

O capitalismo não é, portanto, a forma última de organização humana, mas sim um sistema condicionado historicamente, fruto da atividade prática e da ação humana que, juntas, conformam a vida social. Deste modo, do ponto de vista epistemológico, não há como abstrair o curso da história das relações sociais, sobretudo considerando que o próprio homem que constroi a realidade é, ele próprio, um ser histórico. A historicidade e a ‘longa-duração’, portanto, desempenham papel-chave na análise, o qual fica evidente quando Marx (2023)

considera que a relação capitalista resulta de um ambiente econômico derivado de um processo longo de desenvolvimento, e que “a produtividade preexistente do trabalho, que lhe serve de fundamento, não é uma dádiva da natureza, mas o resultado de uma história que compreende milhares de séculos” (p. 711). A partir disso, a tradição marxista sugere que, para compreender as relações entre unidades políticas em um determinado período histórico, é necessário olhar para as forças de produção e sua estrutura de classes, observando as relações sociais de produção que conformam a realidade (Vigevani *et al*, 2011).

De acordo com Fernandes (2021), a origem e expansão do capitalismo como novo modo de produção integrou pela primeira vez na história todo o globo como um só mercado, solapando uma série de formas culturais e sociais preexistentes, em um processo que levou as potências europeias a subjugar inclusive os antigos impérios do Oriente, que até então encontravam-se em estágio de desenvolvimento material superior ao da Europa pré-Revolução Industrial. A interpretação marxiana deste processo considera como processo constitutivo do mundo moderno a expansão global do capitalismo a partir de seus confins iniciais na Europa Ocidental.

Das origens do capitalismo nos séculos XIV e XV, Marx (2023) destaca o seguinte:

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI (Marx, 2023, p. 962-3).

A historiografia econômica tradicional sobre as origens do capitalismo lhe imputa um caráter fatalista e, via de regra, descreve seu processo histórico de formação de modo determinista. Wood (1999) aponta que, no intuito de explicar o ímpeto de maximização de lucros que é característico do capitalismo, as interpretações originárias da economia política clássica e das concepções iluministas de progresso incorrem no pressuposto da existência de uma espécie de racionalidade universal maximizadora do lucro – o que não se verifica na prática.

O período de transição do feudalismo para o capitalismo é alvo de constantes debates teóricos no campo marxista. A tese de Wood (1999) sobre o surgimento do capitalismo possui franco diálogo com o elemento do cercamento de terras e a instituição generalizada da propriedade privada, a partir da expropriação das terras coletivas, sobretudo, na Inglaterra. Nesse sentido, a força-motriz do surgimento do capitalismo já estaria presente nas relações

primárias de propriedade do próprio feudalismo, de modo que a luta de classes entre senhores feudais e camponeses do período fora central para esse processo. Ao analisar o contexto da assim chamada *acumulação primitiva*, Marx (2023) situa as origens do sistema capitalista e de suas relações sociais de propriedade na Inglaterra rural do século XVIII, a partir da expropriação dos camponeses. O caráter singular do desenvolvimento da Inglaterra transformou o país em um *case in point* dos escritos de Marx, que debruçar-se-ia também sob a conversão da acumulação de riqueza em capital industrial e a criação do mercado interno inglês, condição *sine qua non* do capitalismo industrial (Wood, 1999).

Elemento central no pensamento de Marx, a acumulação primitiva não é mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde e, enquanto acumulação pré-capitalista, derivou dos processos de expropriação via conquista e subjugação. Marx (2023) desenvolve essa noção a partir do movimento cíclico da transformação do dinheiro em capital, da produção do mais-valor a partir do capital e consequentemente da obtenção de mais capital. O mais-valor deriva da produção capitalista, e essa implica na separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do trabalho, transformando-o de produtor direto em trabalhador assalariado. A base do processo de acumulação primitiva estaria, portanto, na expropriação das terras que antes pertenciam aos produtores rurais (Marx, 2023).

Fernandes (2021) ressalta que o processo de expropriação que forneceu as bases materiais para a acumulação primitiva não se restringiu apenas à Inglaterra e à Europa. Antes, foi também um processo global, no qual a expansão global do capital mercantil na época dos ‘descobrimentos’ e a colonização que se lhe seguiu foram essenciais para a formação do capitalismo moderno e industrial europeu. Assim, o processo de acumulação primitiva se desenvolveu por meios violentos, não apenas internamente na Europa a partir da expropriação dos trabalhadores rurais e a consequente criação de um exército industrial de reserva, mas também do ponto de vista internacional, com a empresa colonial atuando nas Américas com base na exploração e no genocídio da população nativa.

Uma vez estabelecido o modo de produção capitalista, observa-se a ocorrência de outro elemento central do pensamento marxiano: o fetichismo da mercadoria, que nas relações de troca acaba por ocultar as relações sociais de produção que originam os produtos. O fetichismo de valor agregado deriva de uma concepção burguesa de valor, ao passo que a teoria de valor de Marx entende que o que confere valor é o tempo social de trabalho empregado na produção. Smith (2020), neste sentido, considera que o preço das mercadorias

capitalistas são “*prima facie irracionais*”, isso porque “a concorrência entre capitais por lucros faz com que os preços de produção se separem do tempo de trabalho socialmente necessário, por outro lado ocultam que este é o conteúdo do valor da mercadoria” (p. 37-8).

As relações de trabalho acabam sendo ocultadas pelas mercadorias que são por elas produzidas, tendo em vista que o produto do trabalho assume uma forma-mercadoria e, com isso, acaba por criar ‘vida própria’. Marx (2023) identifica que o fetichismo se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias que, dotadas de vida própria, atuam como figuras independentes em suas relações com outras mercadorias e também com os indivíduos. Todo esse processo leva à mercantilização de tudo, que no contexto atual de crise socioambiental também se verifica na captura das soluções climáticas pelo mercado, parte integrante daquilo que Schinke (2013) entende como o processo mais amplo de assimilação do colapso ecológico pelo sistema capitalista global.

De modo geral, o pensamento de Marx fornece chaves teóricas fundamentais para a compreensão da formação e a dinâmica daquilo que na área de RI se entende como o sistema internacional moderno. Importante intérprete do imperialismo contemporâneo, Smith (2020) alerta para a importância de uma leitura atualizada de Marx na análise das dinâmicas internacionais atuais. Ao tratar da exploração e superexploração na teoria do imperialismo, diz que o conceito de exploração utilizado deve ser concreto e atualizado, bem como baseado em “análises empíricas, não apenas simplesmente retirado d’O capital de Marx e aplicado mecanicamente à realidade imperialista contemporânea, como se as transformações do último século e meio nunca tivessem acontecido” (Smith, 2020, p. 52).

Essa é apenas uma das questões colocadas quando da aplicação do referencial teórico marxista na interpretação da realidade internacional contemporânea. Na verdade, até não muito tempo o marxismo e a disciplina de RI pouco dialogavam, sobretudo quando se considera que “as RI surgiram para desvincular os fenômenos internacionais das lutas de classes e o processo de acumulação de capital, que no fim das contas promove o capitalismo como o estado natural e superior da vida humana” (Bugiato, 2021, p. 11). Um dos pronunciados objetivos da discussão teórica deste trabalho é precisamente fazer um resgate da separação observada, cujas origens encontram-se na incompatibilidade da tradição de pensamento marxista para com o conhecimento compartimentalizado do mundo anglo-saxão – do qual se derivou a área de RI.

Fernandes (2021) bem resume este argumento:

Enquanto disciplina acadêmica que se constituiu com foco no estudo das relações entre Estados no sistema internacional, a área de “relações internacionais” é filha do processo de institucionalização de “territórios” separados e especializados de saber nas universidades do mundo anglo-saxão no Século XX. O pensamento marxista, por sua vez, é herdeiro de outra tradição _ a da filosofia clássica alemã, sobretudo hegeliana _ que concebe a realidade social como totalidade historicamente produzida (sendo avesso, portanto, a ontologias e métodos analíticos que retalham o conhecimento social em compartimentos estanques) (Fernandes, 2021, p. 19-20).

Para além do desencontro ontológico da totalidade do pensamento marxista em relação ao sistema de conhecimento fracionado anglo-saxão, Bugiato (2021) apresenta, também, os elementos político-institucionais que foram responsáveis pela presença rarefeita do marxismo nas RI, a exemplo do macartismo nos EUA durante a Guerra Fria:

As RI, compreendidas tradicionalmente como relações (em geral conflituosas) entre Estados em um sistema internacional anárquico, foram sistematicamente distanciadas do pensamento inaugurado pelos fundadores do socialismo moderno; são uma das poucas Ciências Sociais em que tem sido relativamente fácil evitar um encontro com o pensamento marxista. Com efeito, desde seu nascimento como área do conhecimento científico em 1919, as RI insistem em ignorar (portanto há mais [de] um século) o Marxismo, suas teorizações e análises concretas sobre os fenômenos internacionais. A despeito de algumas exceções, tal desencontro é justificado com argumentos distintos e controversos. Do ponto de vista institucional, argumenta-se que: a origem das RI no início do século XX, como área do conhecimento científico, nas universidades britânicas e estadunidenses, não foi impactada pelo Marxismo, oriundo da filosofia clássica alemã e do movimento dos trabalhadores europeus, ou seja, de fora da academia; a consolidação institucional da área de RI no Ocidente após a Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria, carregou uma a aversão ao Marxismo, identificado com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Do ponto de vista teórico-político, argumenta-se que o Marxismo não teria nada a dizer sobre as relações internacionais, pois seria uma teoria economicista que reduziria os fenômenos da política internacional à dinâmica da economia capitalista; não ofereceria uma teoria sobre o Estado (o principal agente das relações internacionais); seria meramente uma perspectiva normativa dedicada à utopia socialista e incapaz de realizar análises da realidade concreta; ou até mesmo seria mais uma dentre as várias perspectivas eurocêntricas que não caberia nas análises sobre a periferia (Bugiato, 2021, p. 9-10).

Outro elemento divisor entre as RI tradicionais e o marxismo reside no nível, ou unidade, de análise. A unidade básica de análise para parte expressiva das teorias convencionais de RI é o Estado soberano, que manteria relações formais com seus pares no sistema internacional, o que implica na aceitação das ideias de nação e Estado. Por outro lado, o estudo das relações internacionais com base no método marxista considera a desconstrução conceitual e teórica do Estado como nível de análise, evidenciando o papel estruturador das relações de produção e das classes sociais (Vigevani *et al*, 2011).

Na medida em que o marxismo considera que as relações internacionais são, fundamentalmente, regidas por relações de propriedade (Teschke, 2003, p. 273 *apud* Vigevani, 2011), as relações entre Estados deixam de ser o foco central de análise. Isso

porque o Estado nacional não se encontra livre das contradições do modo de produção capitalista, mas, pelo contrário, o é sua expressão máxima, garantidora das desigualdades do sistema. Vigevani *et al* (2011) observam que, com o surgimento do capitalismo, houve uma “redefinição do poder político e a emergência de uma forma institucional que distingue o poder público, domínio do Estado, do poder privado, competência exclusiva das forças de mercado” (p. 114), o que constitui uma separação em muito desmistificada por Marx em função da interdependência estrutural das esferas pública e privada. A noção de um Estado soberano que estaria acima das classes que compõem a sociedade e atuaria independente delas representa, na qualidade de vetor de alienação, uma das bases de sustentação e reprodução do sistema capitalista. A concepção marxiana de Estado o compreende, portanto, como o resultado dos interesses das classes dominantes para a imposição de relações de dominação (Vigevani *et al*, 2011). No século XX, Gramsci veio a complexificar a noção marxiana inicial de Estado-mercado, a partir de seu complexo Estado-sociedade civil.

Também Wood (2003) destaca que, na medida em que o capitalismo necessita de estabilidade e previsibilidade em termos de organização social, o Estado-nação atua como garantidor de uma estrutura legal e institucional de caráter estabilizador, não raro, via força coerciva. O Estado seria, portanto, um aparato garantidor do sistema capitalista, sustentando as relações de propriedade, o complexo aparelho contratual delas derivadas e suas intrincadas transações financeiras. Sobre o papel do Estado na manutenção do sistema, a autora (2003) ressalta o que segue:

Também desde o início a intervenção do Estado foi necessária para criar e manter não somente o sistema de propriedade, mas também o de não propriedade. Seu poder foi, evidentemente, necessário para apoiar o processo de expropriação e proteger a exclusividade da propriedade capitalista. Mas o Estado também foi requisitado para garantir que, uma vez expropriados, os que não tinham propriedade nos meios de produção estivessem disponíveis quando necessários como força de trabalho para o capital. Para tanto, foi necessário encontrar um equilíbrio delicado. De um lado, o Estado tem de ajudar a manter viva uma população sem propriedade que não tem outro meio de sobrevivência quando não existe trabalho, conservando um "exército de reserva" de trabalhadores ao longo das inevitáveis quedas cíclicas de demanda de trabalho. Por outro lado, tem de garantir que rotas de fuga e outros meios de sobrevivência que não o trabalho assalariado para o capital não estejam tão disponíveis a ponto de liberar os sem-propriedade da imposição de vender sua força de trabalho, quando necessária para o capital (Wood, 2003, p. 26).

Nas RI, o marxismo faz a crítica teórica às principais correntes do campo, como o realismo e o liberalismo, e justamente daí vêm as suas contribuições ao desvelar as estruturas de dominação social. É dessa forma que Rosenberg (1994, p. 55-56 *apud* Vigevani *et al* 2011) identifica os principais aportes do marxismo às RI, considerando o sistema de Estados como

uma expressão da totalidade social e, a partir disso, observando que cada relação política entre eles representa relações sociais de produção. Embora, como se observou até aqui, o marxismo experimentou um desenvolvimento independente da área acadêmica de RI, desde a década de 1980 parece haver uma crescente interconexão entre ambas as esferas, sobretudo a partir dos esforços de acadêmicos como Robert W. Cox e Timothy Sinclair (Vigevani *et al*, 2011). Cox, por exemplo, desempenhou um papel importante para a consolidação do *status* acadêmico do marxismo nas RI, e seu artigo, “*Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory*”, de 1981, é seminal na área.

Um elemento central na obra de Cox é o conceito de hegemonia, mobilizada pelo autor a partir de uma perspectiva crítica fortemente inspirada em Gramsci. Para Cox (1981), a hegemonia não seria apenas uma dominação baseada na força, mas também na liderança intelectual e moral, que se manifesta por meio de ideias, instituições e capacidades materiais e outros aspectos presentes em seus trabalhos. Vigevani *et al* (2011) reforçam que, para as concepções marxistas e da teoria crítica, a hegemonia não produz um corte entre hegemonia interna e internacional, uma vez que uma representa a continuidade da outra e ambas se retroalimentam. Assim, não tanto os Estados, mas as classes dominantes transnacionais são quem representam a principal unidade de análise, uma vez que exercem uma dominação interna que, no caso do Norte Global, se estende para o ambiente internacional e dele é indissolúvel.

Gramsci, como será observado na sequência deste trabalho, aporta inúmeras contribuições às RI, a partir da Teoria Crítica e uma série de outros elementos que expandem o marxismo clássico. Nesse sentido, a ideia de hegemonia trabalha não apenas com os conflitos entre os Estados e suas relações de dominação, mas também abre portas para outros aspectos econômicos, culturais, ideológicos e, mais importante, a congregação entre eles. Neste sentido, as relações de poder geralmente perpassam por todos esses elementos, e “estabelecem-se sobre bases profundas, sobre as estruturas que permeiam a organização social e o desenvolvimento do processo histórico. A hegemonia global começa com a expansão de uma hegemonia estabelecida no âmbito nacional” (Vigevani *et al*, 2011, p. 125).

Examinar as interações entre os Estados exige considerar a dinâmica entre as classes sociais nos contextos nacional e internacional, incluindo a materialidade dessas relações e as ideias que elas geram. O papel das ideias é um aspecto central nas dinâmicas de dominação, e a sua presença no âmbito das instituições internacionais constitui um ponto de fundamental importância nas análises da realidade do Sul Global. Craig Murphy (2005 *apud* Vigevani *et al*, 2011) realiza um trabalho importante neste sentido, dedicado a compreender, sobretudo, o

“papel de correia de transmissão que instituições e organizações internacionais desempenham ao generalizarem e tornarem hegemônicos, sob o manto de valor universal, conceitos formulados nos países centrais e funcionais aos interesses de seus grupos dirigentes” (p. 126). A espinha dorsal desta pesquisa reside precisamente na análise da atuação da classe dominante dos EUA na América Latina, com um olhar atento às instituições que têm materializado a política externa daquele país em nossa região. Como se observa do ponto de vista histórico, a USAID possui um extenso *background* de atuação em território latino-americano, e para a sua compreensão, o referencial teórico marxista, em geral, e as contribuições neogramscianas, em particular, se mostram de grande valia.

Nos últimos anos, a crítica marxista às RI promoveu uma verdadeira superação da cisão entre economia e política no campo, contribuindo para o surgimento da Economia Política Internacional (EPI). Com a revitalização da economia política e do materialismo histórico, foi possível ao marxismo inaugurar uma espécie de novo paradigma nas Relações Internacionais, baseado nas noções de economia e dominação no plano internacional. Ressalta-se que embora o marxismo não tenha estruturado uma teoria propriamente dita de relações internacionais, o método do “materialismo histórico permite fundamentar a noção de economia e de dominação no plano internacional, dentro de uma perspectiva que enfatiza os macroprocessos de evolução, transformação e ruptura” (Visentini, 2021, p. 237). A compreensão da economia e da dominação, portanto, com a devida dose de historicismo, reside na principal contribuição do marxismo às RI.

Não obstante, talvez a intersecção de maior vulto entre o campo de Relações Internacionais e o marxismo tenha se dado a partir de Lênin, que inaugurou uma tradição de teorizar o sistema internacional a partir do conceito de *imperialismo*, entendido como competição estratégica interestatal – trabalhada mais adiante neste capítulo. Conforme Vigevani *et al* (2011):

No final do século XIX, deram-se as primeiras tentativas de aplicar o marxismo à compreensão das relações internacionais. Autores como Bernstein (1978), Kautsky (1978) e Bauer (1987) contribuíram à discussão sobre as relações entre os Estados europeus, com incursões sobre a questão nacional e colonial. A obra com mais notoriedade nas décadas sucessivas, pelo grande peso político-institucional do autor, é a de Lênin (1987), em que o conceito de imperialismo é apresentado como estágio final do capitalismo. Nas primeiras décadas do século XX, autores marxistas como Luxemburgo (1985), Bukarin (1988) e outros aprofundaram as análises sobre economia política internacional (Vigevani *et al*, 2011, p. 120).

Mesmo Marx e Engels buscaram compreender, eles próprios, uma série de fenômenos internacionais do século XIX, algo que a sistemática exclusão do marxismo na área de RI

desconsiderou. Alguns dos temas tratados por ambos, inclusive com publicações em periódicos da época, incluem a questão da guerra – extensamente trabalhada por Lênin posteriormente –, a política externa das grandes potências, os efeitos do colonialismo na periferia, as crises econômicas, o livre-comércio e a expansão global do modo de produção capitalista no período (Bugiato, 2021).

Do ponto de vista epistemológico, o marxismo compreende a crítica do positivismo por considerá-lo, dentre outros aspectos, a-histórico – e também julgar impossível a completa neutralidade e imparcialidade científica. Assim, conforme apresentado por Vigevani *et al* (2011), duas preocupações são fundamentais para uma análise marxista em RI: a incorporação da dimensão histórica no estudo dos fenômenos, com a percepção da impossibilidade de uma ciência neutra, e a consideração da economia política como variável fundamental no estudo dos fenômenos internacionais. Tais pressupostos reforçam a negação do caráter positivista que é adotado pelas escolas realista e liberal no campo das RI; em relação ao realismo em particular, ainda, as críticas marxistas se direcionam à limitação analítica em relação à compreensão das relações de dominação entre os Estados, que são estudadas pelo realismo com base na estrutura da balança de poder, mas não em termos das razões que as determinam (Vigevani *et al*, 2011).

Em relação à construção político-institucional do campo acadêmico de Relações Internacionais, Kees van der Pijl (2014 *apud* Bugiato, 2021) defende o argumento de que a formação das correntes *mainstream* derivam de uma formulação de ideias que “projetam a supremacia ocidental na forma de uma hegemonia intelectual funcional ao centro do capitalismo e, desta forma, obscurecem as relações de dominação e exploração implícitas no mundo liberal” (p. 11). De acordo com Bugiato (2021), tal construção remonta à atuação de Woodrow Wilson em reação ao internacionalismo da Revolução Russa, lançando os seus célebres Quatorze Pontos como uma espécie de “cópia contrarrevolucionária do programa bolchevique” (p. 11). O papel de Wilson, notório acadêmico antimarxista, é de suma importância e será abordado também quando da discussão histórica sobre a atuação dos EUA na América Latina e na Amazônia.

Desse modo, a contribuição marxista ao estudo das relações internacionais tem se avolumado nas últimas décadas e, ainda que não tenha sido incorporada desde a gênese da disciplina, a práxis marxista certamente influenciou, na realidade material, o curso das relações internacionais em uma série de revoluções e rupturas durante o século XX. Do ponto de vista teórico, a relação entre o marxismo e as RI encontra-se em franco desenvolvimento, em que pese os desafios do emprego de uma filosofia prática e transformadora na

compreensão do mundo. Fernandes (2021) sintetiza bem a ambivalência e a complexidade do pensamento marxista quando aplicado às RI:

Ele é simultaneamente “utópico” (ao formular um projeto alternativo de emancipação social) e “realista” (ao enfatizar os interesses materiais que comandam a ação humana e o papel desempenhado pela força na história); “científico” (ao pretender descobrir leis do desenvolvimento social) e “normativo” (ao destacar explicitamente a vocação transformadora da sua filosofia); “mundial-sistêmico” (ao realçar a integração do globo em um único mercado mundial) e “estadocêntrico” (ao reconhecer, teórica e politicamente, a centralidade do poder de Estado para o exercício da dominação no plano doméstico e internacional) (Fernandes, 2021, p. 20).

O que se pretendeu evidenciar nesta breve, porém necessária introdução ao pensamento marxista, é a sua importância e aplicabilidade como referencial teórico na compreensão do capitalismo contemporâneo e, portanto, das relações internacionais. A análise das RI a partir dessa perspectiva permite não apenas desvelar as contradições inerentes à expansão do capital em escala mundial e seus reflexos na periferia, mas também compreender os mecanismos de dominação, exploração e também de resistência que moldam o que na disciplina se entende por ‘sistema internacional’. O emprego do marxismo permite compreender que as políticas externas mundo afora não são movidas por abstrações como o ‘interesse nacional’, mas sim pela necessidade material de garantir a reprodução do capital em escala global, frequentemente por meio da coerção econômica e militar, por parte de agentes e grupos econômicos específicos – neste caso as classes dominantes. Trata-se, sobretudo, de conferir capacidade crítica às Relações Internacionais, confrontando as leituras hegemônicas que naturalizam a desigualdade e a subordinação na política internacional.

1.2. O imperialismo como um fenômeno permanente: do velho ao novo

Se Marx e Engels trabalharam, já no século XIX, com uma série de questões internacionais, o marxismo viria a se robustecer a partir de contribuições posteriores, até a criação de um *corpus* de análise bastante consolidado em torno do fenômeno do imperialismo, o que se pode considerar uma das primeiras tradições de estudo em relações internacionais efetivamente – embora não reivindicada pelo mito fundacional da área³. Apesar do impulso inicial, sobretudo através dos trabalhos de John A. Hobson e Vladimir Y. Lênin, no decorrer do século XX houve uma retração nos estudos do fenômeno. Emiliano

³ A fábula anglo-saxã da fundação do campo geralmente a atribui à criação da cátedra Woodrow Wilson, na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, logo após a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de desenvolver estudos orientados para a paz e assim evitar uma nova guerra.

López (2020) destaca que o conceito tem má reputação e é considerado *démodé* no século XXI, acusado de ser excessivamente ideológico e de pouca capacidade explicativa. Não obstante, o autor (2020) e outras obras contemporâneas têm trabalhado na promoção de um resgate do conceito, que é por vezes chamado de “novo imperialismo”.

Nas últimas décadas, o fenômeno do imperialismo se metamorfoseou, assimilou alguns elementos e perdeu outros, engendrou alguns aspectos até então desconhecidos no Sul Global, mas nunca deixou de existir (Xavier, 2018). São diversos os sintomas e exemplos que remontam ao imperialismo do nosso tempo, e que por isso demandam o resgate de um ferramental de análise abrangente e adequado:

Para onde quer que olhemos no Sul Global, encontramos situações que requerem explicações globais. A apropriação de bens comuns na África e na América Latina, a expansão das fábricas têxteis em condições sub-humanas de trabalho na Ásia, o domínio da produção dos países do Sul da Europa e Norte da África por empresas radicadas na Alemanha e na França; a dominação do Estado de Israel sobre a Palestina; a imposição da propriedade privada sobre espaços comunais, transformando-os em espaços para a acumulação de capital; as incontáveis intervenções militares no Oriente Médio; a imposição do *American Way of Life* através da indústria cultural estadunidense (López, 2020, p. 4-5).

Há uma série de estudos recentes que têm desempenhado papel relevante no entendimento do chamado circuito interno do processo de acumulação capitalista em uma perspectiva mais ampla. No entanto, devido à segmentação que caracteriza a maneira como esses estudos são conduzidos – resultado de um modelo de conhecimento baseado no isolamento das disciplinas – eles deixam de oferecer uma compreensão mais abrangente das mudanças em andamento (Xavier, 2018). Isso constitui, precisamente, a trajetória da disciplina de RI no Ocidente, que experimentou o processo de compartimentalização das ciências observado no mundo anglo-saxão, e a partir disso se desconectou da tradição de pensamento marxista e sua ontologia da totalidade.

Conforme mencionado, o trabalho de Lênin, sobre o imperialismo como o estágio superior do capitalismo, é considerado um divisor de águas na discussão teórica sobre o fenômeno. A obra de Lênin auxiliou na compreensão dos mecanismos de concentração de poder e renda pelos países do Norte através do processo de monopolização do capital, “baseado na exportação de capital dos países imperialistas para as periferias do mundo, favorecida pelo desenvolvimento do capital financeiro e, ao mesmo tempo, se apropriando dos recursos provenientes do Sul para garantir as condições de produção do Norte” (López, 2020, p. 5).

Um dos argumentos centrais de Lênin (2011), amparado em análises da Alemanha e dos EUA, dois países de industrialização tardia, é que a concentração produtiva se convertia em monopólios – dois fenômenos inevitáveis no capitalismo, e que distorciam os processos econômicos. A partir do centro do capitalismo, o principal fenômeno econômico identificado por Lênin era a transformação da concorrência em monopólio, processo que seria basilar em suas obras. Tanto o foi que a tendência de concentração e monopólio se mostrava uma realidade tanto na Alemanha protecionista quanto na Inglaterra do livre-mercado. Marx havia escrito O Capital meio século antes de Lênin, e naquele período a livre-concorrência era uma espécie de ‘lei natural’ para os economistas, a qual Marx alertara para a tendência de concentração da produção e posterior constituição de monopólios. Passados 50 anos, na economia que Lênin (2011) analisava, o monopólio havia se tornado um fato.

Lênin (2011) identificou que os carteis haviam se tornado a base da vida econômica na transição do século XIX para o XX, e a conversão do capitalismo em imperialismo foi em grande medida decorrência da atuação em cartel das empresas e países centrais. Ao atuar internacionalmente, “os carteis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados entre si. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas” (Lênin, 2011, p. 127). Para fins de sistematização, Lênin (2011) destaca que em 1900 o número de *trustes* nos EUA era de 187; ao passo que, em 1907, já totalizavam 250. Naquele país, que começava a expandir sua atuação externa a partir do projeto imperialista de Theodore Roosevelt (1901-1909), os monopólios e *trustes* foram por ele atacados através da Lei Sherman, de 1890, visando regular os excessos do capitalismo monopolista e, assim, garantir a continuidade do sistema.

López (2020) descreve o processo de expansão imperial como um fenômeno vinculado à Revolução Industrial, com uma simbiose entre capitalismo e colonialismo em suas formas iniciais – em amplo diálogo com a tese defendida por Lênin (2011). Até o final do século XIX, a Grã-Bretanha viveu o seu período de expansão capitalista mais intenso, e uma das maiores novidades em relação às práticas coloniais prévias certamente foi a necessidade de acumulação de capital por parte dos centros industriais da Europa (López, 2020).

O capital financeiro fora também extremamente importante para a atuação dos monopólios na periferia. Conforme apontado por Lênin (2011), o mesmo processo de concentração observado na indústria foi também verificado nas finanças, com concentração

bancária⁴. À medida em que as operações bancárias aumentavam e concentravam-se em um número reduzido de estabelecimentos, estes convertiam-se de intermediários formais ao que Lênin (2011) denominou de *monopolistas onipotentes*, “que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países” (p. 138). Como exemplo ilustrativo, Lênin realizou um mapeamento, em muito semelhante à metodologia de Análise de Redes Sociais contemporânea, para representar as relações de participações (e dominação) do Deutsche Bank com outros bancos menores. O que existia era um ‘grupo’ Deutsche Bank, dos mais importantes entre os grandes bancos europeus, que congregava diversos bancos menores vinculados ao banco alemão em participações de primeiro, segundo ou terceiro grau.

A constituição dos monopólios deriva da fusão dos bancos com as indústrias, e todo esse processo ocorre através de relações interpessoais dentro da classe dominante, que naquele período se internacionalizava cada vez mais. É neste sentido que Xavier (2018) defende que o imperialismo consiste, sobretudo, em um fenômeno de natureza política – mas não a política que se restringe às decisões internas dos países e sua classe dominante. O entendimento seria que, atualmente, as classes dominantes são transnacionais e seguem o movimento dos capitais que detêm. Não obstante, ainda que com uma atuação transnacional, é possível identificar uma base originária que, na atual quadra histórica, corresponde à Costa Leste dos EUA – o “complexo Wall Street-FED-FMI”, de acordo com Wade e Veneroso (1998).

O século XX marcou um ponto de virada do velho capitalismo industrial para uma nova forma típica, marcada pela dominação do capital financeiro e que se tornou hegemônico ao financiar as indústrias e depois, com elas, se fundir. Esse processo implicou no predomínio do rentismo e das oligarquias financeiras em que os países exportadores de capitais dividiam o mundo entre si, com o capital financeiro contribuindo para a partilha direta dele (Lênin, 2011). Em termos de exportações de capitais, via de regra, as cláusulas dos empréstimos impunham condições que reforçavam a dependência dos países coloniais e periféricos. Quando Lênin escrevera, as grandes potências coloniais europeias ainda punham em marcha o imperialismo formal – o Raj Britânico da Índia e o Canadá, por exemplo, eram possessões da Inglaterra. Mais de um século depois, houve mudanças na superfície do imperialismo, o

⁴ No Brasil atual, ressalta-se, essa é uma das características fundamentais do Sistema Financeiro Nacional (SNI), onde apenas os 4 maiores bancos (Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil) representaram cerca de 57,8% de todas as operações de crédito em 2023 (Banco Central, 2023).

que certamente requer leituras mais atualizadas de Lênin para cá, mas a base funcional dos mecanismos de subjugação permanece a mesma.

Utsa Patnaik e Prabhat Patnaik (2020) dizem que, longe de ter se encerrado com o fim do colonialismo formal, o imperialismo, pelo contrário, se *agravou* com a financeirização – quando o valor do dinheiro se tornou uma questão cada vez mais essencial, o que deu origem à ‘obsessão’ com as metas de inflação como pilar da vida econômica, a partir de toda a arquitetura financeira internacional criada em Bretton Woods. Se, como é bem verdade, o imperialismo e as políticas coloniais já existiam antes do capitalismo, então o que é que os diferenciam no contexto de Lênin? Uma política colonial que é, em seu fim último, do capital financeiro. Os interesses da exportação de capitais levam à conquista de colônias porque, dentre outros motivos, no mercado colonial é mais fácil suprimir a concorrência e garantir encomendas através do monopólio (Lênin, 2011).

Os carteis e monopólios, hoje representados pelas grandes empresas transnacionais, dominam o mundo porque o capitalismo é global. Lênin (2011) narrou a saga do setor elétrico (cartel da General Electric), do petróleo (Standard Oil *versus* Shell), da navegação marítima (cartel anglo-americano *versus* o alemão) e outros setores cujas grandes companhias historicamente realizaram a partilha de mercados e lucros. Há uma condição sistêmica sob a qual se desenvolve o imperialismo, de modo que os capitalistas partilham o mundo porque o grau de concentração chegou a tal ponto que os obriga a seguir por esse caminho para a obtenção de lucros. Em determinado momento, a fronteira entre o mercado nacional e o internacional torna-se virtualmente imperceptível:

Antes de mais nada, é preciso afirmar que as associações de monopolistas capitalistas – carteis, sindicatos, trustes – partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do seu país. Mas sob o regime capitalista, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e foram se alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas, a marcha “natural” das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de carteis internacionais (Lênin, 2011, p. 188).

Outro elemento fundamental da obra de Lênin (2011) foi a vinculação da Primeira Guerra Mundial com o imperialismo a partir da competição crescente por mercados, recursos e territórios. A partilha territorial do mundo realizada pelo capitalismo monopolista naquele contexto foi um processo colonial e violento, que se constituiu efetivamente em uma luta pela partilha do mundo. O capitalismo monopolista deu os contornos da partilha colonial entre as décadas de 1860 e 1880, com expansão territorial do imperialismo no último quartel do

século XIX. Em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, os Estados capitalistas se esforçaram para adquirir colônias, o que representa um fato universalmente conhecido da história das relações internacionais. Enquanto havia terras a serem conquistadas, houve a corrida colonial; quando essas se esgotaram, por volta de 1900, irrompeu a guerra sistêmica pelo controle dos recursos.

A Primeira Guerra Mundial foi responsável pela criação de um denso *corpus* de teorias acerca da guerra, em que Lênin, Trotski, Rosa Luxemburgo, Kautsky e, mais tarde, Gramsci, fazem extensa referência (Borón, 2020). O acumulado histórico demonstra que, nas condições atuais, capitalismo e guerra são fenômenos interligados. Nas economias de guerra, por exemplo, sempre houve avanços e inovações produtivas. São naqueles 20 anos de crise entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, na terminologia do historiador britânico Edward H. Carr, que os EUA ascende como império, precisamente por conta dos conflitos que varreram o continente europeu. A hegemonia global por parte dos EUA foi alcançada, de fato, após 1945:

Apostaram na reconstrução da Europa para alcançar mercados rentáveis para sua expansão industrial doméstica, viabilizaram negociações para impulsionar fluxos de investimentos produtivos nos países do Sul, exportaram seus padrões culturais de consumo pelo mundo, participaram abertamente nas operações militares contra os projetos de esquerda de vários países e impuseram regimes ditatoriais em uma série de países do Sul (López, 2020, p. 6-7).

No início do século XX, a Índia britânica apresentava o segundo maior excedente de exportações do mundo, atrás apenas dos EUA. Naquele contexto, destacam Patnaik e Patnaik (2020), todo o excedente era apropriado pela Grã-Bretanha para pagar suas dívidas com a Europa continental e a América do Norte, e também viabilizar a exportação de capitais para essas regiões. No caso da principal potência metropolitana de hoje, os EUA – também o país mais endividado do mundo –, os mercados e os mecanismos de drenagem não podem mais desempenhar exatamente o mesmo papel da experiência hegemônica britânica, embora os mecanismos de usurpação do mercado e a drenagem de excedentes continuem uma realidade, agora em muito derivada dos superlucros do monopólio tecnológico consagrado pelo Acordo Trips⁵ da OMC, de 1994 (Patnaik e Patnaik, 2020).

Borón (2020) defende que hoje estaríamos imersos no que se pode chamar de ‘terceira onda’ de expansão imperial. A primeira delas estaria relacionada à Segunda Revolução Industrial e nela as potências coloniais europeias repartiram o mundo a partir da Conferência de Berlim, de 1888. Já a segunda onda corresponderia ao período da Guerra Fria, na qual se

⁵ Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, na sigla em inglês.

admitiram alguns direitos civis e organização democrática, sobretudo como forma de contenção às ideias socialistas naquele momento encampadas pela União Soviética (URSS) – tal é o caso do *welfare-state* europeu do pós-guerra. A segunda onda imperialista engloba, precisamente, a expansão global do poder estadunidense após 1945, nos contornos da sua cruzada contra a URSS. Considera-se a ‘era dourada’ desse intervalo o período de 1948-1973, onde vigorou o padrão dólar-ouro de Bretton Woods até sua dissolução por Richard Nixon, em 1971.

Por fim, a partir dos anos 1980 inicia-se o período neoliberal de liberalização financeira e comercial, cuja violenta aplicação de suas políticas deu origem ao terceiro e atual ciclo de expansão imperialista, tendo ganhado novo fôlego também na década de 1990 (BORÓN, 2020). O capitalismo em sua fase neoliberal, com o deslocamento da produção para a periferia, forçou os salários globais para baixo na chamada ‘era da globalização’ – inclusive os salários da metrópole, sobretudo os relativos à trabalhos intensivos em mão-de-obra, que agora competem com os da periferia em geral e da Ásia em particular. É neste sentido que Patnaik e Patnaik (2020) apontam que o principal mecanismo de imposição de deflação de renda aos trabalhadores da periferia tem sido a aplicação de políticas neoliberais. Além disso, o desemprego também consiste em um instrumento de controle macroeconômico sobre a deflação de renda e, conseqüentemente, a preservação do valor do dinheiro (Patnaik e Patnaik, 2020).

Conforme já mencionado, hoje o imperialismo é em grande parte desenvolvido a partir do complexo Wall Street-FED-FMI, a partir da atuação das oligarquias corporativo-financeiras associadas ao capital globalizado – embora também existam as intervenções diretas, embora menos frequentes, como a invasão para o controle no Iraque, em 2003. Disso se denota que, ao contrário do que faz crer parte expressiva da literatura tradicional da área de RI, o imperialismo é, sim, um fenômeno que se faz presente na contemporaneidade. As enormes diferenças na taxa de exploração entre o centro e a periferia, com a transferência da massa da classe trabalhadora industrial para países onde a exploração é mais intensa, representa um elemento importante do capitalismo moderno, diretamente derivado da transferência do capital aos países de baixos salários (Smith, 2020).

Para além da superexploração do trabalho assalariado no Sul global, Smith (2020) entende também que uma das principais expressões do imperialismo em sua fase de capitalismo neoliberal é a questão da dívida, em muito associada aos termos de troca deteriorados e desvantajosos das exportações de mercadorias primárias dos países periféricos. A extração voraz dos recursos minerais através da pilhagem imperial do colonialismo,

seguida do padrão de exploração insustentável de recursos naturais na periferia após a descolonização formal do Sul Global, constitui um dos vetores responsáveis pela sobrecarga e pelo desequilíbrio dos sistemas naturais do planeta no atual contexto de mudanças climáticas. Além disso, a problemática da dívida também tem assumido novos contornos a partir do processo de financeirização das soluções climáticas, presente inclusive na Amazônia brasileira (Carneiro, 2024).

De modo geral, aquilo que Borón (2020) identifica como o terceiro ciclo de expansão imperialista, corresponde ao processo de sedimentação da hegemonia dos EUA, sucintamente descrito por Merino (2020) nas palavras abaixo:

O novo ciclo de crescimento iniciado em 1993-1994, que deixou para trás o ciclo negativo que vinha desde os anos 1970, consolidou a breve *belle époque* neoliberal. O mundo se tornou unipolar, e o globalismo emergiu como descrição ideológica da nova fase do capitalismo mundial, mas também como projeto político. À transnacionalização financeira, produtiva e, em boa medida, cultural devia corresponder uma estrutura de poder transnacional que administrasse a nova ordem do sistema mundial e suturasse as contradições do capitalismo global. O projeto dos Estados Unidos como Estado verdadeiramente global era impossível, porém, por sua vez, sobre sua base e desenvolvimento configurou-se o andaime de uma institucionalidade globalista. Em função disso, se fortaleceram algumas organizações multilaterais chave do pós-guerra sob o controle dos Estados Unidos e do Norte Global: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Além disso, criou-se a Organização Mundial do Comércio (OMC) e começou a se impulsionar um conjunto de normas globais voltadas para o comércio, o investimento, a propriedade intelectual etc., materializadas em acordos e instituições. Inclusive, estabeleceram-se tribunais internacionais, como o Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (Ciadi), para arbitrar sobre disputas relativas a investimentos, despojando os Estados nacionais de ferramentas soberanas (Merino, 2020, p. 138).

Neste cenário, o Estado conserva um papel fundamental na manutenção do capitalismo da era da globalização. À medida que o capitalismo se expandiu globalmente, com a crescente mobilidade do capital, a instituição estatal se tornou ainda mais significativa para a regulação e organização do sistema (Tonak, 2020). Borón (2020) reforça essa ideia ao apontar que os Estados ainda conservam, como fim último, o monopólio da violência legítima na vida prática, e dessa forma continuam a ser a ser o epicentro do poder social, estabelecendo a partir de seu núcleo duro classista o marco jurídico e o aparato coercitivo necessários à obtenção de lucro por parte das corporações.

Não obstante, o Estado não é livre de disputas e contradições e, menos ainda, atua como um ator unitário e racional no plano internacional, como fazem crer algumas teorias tradicionais da área de RI. Ao apontar que Cecil Rhodes e os dirigentes políticos da burguesia inglesa em geral identificavam o imperialismo como um processo político e econômico, Lênin (2011) desvela a atuação imperialista daquilo que seria mais tarde considerado por

Gramsci como o ‘complexo Estado-sociedade civil’, no qual a burocracia estatal, junta do *establishment* político, apoia e viabiliza o imperialismo econômico das grandes corporações. Além disso, Lênin (2011) também observou, ao destacar que Engels alertou Marx acerca do processo de ‘aburguesamento’ do proletariado inglês, que o operariado britânico do período aproveitou-se do monopólio colonial da Inglaterra e de sua preponderância no mercado mundial. Disso depreende-se que quem dirige o imperialismo é a classe dominante, mas o conjunto da população em geral aproveita-se dele e por vezes o apoia – o que fica evidente também na experiência hegemônica estadunidense.

Descortinar a atuação do Estado como um ator supostamente monolítico implica pensar a dinâmica das classes dominantes e sua atuação transnacional, sobretudo os vínculos das classes dominantes centrais para com as da periferia. Para tal enquadramento de análise a América do Sul constitui um caso sintomático. Já em 1916 Lênin (2011) identificava a condição da América do Sul como semicolonial, visto que a região era composta de países que, “dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática” (p. 212). Isto é, o contexto de suposta independência política nacional mascara a dependência econômica (López, 2020). É fundamental para o processo, no caso da América Latina, a aquiescência das classes dominantes nacionais, que se beneficiam do estado das coisas.

Smith (2020) aprofunda essa noção ao apresentar a realidade da superexploração no Sul global, incluindo a do Brasil. Diz o autor (2020) que o sonho de todo capitalista é se tornar um monopolista, sonhos esses que, na realidade econômica do Sul global permanecem apenas no plano da imaginação, dado que os capitalistas da periferia não possuem outra escolha a não ser “depende exclusivamente da extração da mais-valia de seus próprios trabalhadores, ao explorá-los além dos limites, ou mais precisamente, retirar deles o que resta depois que os monopolistas e imperialistas tenham tomado sua parte” (p. 48).

Além da superexploração do trabalho, outra forma de transferência de valor do Sul para o Norte, diz Tonak (2020), são os investimentos em carteira e o já mencionado endividamento internacional dos países periféricos – neste caso bastante evidenciado pela Argentina que, na condição de país devedor, tem de pagar juros exorbitantes. A situação brasileira, por outro lado, se coloca de modo diferente, com grande peso para os IEDs: o grande influxo de investimento externo direto (IED), que prevê “a repatriação dos lucros obtidos com o investimento especulativo de capital monetário em ações, títulos, câmbio e uma variedade de outros instrumentos financeiros” (Tonak, 2020, p. 72). No Brasil tem havido uma grande concentração de IEDs no bioma amazônico, com a exportação direta de

recursos naturais, mas também uma série de operações financeiras vinculadas aos novos instrumentos de financiamento climático, como os mercados de carbono.

A América Latina ocupa um papel central na reformulação da estratégia imperialista dos EUA diante da ascensão da China, assim como o foi durante a Guerra Fria em função da contenção soviética. Na verdade, “desde o início de sua vida independente, os Estados Unidos consideraram essa parte do mundo como seu ‘quintal’, sua zona de segurança” (Borón, 2020, p. 119-120). Diante do contexto atual de esgotamento climático global, a dotação de recursos naturais da região a tem conferido um caráter estratégico cada vez maior, evidente tanto na estratégia de segurança nacional dos EUA como na própria atuação do Comando Sul do país (U.S. SOUTHCOM, na sigla em inglês)⁶.

Ao tratar sobre o mecanismo de ‘caça aos recursos naturais’, de Michael Klare, Borón (2020) apresenta bem a nova geopolítica dos recursos naturais, cujo um dos epicentros é justamente a América do Sul, sobretudo em sua porção amazônica:

Em um mundo cada vez mais ameaçado pelo esgotamento de certos bens comuns de caráter estratégico, começando pela água e seguindo pelo petróleo, a biodiversidade, os minerais estratégicos e os alimentos, e diante de um aumento ininterrupto da população mundial que, até meados deste século, pode cruzar a marca dos 10 bilhões de habitantes, as principais potências se lançaram com toda sua força em uma campanha mundial para garantir para si os insumos básicos requeridos por um padrão de consumo capitalista caracterizado pela utilização irracional e o irresponsável esbanjamento dos recursos naturais. Não é um mistério para ninguém que a vigorosa expansão da China em direção aos países do Terceiro Mundo tem como objetivo fundamental garantir para si o fornecimento de certos recursos naturais imprescindíveis para sua economia, fenômeno este que se manifesta sobretudo na África, mas também, embora em menor medida, na América Latina [...] Uma boa perspectiva sobre a gravidade da “caça aos recursos naturais” é oferecida pelo cálculo da “pegada ecológica” realizado pelo Global Footprint Network. Este indicador nos diz que, no ritmo atual de consumo, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França requerem de 3 a 5 planetas e meio para sustentar seu nível atual de consumo. Isso nos dá uma informação extremamente eloquente e torna desnecessário fazer maiores comentários, e serve por si só para demonstrar a insustentabilidade do padrão de consumo “ocidental”, tão publicitado pelos meios de comunicação e tão promovido pelos governos capitalistas de todo o mundo. Esse padrão de consumo desenfreado só pode funcionar se uma parte significativa da população mundial for condenada à pobreza e à indigência. Simplesmente, não há ferro para todos, cimento para todos, petróleo para todos, fosfato para todos, água para todos! Por isso o imperialismo foi se tornando cada vez mais agressivo e sanguinário, estimulado pela pressão para preservar um modelo de sociedade, o “*american way of life*”, ao qual só uma minoria da população mundial pode ter acesso (Borón, 2020, p. 102-103).

⁶ Em 2022, no Fórum de Segurança em Aspen, no Colorado, a general Laura J. Richardson, então comandante do Comando Sul dos EUA, deixou claro em declaração a importância dos recursos naturais latinoamericanos para a segurança nacional dos EUA. Na ocasião, Richardson disse que: “Esta região é tão rica em recursos [...] É extraordinariamente rica. 60% do lítio do mundo está na região; você tem petróleo bruto pesado, tem petróleo leve, tem elementos de terras raras, tem a Amazônia [...]” (Sputnik Brasil, 2022 - tradução própria).

Mais uma vez, aqui, Harvey (1996; 2005) nos ajuda a compreender a dinâmica entre imperialismo e recursos naturais. Aquilo que descreve Borón (2020) não representa outra coisa senão a expressão concreta do novo imperialismo de Harvey (2005), no qual a centralidade dos recursos naturais passa a ocupar um lugar ainda estratégico na reprodução do capitalismo, sobretudo em um contexto de crise estrutural. Diferentemente das formas clássicas de expansão imperial, esse novo padrão articula mecanismos econômicos, financeiros, jurídicos e político-militares no sentido de viabilizar a continuidade dos processos de acumulação por espoliação, em especial, como já alertamos, nos territórios periféricos que ainda conservem riquezas naturais. Nesse sentido, a Amazônia representa a epítome das contradições do capitalismo contemporâneo, funcionando, simultaneamente, como reserva material e como fronteira simbólica para a reconfiguração de novos mercados ‘verdes’. Assim, a acumulação por espoliação de Harvey (2005) ocorre desde a extração de minério pela mineradora nórdica até, como destaca Barbosa (2017), o sofisticado controle patentário dos recursos genéticos e biológicos exercido por grandes corporações do setor biotecnológico. A apropriação desses bens comuns mundo afora é frequentemente mediada por Estados, organismos internacionais e grandes corporações; na Amazônia, conforme buscamos mapear aqui, esse processo tem sido dirigido, em alguma medida, pela atuação da USAID e sua rede de parceiros.

A discussão até aqui empreendida buscou evidenciar a relevância e a validade do imperialismo como um fenômeno latente de nosso tempo. É importante destacar, entretanto, que existe uma também extensa literatura que tratou de contrapor a tese de Lênin (2011) e desassociar o imperialismo do capitalismo. Boa parte da argumentação utilizada para descartar o imperialismo como um fenômeno real contemporâneo gira em torno do argumento de que o imperialismo consiste em um fenômeno prévio ao próprio capitalismo. Conforme apontado, o fato de essa afirmação estar correta não invalida o fato de que o capitalismo tem produzido, também, um imperialismo cujas características lhe são próprias. Existem, é verdade, uma série de dificuldades de se caracterizar o ‘novo imperialismo’. Mas quais são, por fim, as diferenças entre o imperialismo clássico e o *moderno*? Como opera o imperialismo contemporâneo?

Um bom ponto de partida é apresentado pela leitura de Wood (2003) sobre o tema:

O novo imperialismo se tornou o que é por ser a criatura do capitalismo, um sistema em que todos os atores econômicos – produtores e apropriadores – dependem do mercado para suas necessidades mais básicas. Trata-se de um sistema em que as relações de classe entre produtores e apropriadores, e especificamente a relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados, também são mediadas pelo mercado,

o que está em nítido contraste com as sociedades não capitalistas, nas quais produtores diretos tinham acesso por outras vias que não o mercado aos meios de produção, especialmente a terra, e portanto estavam protegidos das forças do mercado, enquanto os apropriadores dependiam da força superior para extrair trabalho excedente desses produtores diretos. No capitalismo, a dependência de produtores e apropriadores em relação ao mercado significa que eles estão sujeitos aos imperativos de concorrência, acumulação e produtividade crescente do trabalho e todo o sistema – em que a produção competitiva é condição fundamental de existência – é movido por esses imperativos. O efeito é, entre outras coisas, uma relação distinta entre o poder político e o econômico, que tem consequências para as relações de classe e para a expansão imperialista (Wood, 2003, p. 21).

Wood (2003) identifica que as relações de dominação atuais são opacas porque, via de regra, não decorrem da intervenção direta na relação entre capital e trabalho ou entre o império e seus súditos, mas sim de forma indireta por meio de um complexo sistema de compulsões econômicas, do sistema de propriedade e, sobretudo, da operação dos mercados. O imperialismo capitalista em sua versão atual é, portanto, um imperialismo de mercado. Assim sendo, ele exerce seu domínio por meio por meios econômicos e pela manipulação das forças de mercado (Wood, 2003) – o que as vezes constitui, inclusive, a criação de novos mercados em momentos de reorganização do sistema diante de suas contradições, como é o caso da mercantilização das emissões de carbono atualmente.

A coerção nas sociedades capitalistas é, então, exercida não apenas pela força direta, mas também de forma indireta e impessoal por aquilo que Wood (2003) chama de compulsões de mercado. A autora (2003) argumenta que “as classes dominantes, com a ajuda do Estado, têm condições de manipular essas compulsões, e certamente o fazem em seu próprio interesse, mas é difícil associá-las a uma única fonte de poder” (p. 22). Embora o apoio estatal seja necessário ao capital, este também limita o Estado ao aglutinar sob seu controle e das leis de mercado uma série de funções sociais que antes se encontravam na esfera do controle político ou da deliberação comunitária (Wood, 2003). Não obstante, mesmo este processo de diminuição do Estado em detrimento do mercado não deixa de ser político, visto que o neoliberalismo contemporâneo foi política e ativamente disseminado (Vidal, 2023). Junto dele, intensificou-se a já tradicional separação formal entre economia e política como *locus* de interpretação do sistema capitalista. Disso resulta que, como reflexo do descolamento entre economia e política, a hegemonia econômica do capital pôde se estender para muito além dos limites da dominação política direta.

Para além da simbiose entre os poderes político e econômico, Merino (2020) destaca que a acumulação capitalista também é profundamente dependente do poder militar, que funciona como garantidor ao conquistar territórios, disciplinar rivais e conceder legitimidade. Como *modus operandi* do imperialismo no capitalismo, o poder político-militar “se alimenta

do poder econômico e da acumulação infinita de valor para obter para si os recursos de sua própria reprodução ampliada” (Merino, 2020, p. 135). No caso da hegemonia dos EUA, resta evidente o papel de seu complexo industrial-militar tanto na estratégia imperialista global quanto internamente a partir da aplicação de um keynesianismo militar – com déficit público e aumento sustentado do orçamento militar – para a dinamização da economia doméstica (Merino, 2020).

O interesse classista do complexo industrial-militar-financeiro, representado pela associação da indústria bélica com o capital financeiro, estabelece um paradoxo no contexto do ‘novo imperialismo’. Trata-se de um imperialismo pelo qual a dominação não se dá pela conquista e controle físico de territórios, e ainda assim observa-se o desenvolvimento de uma capacidade militar sem precedentes na história. Talvez, destaca Wood (2003), seja precisamente por “não ter nenhum objetivo claro e finito que o novo imperialismo exija força militar tão pesada. A dominação ilimitada de uma economia global e dos múltiplos Estados que a administram exige ação militar sem fim, em propósito ou tempo” (p. 109).

O imperialismo capitalista tornou-se, fundamentalmente, uma questão de dominação econômica, onde os imperativos de mercado realizam o trabalho antes feito pelos Estados imperiais e pelos colonizadores na era do imperialismo clássico. Mas não por isso foi removida a necessidade de força militar; pelo contrário, “o novo imperialismo não pode abrir mão, como o fazia a teoria de Locke da expropriação colonial, de uma teoria da guerra” (Wood, 2003, p. 115). Tanto não pode renunciar à guerra o novo imperialismo que todo o *corpus* teórico da segurança multidimensional tem sido instrumentalizado, dentre outras coisas, para dar vazão ao complexo industrial-militar dos EUA. Assim como a Guerra Fria o foi em sua época, a nova guerra sem fim – seja contra o terrorismo islâmico, o *eixo do mal* de George W. Bush, a Rússia ou a China – é vital para uma economia extremamente dependente da produção militar, da militarização da indústria aeroespacial e do comércio global de armas (Wood, 2003). Tal quadro explica em partes, também, as ofensivas militares do segundo mandato de Trump, que buscou reviver a Doutrina Monroe e intensificou as intervenções do país na América Latina. Até a escrita desta dissertação, talvez o principal símbolo deste quadro tenha sido a invasão da Venezuela seguida do sequestro do então presidente do país, Nicolás Maduro, ambas ações realizadas ao arrepio do direito internacional.

Conforme observado, o imperialismo não se restringe a um fenômeno circunscrito ao final do século XIX e início do século XX, e nem se reduz à expansão territorial clássica. Antes disso, ele é a expressão concreta da lógica de acumulação capitalista em escala global, hoje marcada por fenômenos como financeirização, a reestruturação produtiva e as formas

contemporâneas de dependência – que perpetuam o domínio dos centros sobre a periferia. Essa configuração reafirma a centralidade da interpretação leninista do imperialismo, atualizada por contribuições teóricas como as de Wood (1999; 2003), Borón (2020), López (2020), Smith (2020) e outros, que demonstram como a transnacionalização do capital aprofunda desigualdades, redefine e complexifica as estratégias de dominação econômica e política – que serão abordadas na sequência.

1.3. A abordagem gramsciana, as bases da hegemonia e o capitalismo “verde” na Amazônia

Outra fonte de contribuições acerca do imperialismo e das dinâmicas de poder internacionais é a extensa obra de Antonio Gramsci, que na área de RI tem sido resgatada, ainda que marginalmente, desde a década de 1980, a partir da Teoria Crítica Neogramsciana e autores como Robert W. Cox, Stephen Gill, Kees van der Pijl e Andrew Linklater. Os *Cadernos do Cárcere*, conjunto da obra de Gramsci, constituem uma importante contribuição acerca do estudo de práticas de dominação e daquilo que o teórico italiano entendia por hegemonia, derivada não apenas da força, mas também da construção de consenso cultural e ideológico. Gramsci deixou um legado monumental na teoria política e no pensamento filosófico, e a sua análise do Estado e da sociedade civil representa a base de uma série de interpretações críticas acerca das dinâmicas internacionais a partir da atuação das classes dominantes transnacionais, bem como um importante contraponto ao estadocentrismo que é característico das teorias canônicas das RI.

De acordo com Monasta (2010), boa parte do trabalho de Gramsci dedicou-se a descobrir a ‘função intelectual’ dentro das sociedades, que são sempre educativas e políticas. Cada grupo social cria para si, organicamente, camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função. Os intelectuais têm um caráter funcional na manutenção da hegemonia, visto que:

[...] a organização da cultura é “organicamente” ligada ao poder dominante. Os intelectuais não podem ser definidos pelo trabalho que fazem, mas pelo papel que desempenham na sociedade; essa função, de forma mais ou menos consciente, é sempre uma função de “liderar” técnica e politicamente um grupo, quer o grupo dominante, quer outro grupo que aspire a uma posição de dominação (Monasta, 2010, p. 20).

Muitos dos intelectuais do período de Gramsci (início do século XX) e de hoje são funcionais – burocratas, gerentes e administradores, por exemplo; visto que o mundo

aristocrático acadêmico da intelectualidade clássica não mais existe. Já havia, portanto, um caráter instrumental na intelectualidade observada por Gramsci, sobretudo considerando que o teórico italiano se debruçou sobre uma sociedade posterior a Marx, com relações de produção mais complexificadas, tendo dedicado bastante atenção ao modelo de produção fordista, por exemplo em “Americanismo e Fordismo”.

Gramsci partiu do marxismo e em relação a ele desenvolveu uma série de contribuições, boa parte delas das mais robustas do século XX. Para Parmar,

A visão Gramsciana, juntamente com o marxismo ortodoxo, é fundada em uma análise econômica do poder em sociedades capitalistas. As corporações capitalistas formam a base do poder econômico e, portanto, a base do poder social, cultural e ideológico na sociedade civil. Ao contrário dos marxistas ortodoxos, no entanto, Gramsci fez um afastamento radical dessa visão para explicar a relativa imunidade do capitalismo ocidental à revolução. Gramsci observou que existiam importantes camadas protetoras de cultura, ideologia, valores e instituições pró-burguesas que desempenharam um papel poderoso na formação das mentes das massas em favor do status quo e contra a revolução violenta. Em suma, Gramsci tornou mais explícito e desenvolveu mais especificamente o que Marx argumentou quando escreveu que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes” (Miliband 1984, 162–163). Gramsci, no entanto, localizou a luta ideológica, política e cultural mais centralmente no pensamento marxista, criando assim espaço na teoria para aqueles que são as principais fontes e disseminadores de novas ideias e teorias: os intelectuais. Com efeito, o argumento de Gramsci é que não há uma maneira simples de definir interesses capitalistas ou nacionais — em termos econômicos ou políticos — e que os interesses são uma questão de debate intelectual e interpretações concorrentes. É o papel dos “intelectuais orgânicos” — pensadores que estão conectados com a classe dominante por meio, por exemplo, das universidades, igreja, mídia de massa ou partidos políticos — desenvolver, elaborar, refinar, disseminar e ensinar as ideias, valores e normas dominantes, para tornar “natural” e “senso comum” o que são, na realidade, ideias que apoiam principalmente a classe dominante (Parmar, 2011, p. 187-188 – tradução própria).

O teórico italiano inspirou-se em Lênin na rejeição a uma divisão mecanicista entre proletariado e *intelligentsia* (intelectuais) e via intelectuais orgânicos na classe trabalhadora, com caráter funcional, em unidade com os trabalhadores na figura de um Partido Revolucionário. Todos os grupos sociais, diz Gramsci (1971), ao adentrarem no mundo econômico da produção, criam organicamente um ou mais extratos de intelectuais que lhes dão homogeneidade e racionalizam sua posição nas esferas econômica, social e política. Como exposto previamente, a empresa capitalista criou técnicos industriais, especialistas em economia política, administradores e outros quadros responsáveis pela organização de sua classe e da sociedade em geral (Gramsci, 1971), que influem sobremaneira na superestrutura ideológica e cultural do sistema capitalista.

Conforme destaca Gill (2008), um aparato cultural serve, dentre outras coisas, para estabelecer culturalmente os ‘limites do possível’ ao pensamento social e à ação política.

Neste sentido, o estabelecimento da hegemonia envolve mais do que apenas a propagação das ideias da classe dominante em um período ou contexto específico; ela envolve persuasão e aceitação de regras e formas legítimas de governo ou gestão. Além disso, “deve abranger não apenas ideias, instituições e potenciais materiais específicos, mas também todo um modo de vida” (Gill, 2008, p. 14 – tradução própria). A descrição e o referencial oferecidos pelo autor (2008) permitem pensar a formulação e disseminação do paradigma cultural do desenvolvimento sustentável, que tornou-se hegemônico no debate público global dos anos 1970 para cá, e se reafirma como a única solução viável à crise climática em curso.

Não obstante, ressalta-se que, ainda que hegemônico, o desenvolvimento sustentável enquanto paradigma dominante não se consolidou sem uma luta de ideias nos interstícios do atual bloco histórico transnacional⁷. Gill (2008) alerta que a dominância cultural nunca pode ser totalizante, uma vez que ela é envolta em lutas e resistências que buscam criar modos alternativos e redefinir a linguagem da realidade cultural. No entanto, nem sempre a participação popular se faz sentir nestes processos. No caso do desenvolvimento sustentável, observa-se um exímio exemplo de *revolução passiva*, no sentido a ela conferido por Gramsci (1971), onde um processo de transformação social é operado pela classe dominante de forma gradual e conservadora.

Conforme sintetiza Monasta (2010), a mensagem central do teórico italiano é que a organização da cultura na sociedade é organicamente ligada ao poder dominante. Arregui (2005) reforça essa noção ao trabalhar o papel da propaganda e da manipulação da opinião pública na difusão de ideias. Segundo o autor (2005), associada ao poder dominante, a propaganda cumpre um papel cultural importante na conservação do *status quo*, uma vez que cria nos indivíduos condicionantes mentais e emocionais que, na forma de automatismos, se convertem em crenças, atos de fé laicos e tendências uniformes de consciência coletiva. A indústria cultural desenvolveu-se expressivamente desde os escritos originais de Arregui, mas que ainda assim permanecem válidos para a compreensão da penetração da hegemonia cultural anglo-saxônica na periferia do sistema capitalista, que em relação à América Latina vai desde o consumo de *Hollywood* até a dificuldade de rompimento com as formulações teóricas estadunidenses nas ciências sociais e nas RI.

⁷ Quando o movimento ambientalista global passou a representar uma ameaça efetiva aos interesses corporativos, as grandes empresas transnacionais mudaram a estratégia, que até então consistia em campanhas anticientíficas de desacreditação dos alertas climáticos, para uma estratégia de acordo e ‘incorporação’ das preocupações ambientais em suas práticas – sem, por óbvio, desafiar fundamentalmente os padrões de acumulação vigentes (Gill, 2008).

Os intelectuais não são necessariamente definidos pelo trabalho que fazem, mas pelo papel que desempenham no conjunto social, em uma função que é de liderar, do ponto de vista técnico ou político, um grupo – seja ele dominante ou aspirante a tal (Monasta, 2010). O papel dos intelectuais é, portanto, fundamental para a produção do consenso, que junto com a coerção consiste em um dos pilares de sustentação da hegemonia (Gramsci, 1971). Ao examinar a estratégia de disseminação da ideologia neoliberal na América Latina, por exemplo, Vidal (2023) reforça a diáde coerção e consenso apresentada por Gramsci (1971), destacando que “a elite dominante legitima o seu papel persuadindo a sociedade a pensar de uma determinada maneira – uma que reproduz a desigualdade econômica e social – seja através da força ou do consenso” (p. 4 – tradução própria).

O processo de institucionalização apresentado por Cox (1981) também aprofunda a noção do consenso e de sua produção. Ele prevê a perpetuação de uma ordem particular, em um mecanismo baseado na legitimação de normas, valores e práticas que favorecem grupos e interesses específicos. Em uma relação de poder desigual, a parte mais forte pode sempre lançar uso da força para a garantia de seus interesses; entretanto, caso a parte mais fraca veja a dominância a qual está sujeita como legítima, a força pode ser descartada. A institucionalização pode garantir esse quadro, produzindo legitimidade através de concessões pontuais e de sua disseminação enquanto algo universal (Cox, 1981). O elemento da universalidade desempenha papel importante na engrenagem, uma vez que é ele quem promove a internalização e naturalização de interesses e ideias que são, na verdade, particulares.

A introdução do neoliberalismo na América Latina, conforme denota Vidal (2023), se deu com grande êxito precisamente por conta de seu caráter supostamente universal e técnico. Para além da forma com o qual fora disseminado, em alguns casos latino-americanos chama também atenção o contexto de introdução do neoliberalismo. Tal é o caso chileno, que sob o regime ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990) foi disseminado através da conjugação do consenso e da força, com a violência estatal garantindo as impopulares reformas de austeridade naquilo que se constituiu uma verdadeira *doutrina de choque* (Klein, 2008).

Empiricamente, é possível constatar que a América Latina tem sofrido há décadas com um esforço pedagógico de intervenção dos EUA e sua classe dirigente, que na contemporaneidade manifesta-se na atuação dos institutos liberais da região, que buscam promover uma ‘educação econômica’ neoliberal (Vidal, 2023). Um bom exemplo, conforme destacado por Vidal (2023), é a atuação da Atlas Network no Brasil e em outros países latino-americanos que, como um verdadeiro aparelho privado de hegemonia, tem constituído

uma rede de instituições parceiras engajadas na disseminação de doutrinas, valores e práticas associadas ao neoliberalismo.

A raiz ontológica deste processo se encontra na divisão internacional do trabalho da produção de conhecimento que está organizada em uma hierarquia entre centro e periferia e se manifesta, de acordo com Pinheiro (2020), em todo o universo das ciências humanas. Essa é também uma das facetas do imperialismo extensamente trabalhado nos parágrafos anteriores. O Norte Global é associado ao conhecimento ‘técnico’ e científico e, em função disso, há a importação, por vezes acrítica, de referenciais teórico-metodológicos na periferia, o que em fim último valida e legitima a incorporação de uma visão de mundo colocada como universal. Resulta daí a colonização das mentes dos oprimidos, que na atual quadra histórica têm composto sociedades cada vez mais subordinadas à lógica neoliberal (Vidal, 2023).

O processo de introdução da ideologia neoliberal na América Latina, a partir dos EUA, consiste em um exemplo sintomático do papel da agência humana e de grupos de interesse nas transformações sociais. De acordo com Gill (2008), o que os cientistas sociais observam ao fazer ciência é uma realidade de segunda ordem, pois a estrutura social é uma abstração conceitual “que corresponde a como a agência coletiva dos humanos produz regularidades mais ou menos institucionalizadas no tempo e espaço, através de uma luta para objetificar e transformar as relações sociais e com a natureza” (p. 16 – tradução própria). Marx considerava que os humanos faziam sua própria história, mas não sob as condições com as quais eles queriam, ao passo que para Gramsci a ação coletiva era o meio e a forma através da qual as estruturas históricas eram criadas e transformadas (Gill, 2008). Tal posição ontológica, uma vez que considera em maior ou menor grau o papel da agência dos indivíduos, distancia-se do dualismo cartesiano, baseado na antinomia sujeito-objeto.

Gill (2008) aprofunda, a partir disso, o referencial metodológico de Gramsci, apresentando o conceito de bloco histórico como unidade de análise:

Na abordagem Gramsciana, a história e a economia política não são entendidas como uma sequência ou série de eventos ou momentos discretos que, quando agregados, equivalem a um processo de mudança com certas regularidades governantes: para Gramsci, é o conjunto de relações sociais configuradas por estruturas sociais (‘a situação’) que é a unidade básica de análise, em vez de agentes individuais, sejam eles consumidores, empresas, estados ou grupos de interesse, interagindo de uma forma (potencialmente) governada por regras no ‘mercado político’ em um dado momento ou conjuntura, como na moderna teoria da escolha pública (Gill, 2008, p. 19 – tradução própria).

O bloco histórico gramsciano se refere à inter-relação entre a estrutura econômica e a superestrutura política e ideológica, cujas dimensões estão sempre conectadas – o que exige

um esforço de análise que considere a interação dinâmica entre ambas as partes. Deriva daí o esforço deste trabalho em analisar a rede que compõe a atuação contemporânea da USAID na Amazônia brasileira, uma instituição umbilicalmente associada ao que Gill (2008) entende como o ‘bloco histórico supremacista transnacional’ liderado pelos EUA. O elemento da supremacia na interpretação do autor (2008) diz respeito à preponderância de uma classe, ou fração de classe, manifestada em termos de dominação cultural e material, bem como em liderança intelectual e moral. Não obstante, a ideia de supremacia também se manifesta do ponto de vista racial na atuação dos EUA na Amazônia, tendo não apenas acompanhado os projetos e empreendimentos de empresas do país no bioma ao longo do século XX⁸, como também sido incorporada à atuação de organizações do Norte Global nos moldes daquilo que se podem considerar processos de colonização pedagógica.

A classe, ou a fração de classe, impõe-se na constituição do bloco histórico, e é precisamente daí que resulta sua supremacia sobre os demais grupos, dado que o estabelecimento de sua hegemonia “requer sucesso contínuo em persuadir outras classes e grupos na sociedade civil a aceitar sua liderança, bem como a maioria de seus valores-chave” (Gill, 2008, p. 92 – tradução própria). Os autores críticos neogramscianos, como Robert W. Cox, desempenharam um papel importante em expandir a *rationale* de Gramsci acerca da formação das classes e estabelecimento da hegemonia domesticamente para a esfera internacional, no formato de uma classe transnacional capitalista centrada nos EUA. Uma das contribuições-chave a este respeito é o trabalho de Kees van der Pijl (1984), que em seu livro “*The Making of an Atlantic Ruling Class*”, localizou bem no tempo-espaço a formação da hegemonia estadunidense, a partir da conformação de uma classe dominante de base transatlântica no período entreguerras, com origem nos EUA mas com intenso relacionamento com a Europa.

Gill (2008) oferece ainda uma definição mais aprofundada da classe transnacional capitalista em questão, que se constituiu em um verdadeiro *establishment* internacional a partir da conjugação das burguesias nacionais com as burocracias estatais:

Neste estágio ‘transnacional’ no desenvolvimento do capitalismo, pode-se dizer que a classe capitalista transnacional em desenvolvimento ou ‘*establishment* internacional’ compreende os segmentos das burguesias nacionais e burocracias estatais de uma série de países que têm interesses materiais no fluxo relativamente livre de capital, bens e serviços dentro da economia mundial [...] Seus principais membros incluem os principais proprietários e gerentes de corporações

⁸ Experiências como a Fordlândia – exímio exemplo de capitalismo e colonialismo no bioma amazônico (Almeida, 2017) e o Projeto Jari, por exemplo, constituem boas representações desse quadro, que serão trabalhadas no capítulo subsequente do trabalho.

transnacionais; banqueiros centrais e outros banqueiros internacionais; e muitos, embora não todos, políticos e funcionários públicos importantes na maioria dos países capitalistas avançados, e aqueles em alguns países do Terceiro Mundo. O crescimento desta classe foi facilitado pela melhoria do transporte e das comunicações, e cada vez mais por instituições ‘privadas’ e ‘públicas’ que fomentam o diálogo e a interação entre as elites (Gill, 2008, p. 93-4 – tradução própria).

De acordo com Cox (1983), o estabelecimento de uma hegemonia requer o desenvolvimento de ideias e políticas para dentro de um conjunto de burocracias estatais, como os ministérios de relações exteriores e de finanças, e também de organizações internacionais, a exemplo das instituições do sistema de Bretton Woods, como o FMI e o Banco Mundial. Trata-se de espaços tradicionalmente liberais, fundamentais para a formulação e disseminação de ideias e projetos vinculados às forças transnacionais hegemônicas. O que se observa é que a ideologia do desenvolvimento sustentável conseguiu a penetração institucional requerida para se integrar ao pensamento hegemônico, e nesse processo se desvirtuou da crítica socioambiental que lhe deu origem no movimento ambientalista. Sua assimilação pelo sistema capitalista global, a partir da estratégia das grandes corporações e do uso intensivo daquilo que se entende como “maquiagem verde”, forçou um processo de moderação e neutralização do movimento ambientalista, o que está na raiz do sistema global de travas impostas às soluções ecológicas, representado pela noção de *ecoplamento* de Schinke (2013).

Além disso, o processo de cooptação do movimento ambientalista, conforme aponta Gill (2008), constitui um didático exemplo daquilo que Gramsci entendia por *transformismo*. Os resultados da Rio-92, realizada no Brasil, deixaram evidente o processo de ‘cooptação da oposição’ realizado pelo ambientalismo corporativo, na medida em que a definição de desenvolvimento sustentável que emergiu da conferência passou a ser amplamente vinculada às forças de mercado e à livre-iniciativa (Gill, 2008). Desde então, a materialização de práticas de desenvolvimento sustentável em políticas públicas tem sido realizada sempre de acordo com o padrão vigente de acumulação capitalista – o que esvaziou qualquer possibilidade de transformação ecológica efetiva.

O processo de forja do ambientalismo corporativo, entretanto, não ocorreu sem conflitos de interesses entre as diferentes frações da burguesia do Norte Global. Ao aplicarem um quadro analítico neogramsciano ao que denominam de *corporate political strategy* (CPS) – estratégia política corporativa, em português – das grandes empresas, Levy e Egan (2003) exploram as respostas das indústrias petrolífera e automobilística, nas décadas de 1970 e 1980, aos eventuais desafios às suas posições hegemônicas em virtude da mudança climática.

A resposta inicial da indústria de combustíveis fósseis a essa ameaça foi agressiva e nada surpreendente, de modo que:

[...] empresas sediadas nos EUA nas indústrias de carvão, petróleo, automóveis, serviços públicos e produtos químicos formaram associações industriais, pressionaram políticos, desafiaram a ciência das mudanças climáticas e apontaram os altos custos da redução de emissões (Levy e Egan, 2003, p. 804 – tradução própria).

Quando do início das discussões sobre a mitigação das mudanças climáticas e o controle de emissões GEEs, ainda na década de 1980, a indústria dos EUA rapidamente se articulou em resposta à necessidade de redução de emissões, criando a *Global Climate Coalition* (GCC). A GCC se tornou uma voz proeminente de setores industriais contrários ao controle de emissões, e no nível discursivo passou a questionar a influência antrópica na mudança do clima, apontando a falta de consenso na comunidade científica e ressaltando as incertezas quanto ao tópico. Tendo em vista que os EUA declinaram da ratificação do Protocolo de Quioto no período, torna-se evidente o elevado grau de influência das empresas – que se estende para além das capacidades materiais e do entrelaçamento entre elites econômicas e políticas. Levy e Egan (2003) entendem que o Estado tende a proteger os interesses empresariais não apenas por conta de sua relação de dependência estrutural em termos econômicos, mas porque os gestores estatais internalizam os princípios do bloco histórico transnacional em questão, baseado em privatizações, comércio internacional desregulado, erosão do estado de bem-estar social e autorregulação da indústria.

Apenas posteriormente foi possível notar uma mudança de percurso na atuação das grandes empresas transnacionais, que em parte devido à pressão e resistência das forças sociais, organizaram-se e buscaram mobilizar o apoio da sociedade civil em relação a um novo paradigma: o do desenvolvimento sustentável (Gill, 2008). É neste contexto que foi criado, por exemplo, o *World Business Council on Sustainable Development* (WBCSD)⁹, organização que agrupa cerca de 230 corporações internacionais e que atua, em forma de *lobby* e *advocacy*, na promoção da agenda do desenvolvimento sustentável e seus derivados, como o ESG (*Environmental, Social and Governance*). Gill (2008) aponta também que instituições como o Fórum Econômico Mundial, a Comissão Trilateral e a *Global Clinton Initiative* estiveram bastante envolvidas nos estágios iniciais das discussões, tendo reunido “elites globalizadoras de governos, corporações, universidades, partidos políticos, mídia, entretenimento, ciências e artes, para forjar um consenso e iniciar conceitos estratégicos de

⁹ Mais sobre o WBCSD e as empresas que dele participam pode ser encontrado em seu sítio eletrônico, que está disponibilizado nas referências ao final do trabalho.

liderança global” (p. 252 – tradução própria) no âmbito do ambientalismo corporativo. É com base nessa transição, portanto, que mecanismos e soluções de mercado têm sido desenvolvidos e aplicados no âmbito do combate às mudanças climáticas, cuja constituição dos mercados de carbono representa o exemplo mais paradigmático.

O que se observa atualmente na Amazônia brasileira, a partir deste cenário, é uma espécie de conjugação dos interesses das grandes corporações e das ONGs ambientalistas na promoção do assim chamado ‘capitalismo verde’, que tem sido a expressão material *in loco* da ideologia do desenvolvimento sustentável¹⁰. Elder Andrade de Paula (2013) realiza um excelente mapeamento deste processo na região Sul-Occidental da Amazônia, analisando as iniciativas externas de ‘homogeneização’ do processo de espoliação das comunidades camponesas e indígenas da região, em um quadro que se faz presente em boa parte do bioma amazônico, através da atuação de empresas petrolíferas, mineradoras, madeireiras, dos setores do agronegócio e biotecnologia – aliados às ONGs internacionais na formulação do consenso em torno do capitalismo verde.

Assim como o foi com a onda neoliberal das décadas de 1980 e 1990, o capitalismo verde também foi desenvolvido, dentre outros motivos, para reforçar o capitalismo como a única alternativa viável ao futuro. Esse processo ocorreu sob monumental ofensiva ideológica, onde as reformas neoliberais foram estimuladas em caráter mais abrangente, e o capitalismo verde foi disseminado “no sentido de afirmar as ‘leis de mercado’ como horizonte único da humanidade, alicerçada, sobretudo, pela derrocada do chamado ‘socialismo real’ existente na URSS e Leste Europeu” (Paula, 2013, p. 34-5). Esse panorama ocorreu sob um contexto de reordenamento da geopolítica mundial a partir de um cenário eminente de colapso climático, e o que se observa na prática, conforme denota Paula (2013), é que o esverdeamento do capitalismo tem sido indispensável pela reorientação e legitimação das políticas e estratégias imperialistas para o controle de recursos naturais estratégicos.

Tal dinâmica abre espaço para a discussão de um novo imperialismo *ecológico*, que tem acentuado as disputas em torno de minerais estratégicos e terras raras, essenciais à Indústria 4.0 e à eletrificação dos veículos no Norte Global. O caso do lítio na Bolívia é sintomático, tendo em vista que o país sofre assédio internacional em função de suas

¹⁰ Uma distinção conceitual precisa entre o capitalismo verde e o desenvolvimento sustentável é oferecida por Elder Andrade de Paula (2013), que considera o capitalismo verde como o processo transformações reais operadas no capitalismo, responsável pela adaptação à nova divisão internacional do trabalho, pelo reordenamento de natureza geopolítica e pelas reconfigurações nas relações Estado-Mercado, com a assimilação do ambientalismo no processo de acumulação global; por outro lado, o desenvolvimento sustentável consiste na ideologia que busca conferir legitimidade a esse processo real de novo ciclo de acumulação capitalista, ocultando a espoliação que dele faz parte.

expressivas reservas do mineral, a exemplo do caso envolvendo o bilionário Elon Musk, CEO da Tesla Inc., que esteve envolvido em polêmicas relacionadas ao golpe que derrubou o então presidente do país, Evo Morales, em 2019 (Santiago, 2024). No caso brasileiro, a pressão sobre a Amazônia ocorre desde sua interpretação como uma espécie de ‘patrimônio universal da humanidade’, à despeito dos países que detêm a sua soberania, até sua identificação como repositório de biodiversidade e recursos naturais estratégicos. Declarações como as de Al Gore e John Kerry, de que a Amazônia seria de ‘todos’ (Barrionuevo, 2008; Prates, 2023), e da ex-comandante do U.S. SOUTHCOM, Laura Richardson, evidenciando o apetite pelos recursos estratégicos amazônicos (Sputnik, 2023); representam bem ambas as visões que, em fim último, se complementam.

Os aportes teóricos desenvolvidos a partir de Gramsci se fazem da mais fundamental importância neste trabalho. A noção de hegemonia não se restringe apenas à coerção exercida pelo Estado, mas se sustenta na construção de um consenso que naturaliza concepções específicas de mundo. A história do paradigma do desenvolvimento sustentável e de sua reprodução material, o capitalismo verde, representam não outra coisa senão exemplos precisos do processo de rearranjo e ajuste, por parte da classe dominante transnacional, de sua ideologia visando a manutenção de sua posição de liderança sem, por óbvio, alterar as bases fundamentais do sistema capitalista. É precisamente neste contexto, como se observará nos capítulos subsequentes, que as ações da USAID na Amazônia se enquadram, valendo-se da sustentabilidade como um vetor de influência e garantia de interesses estratégicos.

II. UMA ASSIMETRIA DE DOIS SÉCULOS: AS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS A PARTIR DA AMAZÔNIA

O presente capítulo se dedica a explorar, do ponto de vista histórico, a presença de longa data dos EUA na região amazônica, estruturada a partir de ações de indivíduos, empresas e mesmo do Estado estadunidense. Com isso em mente, realizaremos, primeiro, um mergulho no processo de formação histórica do país para compreender as bases de sua expansão imperialista na América Latina a partir do século XIX e, assim, refinar o nosso olhar para as operações do país no bioma Amazônia em específico. Do ponto de vista teórico, isso implica considerar as inegáveis dinâmicas raciais e de classe presentes no processo de formação histórica daquele país, acompanhando-as até a sua incorporação na agressiva política externa desenhada a partir da Doutrina Monroe.

Nesse empreendimento, buscamos considerar tanto elementos materiais quanto ideacionais, trabalhando com o racismo através de uma dimensão de classe, entendendo que, enquanto fenômeno, este possui uma base material que o ampara e o legitima. Assim, será possível observar como a ideia de superioridade racial presente nos EUA acompanha os interesses materiais que dirigem o imperialismo do país sobre América Latina, em geral, e a Amazônia, em particular. Como parte deste esforço, buscamos mapear de forma dinâmica projetos, experiências e passagens históricas representativas dos interesses dos EUA no espaço amazônico, desde discussões do governo Abraham Lincoln no século XIX, passando pelos ciclos da borracha e a Fordlândia até programas militares da Guerra Fria.

Partimos, então, da premissa de que a atuação histórica dos EUA na Amazônia ocorrera em consonância com a tradição de missão civilizatória presente na política externa do país, utilizada para legitimar interna e externamente suas intervenções com interesses materiais. Na Amazônia, tal presença se configura como uma espécie de imperialismo de tutela, cujas origens históricas foram traçadas através do relacionamento de indivíduos, empresas e do *establishment* político-militar – todos estes elementos do complexo Estado-sociedade civil estadunidense – com o bioma amazônico.

2. 1. A formação histórica e as bases da expansão imperialista dos EUA sob a América Latina

Uma das recentes obras seminais no esforço de desvendar as contradições de raça e classe do mito de fundação dos EUA, a assim chamada Revolução Americana de 1776, é a do

pesquisador Gerald Horne, que trata da ruptura das Treze Colônias com a Grã-Bretanha como uma contrarrevolução com o objetivo de manter a instituição da escravidão vigente naquele território. A obra de Horne (2014), *The Counter-Revolution of 1776*, aborda o racismo como um dos elementos fundadores dos EUA, e embora profundamente enraizada na dinâmica racial do período, também reconhece a interação dessas com elementos de classe, particularmente sobre como os interesses da classe escravista influenciaram o movimento (contra)revolucionário.

O autor (2014) destaca que a supressão à resistência africana funcionou como um fator de identidade comum entre os colonos brancos do que viria a ser os EUA após a guerra, e a “branquitude”, que funcionava como uma identidade solidificadora, cortava as linhas religiosas, étnicas, de classe e gênero. Através da branquitude, havia também uma espécie de “medo dos colonos da suposta escravidão britânica, sua própria posse de africanos como bens móveis e o medo de que o relacionamento entre senhor e escravo pudesse ser revertido em seu detrimento” (p. 240-241). Uma das principais sustentações empíricas do argumento geral de Horne (2014) é o fato de que, na época, a maioria dos negros libertos combateu o Exército Continental das Treze Colônias junto dos britânicos, que naquele período pressionavam, por uma série de fatores, pelo fim da escravidão no território colonial.

De modo geral, o processo contrarrevolucionário garantiu aos grandes proprietários de terra e capital a propriedade do seu contingente de escravizados e a manutenção de um sistema econômico baseado no racismo e na exploração, que beneficiava mesmo as regiões do país sem mão-de-obra escrava generalizada. Após a ruptura, quando da elaboração do desenho institucional e da Constituição dos EUA, estabeleceu-se um sistema político extremamente conservador, visando a redução da participação popular. Segundo Huberman (1970), de todas as discussões abertas naquele contexto, em um tópico os treze Estados recém-independentes concordavam: o poder das pessoas comuns, sem propriedades, deveria ser reduzido. A partir disso, desenhou-se o sistema eleitoral majoritariamente indireto que ainda hoje encontra-se em vigor, permitindo eleições diretas apenas para a metade de um dos três poderes – a Câmara dos Representantes. Além disso, a divisão tripartite de freios e contrapesos fora também delineada para reduzir os riscos de participação das pessoas comuns, de modo que a Constituição, quase que em sua integralidade, parecia apenas prover proteção à propriedade, ante os perigos das classes baixas.

Formado institucionalmente os EUA, o novo país passaria agora a se direcionar para o Oeste da América do Norte, num processo que resultou em um genocídio indígena e na tomada de novos territórios. Boa parte da expansão do país se deu sob o guarda-chuva

ideológico e religioso do Destino Manifesto, uma espécie de doutrina baseada na crença de que os EUA possuíam uma missão divina de levar a ‘civilização’ e o ‘progresso’ para outros territórios e povos. Cunhado oficialmente pelo jornalista John L. O’Sullivan em 1845, Chomsky e Prashad (2023) atribuem a autoria intelectual do Destino Manifesto a John Quincy Adams, presidente ainda na década de 1820, que exerceu significativa influência na política de expansão para o Oeste.

Adams esteve envolvido também, na condição de Secretário de Estado, na formulação da Doutrina Monroe, de 1823, que visava conservar o continente americano como um espaço de atuação exclusiva dos EUA, cristalizando a ideia de primazia do país nas Américas em detrimento das potências europeias do período. Ainda que não dispusesse dos meios materiais para uma política externa expansionista no início do século XIX, a crença nos EUA era de que, conforme o poder europeu declinasse, o país ocuparia o espaço deixado pelas antigas metrópoles. Tal visão é bem expressa em uma passagem de Quincy Adams, que afirmara, em tom bastante determinista, que “com o tempo, o poder britânico declinará. Nosso poder aumentará. Especialmente depois que exterminarmos a população nativa e tomarmos o que é chamado de território nacional. Com o tempo, [...] Cuba cairá em nossas mãos pelas leis da gravitação política, do mesmo modo que uma maçã cai da árvore” (Chomsky e Prashad, 2023, s. p. – tradução própria).

Foi com base nesse espírito que os principais marcos da expansão para o Oeste ocorreram, com o deslocamento forçado e o genocídio de muitas populações indígenas, com a anexação do Texas em 1845 e a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) posteriormente, através da qual os EUA aumentou seu território em cerca de 55%. Durante o processo de expansão, a questão da cidadania para as populações não-brancas permanecia em suspenso. Nesse sentido, conforme Jill Lepore (2018) aponta, a ideia de cidadania era ainda muito vaga antes da Guerra Civil no país (1861-1865), cujo um dos vetores principais fora justamente o modelo econômico a ser adotado nos novos territórios do Oeste, com a escravidão em disputa. A questão da cidadania dos negros fora analisada pela Suprema Corte no caso *Dred Scott*, em 1857, onde fora vedada.

No pós-guerra, o governo federal passou a impulsionar o crescimento do capitalismo industrial no país, na medida em que tomava forma o Estado administrativo moderno – ainda com a questão da cidadania ainda em suspenso. Um dos motivos pelos quais a concessão de cidadania plena aos negros libertos no Sul dos EUA após o conflito civil não se concretizou é que, com a morte de Abraham Lincoln, quem assumiu a presidência foi o vice-presidente e representante dos estados do Sul, Andrew Johnson, que em 1866 vetou o *Civil Rights Act*,

que seria a primeira definição de cidadania no país. De acordo com Lepore (2018), as bases da segregação formal após a Guerra Civil vieram com o governo Johnson, mesmo com a ocupação militar no Sul, a partir da aprovação dos “códigos negros” pelas legislaturas sulistas, que na prática davam continuidade à escravidão com práticas de servidão.

A questão da imigração chinesa também é sintomática do processo de expansão dos EUA e suas dinâmicas de segregação racial. Os imigrantes chineses foram aos milhares à costa Oeste para trabalhar no garimpo, a partir da descoberta de ouro na Califórnia, e mesmo com direitos limitados e crescente sinofobia, estiveram envolvidos na fundação de uma série de cidades no Noroeste, de modo que em 1870 já compunham 9% da população da Califórnia (Lepore, 2018). A situação dos asiáticos se deteriorou até a aprovação, em 1882, da Lei de Exclusão de Chineses, que por pressão dos trabalhadores rurais e operários estadunidenses impedia esses imigrantes de entrar nos países.

Não menos dramática era a questão indígena naquele contexto, cujo processo de subjugação observou seu auge em 1887, com a aprovação da Lei Dawes, que expropriou suas terras. Na verdade, de acordo com Lepore (2018):

Desde os tempos de Andrew Jackson e a remoção forçada dos Cherokees de suas terras, a política do governo federal para os povos nativos se resumia a tratados confinando-os em reservas [...] Em 1886, Geronimo, da tribo Bedonkohe dos Apaches de Chiricahua, tornou-se um dos últimos líderes nativos a se render ao exército americano. Quatro anos depois, o conflito com os povos indígenas das Grandes Planícies se encerrou com o massacre brutal dos Lakota, em Wounded Knee (Lepore, 2018, p. 263).

Paralelamente a isso, em relação ao rescaldo da Guerra Civil, a ocupação militar do Sul fora revogada pelo Partido Republicano à época em troca de apoio sulista à posse de Rutherford B. Hayes, na conturbada eleição de 1876 – o que minou os esforços pela consolidação dos direitos civis, deu passe-livre para a atuação nefasta da Ku Klux Klan e abriu a era da segregação formal através das Leis Jim Crow (Lepore, 2018). É importante considerar que a Guerra Civil propiciou as bases materiais para uma política externa mais intervencionista ao final do século XIX, visto que ela deu o pontapé inicial na consolidação de uma indústria armamentista em larga escala nos EUA, que depois seria anabolizada durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, culminando no poderoso complexo-industrial militar existente ainda hoje.

Em 1898, em uma espécie de prenúncio do que seria o relacionamento dos EUA com a América Latina no decorrer do século XX, a profecia de John Quincy Adams se concretizou: os EUA interviu em Cuba no contexto da sua libertação da Espanha e

transformou o país caribenho em uma semicolônia até 1959, quando da Revolução Cubana (Chomsky e Prashad, 2023). A questão cubana é sintomática das relações dos EUA com os países caribenhos e centro-americanos, que mesmo antes do período de intervenções da Guerra Fria já sofriam com considerável influência dos EUA, sobretudo de empresas estadunidenses como a *United Fruit Company*, que em sua longa atuação na região patrocinou uma série de golpes de Estado e mudanças políticas.

Chomsky (1985) destaca que nenhuma região do mundo fora tão sujeita à influência dos EUA por tão longo período como a América Central e o Caribe, e fica claro o elemento da superioridade racial quando esses são locais os quais Theodore Roosevelt pronunciadamente acreditava ser necessário levar a ‘civilização’. Na realidade, boa parte da veia intervencionista da política externa dos EUA para essa região no início do século XX deriva justamente de Roosevelt e sua Política do *Big Stick*, que juntamente do Corolário Roosevelt reeditou a Doutrina Monroe em uma roupagem ainda mais imperialista. Naquele contexto, o envio de *marines* para defender seus interesses era o padrão-ouro do intervencionismo dos EUA, que observou um dos seus apogeus na América Central durante o imbróglio do Canal do Panamá, iniciado pelo governo Roosevelt em 1904.

Um dos indivíduos que ativamente auxiliou na formulação do Corolário Roosevelt fora justamente o sucessor de Roosevelt, o então presidente William H. Taft, que o expandiu através da “diplomacia do dólar”, adicionando às intervenções militares estratégias de pressão econômica, visando garantir os interesses comerciais e econômicos de empresas dos EUA na América Latina. Assim como Roosevelt, a política de Taft para a região também carrega a sua dose de missão civilizatória, que se mostrou evidente quando ele asseverou que não estaria muito distante o dia em que “todo o hemisfério será nosso [dos EUA] de fato, pois, em virtude da nossa superioridade racial, já é nosso moralmente” (Chomsky, 1985, p. 97 – tradução própria).

Por outra abordagem, supostamente progressista, o presidente Woodrow Wilson também articulou uma política externa com o fim último de garantir a influência e os interesses das empresas dos EUA. Chomsky (1985) destaca que, assim como Roosevelt, Wilson também elaborou uma espécie de corolário, tendo pensado uma ordem internacional que na América Latina visava ‘cooperar’ com os países que respeitavam interesses de paz, honra e protegiam a propriedade privada – isto é, a propriedade das empresas estadunidenses. Nos termos em que fora estruturada, a ordem internacional pensada por Wilson representava claramente uma releitura do Destino Manifesto, com um caráter de missão civilizatória

buscando o ‘progresso’, cujos meios seriam o direito internacional, a democracia e o livre-comércio.

O fim do século XIX viu a ascensão do darwinismo social, que esteve presente na formação de Wilson enquanto cientista político, o qual carregava uma série de estereótipos raciais ancorados no progressismo e nas ciências do período. Wilson, ele próprio um indivíduo racista, instituiu a segregação racial nos planos de carreira e quadros do funcionalismo público dos EUA (Xu, 2020). Ao tratar da questão racial, Balibar e Wallerstein (1991) destacam que a França do século XIX possuía uma tradição própria de racismo, que ia além do arianismo e da biologia genética, mas era ancorado em um viés culturalista, baseado na ideia de que haveria aos franceses a incumbência de uma missão universal de educação do gênero humano a partir da cultura do “país dos direitos universais” (p. 24 – tradução nossa) – a França. Tal é o caso da visão de mundo de Woodrow Wilson, cujas intervenções consideradas ‘pedagógicas’ para a disseminação dos valores democráticos não eram menos racistas ou problemáticas do que as de Theodore Roosevelt, que apenas não carregavam a abordagem virtuosa do progressismo wilsoniano.

2.2. *Mission civilisatrice* e os EUA na Amazônia: primeiras aproximações

Imediatamente ocorreu a Webb o pensamento de que havia terras adequadas [para os afro-americanos] ao longo da Amazônia; uma pequena reflexão o convenceu de que todos os fatores apontavam para este como o melhor lugar do mundo para tal propósito. O rápido aumento do valor dos negros nas províncias do Sul do Brasil, devido em parte ao aumento constante do preço do café e em parte à diminuição de toda a população escrava, estava despovoando rapidamente as seções do Norte e fazendo com que elas voltassem aos animais e aos nativos; e os negros norte-americanos, em grande parte porque em sua casa africana eles viveram em uma latitude semelhante, eram exatamente adequados pela natureza às condições ao longo da Amazônia. Certamente o "dedo de Deus" estava apontando o caminho! (Hill, 1932, p. 160).

Embora cunhado apenas na década de 1970 como *slogan* do Programa de Integração Nacional (PIN) do então ditador-presidente Emílio Garrastazu Médici, a ideia de “uma terra sem homens para homens sem terra”, em referência à Amazônia, já parecia estruturar os planos dos EUA para o bioma desde o século XIX. Esse é o caso da proposta do então Ministro Plenipotenciário dos EUA no Brasil durante a década de 1860, James Watson Webb, que durante as discussões nos EUA sobre a aquisição de territórios externos para fins de alforria, sugeriu a instituição de uma colônia na Amazônia brasileira para o envio de negros libertos no contexto da Guerra Civil no país (Hill, 1932). Embora seja autoevidente o caráter racista de tal proposição, que nunca chegou a ser oficialmente apresentada ao governo

brasileiro, chama também muita atenção, nesse caso, o lugar da Amazônia no ideário dos tomadores de decisão dos EUA.

A proposição de Webb trata-se de um dos primeiros registros que articula a Amazônia e o elemento da superioridade racial cristalizada na política externa dos EUA e que aqui pretendemos compreender. Naquele contexto, o Haiti e a Libéria também eram cotados como um espaço para o envio dos negros libertos durante a Guerra Civil, no que consistiu em uma discussão ativa do governo Lincoln em muito baseada na ideia eugenista de que “as raças não podem viver juntas em estado de liberdade” (Webb, 1853 *apud* Agostinho, 2020, p. 166). A referência à Amazônia naquele contexto representa a epítome da leitura do espaço amazônico como um local despovoado, selvagem e a ser conquistado, dominado e ‘civilizado’. Como será visto adiante, essa visão é transnacional, uma vez que é compartilhada tanto pela elite dominante estadunidense quanto pela elite brasileira – a julgar pelo longo histórico de projetos desenvolvimentistas nacionais direcionados à Amazônia durante o século XX.

Apesar de não concretizada a proposta de Webb, a Guerra Civil ainda seria o vetor de outras experiências estadunidenses na região amazônica. Se os negros não puderam ser enviados aos trópicos após o conflito, os brancos vieram: essa é a história da imigração confederada ao Brasil, onde um contingente de sulistas deslocou-se para o país no intuito de reeditar seu modo de vida econômico-escravista em um local onde esse fosse possível. A historiografia brasileira sobre a migração confederada ao Brasil se concentra sobre as experiências ocorridas no estado de São Paulo, notadamente nas cidades de Santa Bárbara d’Oeste e Americana, que foram as colônias mais bem sucedidas e que contaram com maior documentação histórica. Não obstante, é importante frisar que os confederados criaram outras colônias além das paulistas, uma delas justamente na região amazônica, em Santarém, no Pará.

Em um trabalho que busca resgatar a história dessa experiência, Victor Nakanishi (2021) apresenta alguns elementos que subsidiam o entendimento acerca da construção do imaginário da Amazônia nos EUA pré-Guerra de Secessão e que indica como Santarém entrou no radar dos sulistas:

[...] é importante frisar que a chegada destes sulistas se deu pelo fato de que a cidade estava localizada na região amazônica, um território preñado de recursos naturais e, muitas vezes, alçado à categoria de “paraíso terreal” pela literatura de viagem científiconaturalista norte-americana e europeia, a qual despertou grande interesse expansionista nos norte-americanos. De acordo com a historiadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, a Amazônia fora corporificada como “*locus* de enunciação do discurso da expansão capitalista-imperialista” da segunda metade do século XIX (Nakanishi, 2021, p. 190).

No que tange ao assentamento *per se*, Nakanishi (2021) destaca que o principal articulador foi um major chamado Lansford Warren Hastings, que se estabeleceu nos arredores de Santarém trazendo duas levas de imigrantes (uma em 1867 e outra em 1868) totalizando mais de 300 pessoas. A iniciativa, por óbvio, contou com aval e apoio do governo imperial brasileiro à época, e o autor (2021) ressalta que o contrato entre o governo imperial e Hastings foi realizado não muito antes da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, decretada em 7 de dezembro de 1866 após intensa pressão, inclusive, dos EUA. Assim, “é plausível supor que Hastings procurou gozar desta abertura, contando igualmente com a pretensão do governo imperial, em vista do papel que os imigrantes confederados desempenhariam no crescimento populacional e econômico da região” (Nakanishi, 2021, p. 196).

Importa-nos frisar, ainda, que os confederados reprovavam a miscigenação racial que ocorria no Brasil, e esse é um dos motivos para a tentativa de estabelecimento de uma colônia que se pretendia ‘autônoma’ e ‘independente’ em Santarém. Ao analisar os requerimentos, Nakanishi (2021) sublinha, em seu trabalho, que “Hastings procurou estabelecer uma colônia autônoma e independente, desenvolvendo formas próprias de acomodação e estipulando suas próprias leis e costumeiros direitos, sem a intervenção das leis brasileiras” (p. 196). O autor (2021) demarca que, muito provavelmente, a razão para tais reivindicações se deu em função do receio de miscigenação racial, o que é corroborado por demais trabalhos históricos que se dedicaram a analisar as impressões raciais dos confederados no Brasil.

Algumas décadas após a proposição de Webb e da experiência confederada em Santarém, tomou lugar na Amazônia brasileira outro momento simbólico da relação entre os EUA e o bioma. Entre 1913 e 1914, realizou-se a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, que demarca um primeiro contato de forma mais estruturada em termos de estudo e mapeamento da região, com a visita do então ex-presidente Theodore Roosevelt para uma missão de mapeamento do assim chamado Rio da Dúvida, hoje Rio Roosevelt – em homenagem ao idealizador da Política do *Big Stick*. Importa considerar que Roosevelt, à época já *persona non grata* na América Latina em virtude de seu histórico intervencionista, fora convidado a adentrar na Amazônia pelo então Ministro das Relações Exteriores Lauro Müller (Souza e Nenevé, 2013), o que demarca o início de uma política de portas abertas posta em marcha por alguns setores da elite brasileira.

Ao analisarem a obra *Through the Brazilian Wilderness* (1914), baseada no diário de viagem de Roosevelt junto do então coronel Cândido Rondon, que o acompanhou, Souza e

Nenevé (2013) descrevem sucintamente o ideário imperialista ao qual se resume a experiência pessoal de Roosevelt na Amazônia. O ex-presidente dos EUA julgava estar em uma ‘expedição naturalista’, e para contribuir com os ‘avanços científicos’ esperados, não hesitou em lançar mão de caça intensiva durante sua aventura no bioma amazônico. Além disso, destacou em seu diário que os indígenas Nhambiquaras, com os quais teve contato, seriam tão ingênuos como animais domésticos, e na descrição geral da viagem fica evidente o seu desconhecimento sobre a região, sobre os povos que a habitam e o signo de inferioridade com o qual os observa (Souza e Nenevé, 2013).

As palavras e a própria descrição de Roosevelt falam por si:

Entre esses Nhambiquaras, as mulheres estavam mais completamente nuas do que os homens, embora a diferença não fosse essencial. Os homens usavam um cordão na cintura. A maioria não usava mais nada, mas alguns tinham pendurado frouxamente nesse cordão, na frente, um pequeno tufo de capim seco ou um pedaço de pano, que, no entanto, tinha um uso puramente simbólico, tanto para proteção quanto para pudor. As mulheres não usavam nenhuma peça de roupa em seus corpos. Não tinham sequer um cordão, uma conta ou um enfeite no cabelo. Todos eles, homens e mulheres, meninos e moças já crescidas, estavam tão à vontade e inconscientes quanto animais amigáveis (Roosevelt, 2014, p. 217 – tradução nossa).

2. 3. Fordlândia e a sobrevida do ciclo da borracha

Alguns anos mais tarde, já na década de 1920, outro empreendimento, agora mais robusto, tomaria lugar na Amazônia paraense. Trata-se da construção da cidade de Fordlândia, idealizada por Henry Ford, da *Ford Motor Company*, visando a produção de látex e confecção de pneus para os carros produzidos pela companhia. Tendo o Estado brasileiro, a partir de Cândido Rondon, propiciado a infraestrutura na região através da instalação das linhas telegráficas alguns anos antes, Ford adquiriu do governo paraense uma imensa área de terras, de em torno de um milhão de hectares, na qual recebeu liberdade total de exploração – de comunicação, exploração do solo, subsolo e tudo o mais que lhe fosse conveniente (Almeida, 2017). Não obstante, o principal interesse material de Ford estava no plantio de seringueiras, visto que no período a produção do látex e da borracha encontrava-se virtualmente monopolizada por ingleses e holandeses¹¹.

Nos termos em que se desenvolveu, a Fordlândia pode ser considerada um exemplo-síntese de neocolonialismo, e em muito carrega a tradição de política externa

¹¹ A produção anglo-holandesa ocorria sobretudo no Sudeste Asiático, derivando de um episódio de biopirataria na Amazônia brasileira na década de 1870, no qual o botânico inglês Henry Wickham roubou cerca de 70 mil sementes de seringueiras – árvores que originalmente são nativas da Amazônia.

terceirizada dos EUA sobre a América Central onde grandes corporações exerceram soberania prática sobre vastas áreas de terras, condição essa que, vinculada à influência econômica e política, as concedeu um poder de intervenção ímpar. Almeida (2017) destaca que, no caso da experiência de Ford no Brasil, a cidade-fábrica por ele idealizada representava um enclave estadunidense dentro da Amazônia brasileira, na qual não apenas o modo de produção – uma filosofia fordista exógena ao ambiente na qual se encontrava – era incompatível com as dinâmicas locais, mas também o regramento fabril, a alimentação, o transporte, as práticas de saúde, os horários e os festejos eram todos introduzidos de forma vertical aos trabalhadores da região.

A construção de uma ‘indústria na selva’ carregou consigo o objetivo de implantar novos hábitos, costumes e um modo de vida baseado em uma visão utilitarista da Amazônia e seus recursos naturais, em uma lógica também de dominação e ‘civilização’ daquele espaço. Não obstante, a experiência de introdução do sistema capitalista a partir do modo de produção fordista no bioma fracassou, dela restando apenas galpões e casas abandonadas às margens do Rio Tapajós. A dinâmica produtiva era originada de uma *plantation*, com plantio em massa de seringueiras, e as dificuldades impostas pela operação da fábrica a partir disso, associada ao declínio do dramático ciclo da borracha no Brasil, representam alguns dos fatores responsáveis pela derrocada do projeto (Almeida, 2017).

De acordo com Seth Garfield (2013), a folha de pagamento das plantações se reduzia durante o período de seca, quando a seringueira era extraída da floresta, e em resposta à demanda por outros produtos florestais concorrentes. O autor (2013) denota que o gerente geral das plantações da Ford, Archibald Johnston, lamentou que, quando o preço das sementes de cumaru (semente aromática da Amazônia) disparou em 1938, houve uma debandada e cerca de trezentos trabalhadores abandonaram as instalações da Ford. A empresa ainda tentaria importar trabalhadores de Portugal, do nordeste do Brasil, e, segundo relatos, também de Porto Rico – em esforços que não deram certo. O cultivo de seringueiras em plantações na Amazônia se mostrou não funcionar, embora a demanda pela borracha da região, especialmente por parte dos EUA, cresceria consideravelmente após a Crise de 1929, reeditando os ciclos de exploração dessa *commodity* que moldou como poucas outras a configuração histórica, social e econômica da região amazônica.

Não menos importante para o seu declínio foi o relacionamento da gerência de Fordlândia com os seus trabalhadores, que segundo Almeida (2017) eram obrigados a seguir o regramento das fábricas dos EUA, inclusive com a dieta padronizada – resultando na proibição de alimentos locais e imposição do consumo de enlatados –, o que constituiu uma

das grandes fontes de conflito no período. Apesar da concessão de alguns benefícios como água encanada, condições médicas adequadas e bons salários para a época, estes apenas eram acessíveis aos trabalhadores em caso de renúncia às suas raízes e dinâmicas de vida pregressas, em um processo que, em fim último, buscava despojar os trabalhadores locais de si próprios.

Com o declínio da exploração da borracha em virtude da competição com a oferta do Sudeste Asiático, a extração de látex na Amazônia apenas teria um novo ponto de inflexão no contexto da Segunda Guerra Mundial, gerando a saga daqueles trabalhadores que ficaram conhecidos como os “soldados da borracha”. Em função da crescente demanda, na verdade, nos anos anteriores à guerra “o governo dos Estados Unidos havia enviado centenas de funcionários, administradores, engenheiros, pilotos de avião, técnicos agrícolas e médicos para a Amazônia com o objetivo de aumentar a produção de borracha” (Garfield, 2013, p. 49 – tradução nossa).

Quando, em 1942, o Japão invadiu a península malaia, os EUA perderam acesso a cerca de 92% de seu suprimento de borracha no período. Naquele contexto, a borracha já assumia os contornos de um item indispensável, sobretudo quando consideramos o papel dela e de demais recursos naturais enquanto materiais para a guerra moderna e para o próprio complexo industrial-militar dos EUA, que no contexto das duas guerras mundiais em questão, no espaço entre 1914 e 1945, ganhou ainda mais escala e envergadura, convertendo-se em um dos principais motores da economia daquele país. Garfield (2013) então assinala que, assim com o aço e o petróleo, a borracha constituiu um elemento indispensável ao esforço de guerra tanto dos Aliados, como do Eixo:

Antes de meados do século XIX, a capacidade nacional dependia menos da disponibilidade de recursos para a indústria mecanizada e as populações urbanas do que das qualidades dos soldados envolvidos em combates corpo a corpo. Mas o crescimento da indústria do ferro e do aço transformou a guerra, aumentando a importância estratégica dos minerais e de outras matérias-primas como determinantes-chave do poder nacional. Diferentemente de muitas outras *commodities* derivadas da flora tropical, a borracha era indispensável para a guerra moderna. De aviões, caminhões do exército, tanques, navios de guerra, motocicletas, suportes de armas, tanques de gasolina à prova de balas, reservatórios de baterias de submarinos, dirigíveis e balões de barragem a botes salva-vidas, mangueiras, capas de chuva, botas e máscaras de gás, a borracha garantia a mobilidade, a velocidade e a eficiência essenciais para a defesa militar (Garfield, 2013, p. 49-50 – tradução nossa).

É neste quadro, então, que as seringueiras amazônicas voltam a entrar no radar dos EUA. A SGM impulsionou a demanda de borracha no país, e Garfield (2013) destaca que a

“produção nacional de pneus de avião dos EUA saltou de 33.000 em 1939 para quase 1,5 milhão em 1944, e os americanos usariam mais de 40 milhões de pneus de caminhão pesado entre Pearl Harbor e a rendição japonesa” (p. 50 – tradução nossa). Na medida em que a necessidade aumentava, crescia também a insegurança em relação ao fornecimento, que foi, então, interrompido em 1942 com o controle japonês sobre as regiões produtoras do sudeste da Ásia.

Diante desse cenário, o governo Franklin Roosevelt tomou uma série de medidas para gerenciar aquilo que ficaria conhecido como a “crise da borracha”, a começar pela instituição do Comitê de Pesquisa da Borracha para discutir diretrizes políticas e recomendar medidas internas de racionamento do uso do material (Garfield, 2013). Após as deliberações, o resultado, ao fim, não poderia ter sido outro: o governo dos EUA impôs acordos para a produção e venda de borracha em países periféricos para alimentar seu esforço de guerra, notadamente no Brasil. Naquele contexto, o governo estadunidense também centralizou a compra de borracha para aumentar o estoque nacional – e nisso, o acesso à seringueira amazônica acabou por se converter em um aspecto de segurança nacional para aquele país.

Garfield (2013) apresenta o direcionamento da ofensiva ao Brasil:

Como as autoridades americanas reconheciam que o preço da borracha natural em um mercado aberto dispararia em resposta à guerra e às demandas dos consumidores, os acordos internacionais visavam estabelecer um sistema cooperativo para o controle do consumo de borracha e a intensificação da produção de borracha em todos os países produtores do Hemisfério Ocidental. Entre março e outubro de 1942, o Departamento de Estado, em conjunto com a Corporação de Desenvolvimento da Borracha, negociou acordos com dezesseis países produtores de borracha na América Latina para a venda de seus excedentes exportáveis de borracha bruta e produtos manufaturados de borracha para os Estados Unidos por um período determinado a um preço fixo, e a limitação do consumo local. O Brasil, maior produtor de borracha da América Latina na época, assinou o primeiro acordo em 3 de março de 1942. Em 1940, a produção anual de borracha na Amazônia brasileira, extraída de seringueiras, totalizava apenas 16.000 a 18.000 toneladas, uma fração da voraz demanda dos EUA. No entanto, em meio à turbulência global, as autoridades americanas voltaram sua atenção para o Vale Amazônico e, mais precisamente, para suas seringueiras (Garfield, 2013, p. 51 – tradução nossa).

A apropriação da borracha brasileira pelos EUA representou não outra coisa senão um claro exemplo de acumulação por espoliação, no sentido que David Harvey confere ao termo. Em sua obra *“Justice, Nature, and the Geography of Difference”*, o geógrafo britânico entende que a natureza não é algo estanque, mas sim um espaço ativamente produzido e reconfigurado pelas relações capitalistas, especialmente em contextos de escassez ou crise sistêmica – como foi o caso da SGM. Há em Harvey (1996), também, a própria discussão

sobre ser a escassez um fenômeno socialmente produzido, que por vezes não é diretamente vinculada aos limites naturais da natureza. O fato é que o governo Roosevelt, ao se apropriar da borracha brasileira, encampou uma ação predatória, entendendo a Amazônia como uma nova fronteira para o suprimento de recursos para o capitalismo de guerra estadunidense, no melhor estilo da acumulação por espoliação.

A própria história da ascensão e queda do ciclo da borracha na Amazônia é profundamente vinculada à ideia de expansão geográfica do capitalismo, trabalhado por Harvey (1996). Neste sentido, a Amazônia foi modulada, enquanto território periférico, de acordo com as necessidades do centro. Sendo a borracha a principal *commodity* da região na primeira metade do século XX, o bioma se converteu em um espaço funcional para o atendimento da demanda externa – o que transformou a paisagem natural e urbana e determinou as relações sociais e organizacionais daquele espaço, das características que configuraram a *Belle Époque* de Manaus e Belém à desafortunada condição de trabalho dos soldados da borracha.

Neste sentido, Harvey (1996) diz o seguinte:

As relações espaciais também podem ser revolucionadas, como descrito no capítulo 9, por meio de mudanças tecnológicas e organizacionais. Tais revoluções alteram as relações entre os lugares e afetam os processos internalizados de construção, sustentação e dissolução dos lugares (como ocorreu na história recente da rápida desindustrialização em muitas cidades do mundo capitalista avançado). Em ambos os casos, surgem novas redes de lugares, constituídas por capital fixo incorporado à terra e configurações de relações sociais organizadas, instituições, etc., na terra. **Novas divisões territoriais do trabalho e concentrações de pessoas e força de trabalho, novas atividades de extração de recursos e mercados se formam. A paisagem geográfica resultante não é uniformemente desenvolvida, mas fortemente diferenciada.** A "diferença" e a "alteridade" são produzidas no espaço através da lógica simples do investimento de capital desigual, da proliferação da divisão geográfica do trabalho e da **crescente segmentação espacial das atividades reprodutivas, bem como do surgimento de distinções sociais espacialmente ordenadas (frequentemente segregadas)**, como aquelas que separam Guilford de seus arredores (Harvey, 1996, p. 295 – tradução e grifo nossos).

2. 4. A Amazônia durante e depois da Ditadura Civil-Militar

Assim como as primeiras incursões coloniais na região amazônica, nos séculos XVI e XVII, buscavam ‘catequizar’ a força de trabalho escravo nativa, a Fordlândia, experiência paradigmática do ciclo da borracha amazônico, buscara disciplinar os trabalhadores em uma evidente empreitada civilizatória, que inauguraria uma série de empreendimentos capitalistas homólogos posteriormente. Nesse sentido, outra passagem histórica que merece registro é o megalômano Projeto Jari, uma enorme planta industrial para a fabricação de celulose da

década de 1960, que se desenvolveu ao espelho de Fordlândia. O Projeto Jari foi desenvolvido pelo bilionário estadunidense Daniel Keith Ludwig, que adquiriu em 1967 na Amazônia uma área de terras equivalente ao estado de Sergipe para a produção de madeira, celulose e alimentos.

Assim como a Fordlândia, o projeto de Ludwig não se adaptou ao ambiente amazônico, sobretudo considerando o desconhecimento sobre o terreno e a região que é característico destes projetos. O desmatamento e a limpeza do terreno prejudicaram a qualidade do solo para o plantio posterior, que foi realizado com árvores exóticas ao bioma, que não se adaptaram (Cordeiro, 1999). Por conta de uma série de reveses e sem rentabilidade, Ludwig articulou, com o apoio da Ditadura Empresarial-Militar brasileira (na figura de Delfim Netto), a venda da planta para um consórcio de 23 empresários brasileiros em 1982. Após isso, com o “suporte financeiro do BNDES e do Banco do Brasil, o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes¹², do grupo de mineração Caemi, liderou o conglomerado até 92, quando passou o comando para os netos Guilherme e Mário Frering” (Cordeiro, 1999, s. p.).

O caso do Projeto Jari e da atuação de Ludwig no Brasil é bastante representativo da articulação transnacional entre as elites estadunidense e brasileira. Quem viabilizou o projeto de Ludwig no Brasil, em 1967, foi o então ministro do Planejamento e Coordenação Econômica do governo Castello Branco, o tecno-empresário Roberto Campos. Intelectual orgânico do bloco multinacional e associado e notório americanista, Campos via com bons olhos a ideia de “tornar industrializável a selva amazônica” (1992, s. p.) a partir dos investimentos no Jari, e em publicação para a Folha de S. Paulo, em decorrência do falecimento de Ludwig em 1992, teceu elogios ao empresário estadunidense, com o qual mantinha relações pessoais e considerava ter sido injustiçado no Brasil.

Em importante trabalho de pesquisa histórica e documental, a pesquisadora Laura Sangiovanni descobriu um projeto militar estadunidense na Amazônia daqueles símbolos da Guerra Fria. Trata-se do Projeto Ecológico de Belém, que ocorreu no mesmo espaço temporal do Projeto Jari e cuja história integral ainda não é totalmente conhecida. O acervo do Museu Nacional de História Natural do Instituto Smithsonian, em Washington, D.C., possui exatos 5 mil exemplares de aves brasileiras, a maioria delas oriundas do Pará e, desse universo, 4.426 chegaram entre 1963 e 1971. Por trás dos números, destaca Sangiovanni (2024), existiu na

¹² Augusto Trajano de Azevedo Antunes foi um dos empresários mais proeminentes envolvido na sustentação da Ditadura Empresarial-Militar brasileira (1964-1985). Dreifuss (1982) apresenta sucintamente o seu papel, enquanto influente liderança corporativa, na articulação entre empresários e militares através do complexo IPES/IBAD para a preparação do golpe de Estado que depôs o então presidente João Goulart em 1964.

verdade uma articulação entre o Instituto Smithsonian, a Fundação Rockefeller e Escritório de Pesquisa do Exército dos EUA (Army Research Office) para estudos ocultos em matéria de guerra biológica.

Entre 1967 e 1971, o Instituto Smithsonian desenvolveu, como empreendimento científico, o chamado Projeto Ecológico de Belém. Na ocasião, segundo Sangiovanni (2024), o programa foi coordenado pelo ornitólogo Philip Strong Humphrey, ex-curador assistente de ornitologia do Museu de História Natural de Peabody e professor assistente egresso da Universidade de Yale. Oficialmente, o projeto tinha como objetivos genéricos estudar as condições ambientais do delta amazônico, nos arredores de Belém, bem como o impacto da ação humana na região. Na prática, no entanto, o programa se dedicava a outros fins:

[...] o projeto dedicou-se ao estudo sobre distribuição ecológica, diversidade, rotas de voo e relações entre arbovírus e aves. Desenvolvido com recursos do Escritório de Pesquisa do Exército norte-americano (Army Research Office) e em parceria com o Laboratório de Vírus da Fundação Rockefeller, em Belém, ele esteve associado a uma impactante controvérsia nos Estados Unidos, quando, em 1969, em plena Guerra Fria, a imprensa norte-americana noticiou que o projeto era uma cortina de fumaça que tentava encobrir testes militares com armas biológicas. Na ocasião, veio à tona a correspondência entre o Projeto Ecológico de Belém e o Programa de Pesquisa Biológica do Oceano Pacífico (Pacific Ocean Biological Survey Program), também coordenado por Humphrey no Smithsonian (Sangiovanni, 2024, p. p. 66-7).

O projeto do Pacífico (1963-1970), que também era coordenado por Humphrey à época, possuía vínculos com o famigerado laboratório de armas químicas e biológicas Fort Detrick. A autora (2024) destaca que, em 1985, o programa do Pacífico foi pivô de um escândalo público quando o jornalista Ted Gup fez uma reportagem para o Washington Post intitulada "The Smithsonian Secret - Why an innocent bird study go Straight to Biological Warfare Experts at Fort Detrick", onde foi revelado que o projeto havia encobrido testes de armas biológicas utilizando aves como vetores de transmissão.

Sangiovanni (2024) defende que existem fortes evidências documentais de que o mesmo que ocorreu no Pacífico pode ter se repetido em Belém. Neste caso, as evidências indicam que “o mesmo tipo de testes foi realizado na Amazônia brasileira, sob os auspícios do Laboratório de Vírus da fundação [Rockefeller], importante referência em estudos virais e medicina tropical, que funcionava nas dependências do Instituto Evandro Chagas” (Sangiovanni, 2024, p. 70). O Instituto Evandro Chagas desenvolvia pesquisas na área de epidemiologia e ciências da saúde e contava com apoio da Fundação Rockefeller, abrigando pesquisadores desta instituição. As atividades do Projeto Ecológico de Belém foram sediadas

a partir do instituto, e as pesquisas de campo eram realizadas na Área de Pesquisas Geológicas do Guamá (APEG), que foi demarcada em 1966 e era de uso comum dos cientistas baseados em Belém na época.

Avançando na análise, ainda destacamos que, no decorrer do século XX, sobretudo a partir da emergência internacional das discussões climáticas, a Amazônia passou a ocupar papel central também para o *establishment* político dos EUA. Naquele contexto, a leitura tradicional era de que a Amazônia consistiria em uma espécie de “patrimônio universal” da humanidade, a despeito da soberania dos países que a detém¹³. Algumas passagens representativas dessa noção compreendem a fala do antigo vice-presidente Al Gore, ainda senador em 1989, de que “ao contrário do que pensam os brasileiros, a Amazônia não é propriedade deles, é de todos nós” (*apud* Barrionuevo, 2008, s. p.), e a declaração em 2023 de John Kerry, enviado especial para o clima dos EUA da gestão Joe Biden que, em visita ao Brasil, disse que “a Amazônia é de todos” (*apud* Prates, 2023, s. p.).

Do ponto de vista militar, a Amazônia também é discutida nos EUA, especialmente no âmbito daquilo que se entende como *irregular warfare*, uma doutrina que compreende estratégias alternativas para atuação militar do país na contenção de ilícitos, crimes transfronteiriços, narcotráfico e outros (Katz, 2023) – à semelhança da atuação estadunidense na Colômbia, com o Plano Colômbia, e também em outros países e contextos¹⁴. A problemática da “guerra às drogas” é um exemplo significativo de como os EUA exportou para o restante da América Latina o tratamento que dispensa internamente às suas populações marginalizadas não-brancas, sobretudo a negra, frequentemente associada ao tráfico e ao consumo de drogas naquele país.

É fundamental, portanto, também a análise dos interesses materiais presentes nesse contexto, considerando que a atuação militarizada no combate ao narcotráfico por países da América Latina representa também a manutenção de mercados para o complexo industrial-militar estadunidense – algo de suma importância em um mundo de ‘novas ameaças’ e da ‘multidimensionalidade da segurança’ do pós-Guerra Fria. No caso brasileiro, muito em função disso, é bastante evidente a influência estadunidense sobre a atuação das Forças Armadas do Brasil no seu próprio combate ao narcotráfico – no bioma amazônico e em outras regiões.

¹³ Além do Brasil, a floresta amazônica está presente nos territórios da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa (França), Peru, Suriname e Venezuela.

¹⁴ Em seu segundo mandato na presidência, Donald Trump tem investido na categoria de “narcoterrorismo”, buscando aproveitar a legislação doméstica contra o terrorismo aplicando-a, também, ao suposto combate ao narcotráfico. É com base neste quadro que os EUA realizou a operação ilegal, sob o ponto de vista do direito internacional, de deposição do então presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em janeiro de 2026.

A vinculação dos EUA com a Amazônia se expressa, para além das discussões político-militares e das experiências históricas brancaleônicas de exploração econômica, por uma presença massiva de empresas estadunidenses no bioma atualmente, com parte considerável dos IEDs do país no Brasil concentrados na mineração, atividade extremamente degradante do ponto de vista socioambiental e realizada em larga escala na Amazônia (Bones e Auler, 2024). A conjunção das elites econômicas, políticas e militares estadunidenses nesse contexto é o que dá origem à classe dominante do país, que hoje tem aumentado sua presença na região amazônica por meio de uma série de estratégias e instituições que, em diferentes níveis de racionalidade e intensidade, carregam ainda o signo de superioridade que tem dirigido historicamente as experiências dos EUA na Amazônia.

O breve resgate histórico que buscamos empreender no corrente capítulo nos indica que, desde a formação do país, marcada por um sistema político conservador que buscava proteger os interesses dos proprietários de terras e capital, até a expansão territorial que resultou no genocídio indígena do século XIX, a construção da identidade nacional dos EUA esteve intrinsecamente ligada a práticas de exclusão e dominação. Neste caso, o próprio racismo, como fenômeno social e econômico, não apenas legitimou a escravidão naquele país, mas também moldou as relações de poder que se estenderam para além das fronteiras dos EUA, influenciando as intervenções na América Latina conforme a sua política externa ganhava cada vez mais e mais dentes.

No contexto da Amazônia brasileira, a experiência de projetos como a Fordlândia e o Jari representa, em alguma medida, a continuidade de uma política externa neocolonial e imperialista, onde grandes corporações estadunidenses exercem controle significativo sobre os recursos naturais e as comunidades locais – em grande medida com o beneplácito e aquiescência das elites locais. A tentativa de implantar um modelo de produção fordista em um ambiente que claramente não se adequava a essa lógica não apenas falhou, mas também deixou um legado de exploração e desrespeito às dinâmicas culturais e sociais da região que tem sido observado, também, nos projetos subsequentes. A abordagem utilitarista e verticalizada dos empreendimentos dos EUA no exterior reflete uma visão imperialista que, junto do desconhecimento do *Outro*, desconsidera e atravessa as realidades locais em favor dos interesses econômicos de frações de classe específicas.

Os ciclos da borracha representaram exemplos paradigmáticos dessa realidade, que continua a ser reeditada no século XX quando direcionamos o olhar, por exemplo, para a ofensiva dos EUA sob os minerais críticos e as terras raras brasileiras – tópico que abordaremos no 4º capítulo da pesquisa. De um ponto de vista pedagógico, se a experiência

dos ciclos da borracha tem algo a ensinar é que, como bem alerta Harvey (2005) ao tratar sobre o “novo imperialismo”, em momentos onde as crises se agudizam, os países centrais (ou, mais precisamente, as classes financeiras e corporativas baseadas neles) tendem a aumentar a apropriação de recursos dos países periféricos. Muitas das vezes, as classes dominantes contam com o aval do Estado para tal, como foi no caso da apropriação da borracha por Roosevelt e, ao que tudo indica, será também o caso das terras raras – um recurso ainda mais vital para os EUA diante da competição com a China.

Encerramos destacando, então, que a noção contínua de missão civilizatória, que se manifesta na crença de que os estadunidenses têm o dever de levar ‘civilização’ e ‘progresso’ a outros povos, não apenas legitima intervenções imperialistas, mas também perpetua uma narrativa de superioridade racial em muito observada na atuação externa dos EUA. Na Amazônia, essa missão civilizatória se traduz em projetos que visam explorar os recursos naturais e moldar a região segundo interesses externos, por parte de corporações dos EUA e também de instituições e agências do país como a USAID, que atuam como subsidiárias na condução da política externa e tem ocupado cada vez mais espaço na representação dos interesses do país.

III. A USAID NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

Quando o poeta britânico Rudyard Kipling publicou, em 1899, o célebre e infame poema que entrou para a história como “O Fardo do Homem Branco”, ele se referia à conquista da ‘atrasada’ Filipinas pelo ‘avançado’ Estados Unidos (EUA) em uma era de imperialismo aberto. O fim do imperialismo formal, conforme destacamos no primeiro capítulo, marcado pela conquista e controle direto de territórios, não significa que o imperialismo como fenômeno tenha desaparecido. Pelo contrário, se reinventou: processos como a financeirização, a globalização e o neoliberalismo têm, da metade final do século XX aos dias atuais, produzido novas dinâmicas e reinventado a acumulação de capital em escala global (Lopez, 2020; Xavier, 2018; Wood, 1999; Patnaik e Patnaik, 2020).

Um fenômeno dessa magnitude, é verdade, não se sustenta sem um esforço ativo em torno daquilo que o filósofo e marxista italiano Antônio Gramsci entendia como a produção de consenso. Compondo, junto da coerção, um dos pilares fundamentais da sociedade capitalista, o consenso envolve a construção de uma hegemonia cultural no âmbito da sociedade civil, através das instituições que a compõem e com intenso papel dos intelectuais, de modo a naturalizar os valores e interesses da classe dominante (Gramsci, 1971). A hegemonia cultural é, então, introduzida e sustentada na periferia do sistema capitalista em um mecanismo há muito identificado por Arturo Jauretche no caso argentino: o da colonização pedagógica. Segundo Jauretche (1975), a colonização pedagógica ocorre por meio da incorporação, por parte dos intelectuais da periferia, de um sistema de valores, crenças e visões de mundo baseado na experiência histórica dos países centrais – notadamente a Europa e os EUA.

Com as contribuições de Gramsci e Jauretche em mente, o objetivo teórico deste capítulo é evidenciar que a política externa dos EUA para a América Latina, em geral, e talvez para o Brasil, em particular, nunca deixou de ser orientada pelo ‘fardo’ da modernização – com um ‘dever’ de missão civilizatória cujas origens podemos traçar até, pelo menos, o Destino Manifesto. A década de 1960 representou um momento ímpar nessa espécie de cruzada civilizacional, quando a chamada ‘teoria da modernização’ exerceu enorme influência sobre a política externa dos EUA e seus teóricos fizeram parte dos governos democratas do período. É nesse espírito que foi criada, em 1961, a USAID, agrupando, à época, todas as iniciativas daquilo que os EUA entende como ajuda externa (*foreign aid*).

Desenvolvida como o braço operacional da Aliança para o Progresso durante a gestão Kennedy (1961-1963), a USAID tem encarnado, desde a sua criação, o fardo da tecnocracia estadunidense – que, por ocasião, é também masculina e branca. É o ‘homem branco’ de Kipling, sessenta anos depois, que viria a constituir o corpo ‘técnico’ e operacional da política externa dos EUA, dando origem àquela classe que Noam Chomsky (1969) denominou de “os novos mandarins”, em sua precisa crítica ao *establishment* político e intelectual do seu país. Os mandarins de Chomsky, quase como uma evolução do homem branco imperial de Kipling, passaram a estruturar a parte consensual da política externa dos EUA a partir do cultivo e da disseminação pedagógica de ideias, que, a partir da atuação da USAID, se materializaria no envio, à América Latina e à outras regiões da periferia, de uma série de missões técnicas e de consultoria.

3.1. A Aliança para o Progresso e os primeiros passos da USAID no Brasil

Tomai o fardo do Homem Branco –
 Envia teus melhores filhos
 Vão, condenem seus filhos ao exílio
 Para servirem aos seus cativos;
 Para esperar, com arreios
 Com agitadores e selváticos
 Seus cativos, servos obstinados,
 Metade demônio, metade criança.

Tomai o fardo do Homem Branco –
 Continua pacientemente
 Encubra-se o terror ameaçador
 E veja o espetáculo do orgulho;
 Pela fala suave e simples
 Explicando centenas de vezes
 Procura outro lucro
 E outro ganho do trabalho.

[...]

Tomai o fardo do Homem Branco –
 Sem a mão-de-ferro dos reis,
 Mas, sim, servir e limpar –
 A história dos comuns.
 As portas que não deves entrar
 As estradas que não deves passar
 Vá, construa-as com a sua vida
 E marque-as com a sua morte.

[...]

Rudyard Kipling, em
 “O Fardo do Homem Branco”
 (The White Man's Burden, 1899).

A atuação dos EUA no âmbito da ‘ajuda externa’ remonta a uma longa tradição de assistencialismo do país desenvolvida a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Os *inputs* iniciais, a partir dos EUA, foram a criação do Plano Marshall (1948) para a reconstrução europeia no pós-guerra, o plano de reconstrução japonesa e o Programa Ponto Quatro (IV), direcionado ao então chamado ‘Terceiro Mundo’. Desenvolvidos sob o governo de Harry Truman (1945-1953), embora com diferentes escopos e finalidades, os três projetos viriam a fazer parte da ampla estratégia de política externa dos EUA naquele contexto, no qual se cristalizava a disputa entre o país e a URSS, ainda no início da Guerra Fria.

Leandro Conde (2015), por exemplo, aponta que não há uma definição clara para aquilo que se entende como “cooperação para o desenvolvimento”, existindo diversas terminologias para representar essas ações¹⁵. Os EUA, por exemplo, utilizam em seus documentos oficiais o termo “ajuda externa” (*foreign aid*) – que será também empregado neste capítulo. De qualquer forma, o autor (2015) avalia que o campo e as práticas da ajuda externa, baseada em exportar verticalmente para os países periféricos um modelo de desenvolvimento e gestão pública ocidental, está relacionado com a dominação material e simbólica dos países em desenvolvimento – e foi fundamental, portanto, para a manutenção das desigualdades no sistema internacional (Conde, 2015).

Na segunda metade do século XX, o debate sobre desenvolvimento no centro capitalista daria origem a uma série de ‘políticas de desenvolvimento’ que buscariam estimular o crescimento econômico, vendido como solução para o estado de subdesenvolvimento observado na periferia do sistema (Conde, 2015). Esse é, precisamente, o contexto de surgimento do paradigma da teoria da modernização, cujo principal expoente foi o teórico Walt W. Rostow, autor de obras que influenciaram significativamente a política externa dos EUA para a América Latina no período, sobretudo nas gestões democratas de John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon B. Johnson (1963-1969).

De acordo com Ricardo Ribeiro (2006), é na transição dos anos 1950 para os 1960 que surgem os primeiros teóricos da teoria da modernização, como Rostow e outros, cujas proposições foram a base para a política externa de Kennedy, em geral, e para a sua iniciativa da Aliança para o Progresso, em particular:

¹⁵ O termo Cooperação Norte-Sul (CNS) é largamente utilizado, sobretudo para representar o contexto de assistencialismo vertical característico do pós-guerra. Recentemente, diante da ascensão de atores do Sul Global e a criação de espaços como o BRICS+, tem-se empregado também a noção de Cooperação Sul-Sul (CSS), evidenciando um caráter de maior horizontalidade no relacionamento entre os países em desenvolvimento.

Os teóricos da modernização, trabalhando em diversos centros de pesquisa, “*think tanks*” e prestigiosos departamentos de importantes universidades americanas, criaram um coerente e muito influente “*corpus*” de idéias e doutrinas. Ao serem confrontados com a diversidade do terceiro mundo eles presumiram que estas sociedades estariam destinadas a passar pelas mesmas transformações pelas quais passaram as sociedades do ocidente industrializado. Criaram assim uma estrutura conceitual perpassada pela fé no progresso, na possibilidade de todos os povos alcançarem a modernidade. Entre estes pensadores, foi especialmente importante a perspectiva apresentada pelos professores Max Millikan e Walt Rostow (1957) na obra *A Proposal: Key to a Effective Foreign Policy*, a qual foi, certamente, o fundamento da política do presidente Kennedy para o hemisfério, ajudando a construir, viabilizar e tornar hegemônica uma nova retórica poderosa e influente. A proposta central do livro é a de que os EUA deveriam tomar a liderança de um novo programa de ajuda de parceria internacional para o crescimento econômico mundial (Ribeiro, 2006, p. 155).

A Aliança para o Progresso, ao mesmo tempo um símbolo e um resultado prático da ideia de ‘modernização’, foi a principal plataforma de política externa do governo Kennedy para a América Latina e o impulso fundamental para a sua criação fora a Revolução Cubana, de 1959, que mais tarde aproximaria Cuba da URSS e acenderia um alerta em Washington. A *rationale* por trás da Aliança era de que, ao se atender o descontentamento social latino-americano, poder-se-ia evitar os riscos de uma nova revolução social na região. Em função disso, a administração Kennedy empreendeu “uma reavaliação da política externa americana a partir da perspectiva da teoria da modernização e do liberalismo internacionalista” (Ribeiro, 2006, p. 157) – que culminaria no lançamento oficial da iniciativa por meio da Carta de Punta del Este, em 1961.

Marcado por aquilo que Ribeiro (2006) chama de “fé no progresso”, o *corpus* teórico da teoria da modernização estabelece uma visão etapista e evolucionária do desenvolvimento econômico, através da qual os países subdesenvolvidos poderiam alcançar o estágio de desenvolvimento observado nos países do Norte caso seguissem o cronograma apresentado por seus principais autores, a exemplo da obra *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (1960), de Rostow. Os autores da modernização pensaram, e as administrações Kennedy e Johnson materializaram politicamente um processo de desenvolvimento em muito vinculado àquilo que Jaureche (1975) denunciava como o fenômeno da “colonização pedagógica”. No caso dos EUA, os projetos de modernização da década de 1960 são ainda mais sintomáticos por fazerem parte de uma longa tradição excepcionalista de missão civilizatória, marcada pelo dever de levar o ‘progresso’ e a ‘civilização’, que acompanha a política externa do país para a América Latina desde, pelo menos, o século XIX.

A despeito da influência dos teóricos da modernização nos círculos da política externa estadunidense e no debate público sobre desenvolvimento em geral¹⁶, suas ideias já eram questionadas na época por um conjunto robusto de autoras e autores latino-americanos. Dentre os brasileiros, destacam-se os principais expoentes daquilo que viria a se consolidar como a teoria marxista da dependência (TMD), uma vertente específica, mais radical e crítica, dentro do campo da teoria da dependência. Autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos foram centrais na contraofensiva sobre os teóricos da modernização e, adotando uma perspectiva marxista e revolucionária, denunciaram a modernização como um mecanismo de reprodução do subdesenvolvimento e de exploração das nações periféricas.

Não menos importante foi a contribuição de outro teórico dependentista, André Gunder Frank, que, a respeito do debate sobre desenvolvimento na periferia do capitalismo, denunciava que “a maioria de nossas categorias teóricas e de nossos manuais para o desenvolvimento têm derivado da experiência histórica dos países capitalistas avançados da Europa e América do Norte” (1966, p. 1). Tributário de uma visão diametralmente oposta à teoria da modernização, Frank (1966) entendia o subdesenvolvimento da periferia não como uma etapa anterior ao seu desenvolvimento, mas como uma condição necessária ao próprio desenvolvimento dos países metropolitanos:

[...] o subdesenvolvimento não se deve à sobrevivência de instituições arcaicas e à falta de capital em regiões que permaneceram isoladas da corrente geral da história. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e é gerado pelo processo histórico mesmo que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo (Frank, 1966, p. 5).

No Brasil do início da década de 1960, o cenário era de crescimento da dívida externa e da inflação, transpassadas do governo Juscelino Kubitschek ao de Jânio Quadros, que assumiu a presidência em janeiro de 1961. De acordo com Jeffrey Taffet (2007), a expectativa dos EUA era trabalhar em parceria com Jânio, estabelecendo reformas e políticas de austeridade para o pagamento da dívida, e a Aliança para o Progresso, lançada em agosto de 1961, seria o mecanismo ideal para ‘estabilizar’ a economia brasileira. Não obstante, tais expectativas foram frustradas, dado que “trabalhar com Quadros se mostrou difícil. Ao contrário de Kubitschek, que havia sido um forte defensor da política externa americana,

¹⁶ No que tange ao debate público brasileiro sobre desenvolvimento, as ideias da modernização encontraram eco na gestão de Juscelino Kubitschek, cujo ‘combate’ ao subdesenvolvimento fora posto em marcha por um processo de modernização associada aos EUA, que apoiou a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico (BID), na esteira do impulso panamericanista do presidente brasileiro.

Quadros tentou seguir uma política externa independente, assumindo uma posição neutra na Guerra Fria” (Taffet, 2007, p. 98 – tradução própria).

Em agosto de 1961, Jânio subitamente renunciou ao cargo assumindo, o Brasil, então um regime parlamentarista em que o então vice-presidente, João Goulart (Jango), ocuparia o novo cargo de primeiro-ministro. Dois anos depois, em 1963, após plebiscito nacional e o retorno à presidência, Jango recuperaria o cargo como presidente do Brasil. É na gestão de Goulart que seria finalmente criada, em novembro de 1961, a United States Agency for International Development (USAID) com o objetivo de ser o braço operacional da Aliança para o Progresso e concentrar os programas de ‘assistência humanitária’ dos EUA em um único órgão. O mandato de Goulart (1961-1964) foi marcado por relações conturbadas com os EUA e a USAID, naquele contexto, não demorou a passar a integrar toda a rede de desestabilização do governo brasileiro sediada a partir de Washington.

O contexto de criação da Aliança e da USAID era de preocupação, por parte do governo Kennedy, acerca da possibilidade de uma segunda Revolução Cubana na América Latina. Nesse sentido, a agência estadunidense dedicou especial atenção ao Brasil, sobretudo à região nordeste brasileira que possuía, na época, enormes bolsões de miséria e pobreza. Havia também, na região, forte atuação das Ligas Camponesas e da Teologia da Libertação que, junto ao governador pernambucano Miguel Arraes, aliado de Goulart, inspiraram preocupação aos EUA levando o país a abrir uma representação da USAID em Recife.

Ribeiro (2006) apresenta o caráter estratégico da “questão nordestina” nos seguintes termos:

A preocupação de Kennedy com os problemas brasileiros continha um forte componente político e ideológico que diferenciava o Brasil de outros países, na avaliação daquela administração. Tratava-se da questão nordestina, em torno da qual, aos olhos de muitos observadores americanos, parecia que uma revolta popular estava na eminência de acontecer. O nordeste brasileiro foi considerado um caso especial a exigir decisões rápidas e eficientes. Após muitas reuniões e um encontro entre Kennedy e Celso Furtado em Washington, decidiu-se que o governo americano apoiaria o Plano Diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e que Recife seria a sede de uma das duas missões da USAID no Brasil. Com isso, o país tornava-se o único a possuir uma dupla estrutura de apoio, pois manteria a outra sede da instituição no Rio de Janeiro (Ribeiro, 2006, p. 162).

Inicialmente, do ponto de vista prático, a primeira faceta de atuação da agência no Brasil foi financeira, a partir de uma política de envio de empréstimos e recursos – desenvolvida em muito como forma de controle e possibilitada pela atuação pragmática de Goulart. A percepção estadunidense sobre o presidente brasileiro variava conforme o tempo e

órgão dos EUA. Taffet (2007) destaca que algo que abalou a reputação de Goulart nos EUA foi, por exemplo, o empoderamento concedido ao seu aliado político, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e o consequente apoio na expropriação da estadunidense International Telephone and Telegraph (ITT). Posteriormente, através de *lobby* no congresso dos EUA, a ITT conseguiu a aprovação da Emenda Hickenlooper que suspendia momentaneamente a assistência ao Brasil a partir de 1962.

Apesar deste quadro, destaca Taffet (2007), nenhuma das preocupações dos EUA acerca de Goulart foram suficientes para impedir o envio de mais recursos ao governo. Mesmo diante da controvérsia da ITT e da Emenda Hickenlooper, ainda no ano fiscal de 1962, os EUA “enviaram quase US\$ 206 milhões ao Brasil, cerca de um quarto de toda a ajuda à América Latina. Em fevereiro de 1962, a USAID propôs uma nova série de empréstimos ao Brasil, incluindo um empréstimo programático de US\$ 62 milhões” (Taffet, 2007, p. 102 – tradução própria). Em abril de 1962, os governos Goulart e Kennedy ensaiavam uma aproximação, marcada por visita oficial do presidente brasileiro à Washington, na qual se comprometeu com reformas econômicas e acabou logrando mais US\$ 35 milhões em recursos da USAID (Taffet, 2007).

Como parte do esforço de distensão, o então Ministro das Relações Exteriores do governo Goulart, San Tiago Dantas, também envolveu-se em tratativas diretas com a USAID:

Um acordo entre [San Tiago] Dantas e o administrador da USAID, David Bell, especificou uma série de etapas que os brasileiros precisariam seguir para receber financiamento americano. Os Estados Unidos concordaram em oferecer ao Brasil US\$ 398,5 milhões, dos quais US\$ 84 milhões seriam fornecidos imediatamente, desde que Goulart concluísse acordos com empresas americanas que esperavam restituição por desapropriação e implementasse um programa de estabilização econômica (Taffet, 2007, p. 107 – tradução própria).

A USAID manteve, durante toda a década de 1960, o envio de recursos e a concessão de empréstimos como uma das principais formas de atuação no Brasil, tendo o país recebido, naquele contexto, quase $\frac{1}{3}$ de todo o volume de recursos destinados à América Latina pelos EUA. Mais especificamente, do ano fiscal de 1962 ao de 1969, o Brasil recebeu cerca de “US\$ 1,833 bilhão em ajuda econômica dos EUA [...]. Isso representou 29,2% de todo o dinheiro enviado à América Latina durante esse período. Em todos os anos entre os anos fiscais de 1961 e 1968, o Brasil foi o maior beneficiário de ajuda dos EUA” (Taffet, 2007, p. 95 – tradução própria).

O que se observa, a partir da ordem de grandeza do volume de recursos aportados no Brasil, é que o país, em particular, e a América Latina, em geral, não ocuparam papel

secundário na política externa dos EUA durante a Guerra Fria, como há muito propagado. Pelo contrário, a região constituía um espaço estratégico de disputa política, ideológica e econômica. A famosa frase atribuída a Richard Nixon, em ocasião da visita do então presidente brasileiro Emílio G. Médici à Washington, em 1971, ilustra bem a posição ocupada pelo Brasil na política externa dos EUA: ao supostamente afirmar que “conforme o Brasil vai, assim vai o resto do continente latino-americano¹⁷”, Nixon revela que o peso desproporcional do Brasil na América Latina é, *prima facie*, um fator de consideração na política dos EUA para o hemisfério. Esse quadro, fatidicamente para o Brasil, teria sido a força-motriz do apoio incondicional dos EUA ao golpe de Estado deflagrado em abril de 1964 por forças opositoras ao governo Goulart.

O conjunto geral de dados sistematizados por Taffet (2007), organizados na tabela abaixo, apresenta o envio de recursos antes e depois da ruptura democrática no Brasil, e reforça o argumento aqui apresentado:

Tabela 1 – Empréstimos e subvenções financeiras dos EUA ao Brasil, entre 1962 a 1969 (em milhões de dólares americanos, com valores não ajustados pela inflação)

Ano fiscal	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
Empréstimos e subvenções (US\$)	205.6	141.3	336.9	270.8	329	240	280.7	29.2

Fonte: elaboração própria do autor, com dados disponibilizados por Taffet (2007, p. 96).

Na tabela, é possível observar uma redução dos recursos no ano fiscal de 1963, resultado do desgaste das relações com Goulart, seguido de um aumento expressivo de 1964 adiante, em um movimento que Taffet (2007) atribui como uma ‘política de recompensa’ ao novo governo militar pelo golpe de Estado.

O ano de 1963 foi crucial para o isolamento do governo Goulart, dado que em janeiro o executivo retomou plenos poderes presidenciais via plebiscito e, a partir disso, as relações Brasil-EUA se deterioraram com o que Washington considerava uma posição vacilante do presidente brasileiro. Os relatórios de oficiais estadunidenses que saíam do Brasil eram cada vez mais críticos à atuação de Goulart e Robert Kennedy Jr, irmão do presidente Kennedy – que viria a falecer em novembro daquele ano, deteriorando ainda mais as relações bilaterais –

¹⁷ Do original: “*We know that as Brazil goes, so will go the rest of the Latin American continent*”. Tradução própria do autor a partir de artigo do jornal The New York Times, publicado originalmente em 1972, em ocasião da visita de Médici aos EUA.

chegou a ser enviado ao Brasil para pressionar o presidente brasileiro, mas não obteve sucesso.

Uma das figuras mais vocais no ‘combate’ a João Goulart foi o então embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, cujos esforços foram responsáveis por introduzir a USAID em uma ampla campanha de sabotagem ao governo brasileiro. Trata-se da política das ‘ilhas de sanidade’, através da qual os EUA passaram a direcionar a ajuda externa que enviavam ao executivo para estados governados por políticos opositores de Goulart, considerados como espécies de ‘ilhas de sanidade administrativa’ por parte de Gordon. Na obra 1964: A Conquista do Estado, René A. Dreifuss (1981) descreve o processo de sabotagem à Brasília, que veria os recursos da USAID serem canalizados diretamente para governadores como Carlos Lacerda (da Guanabara), Adhemar de Barros (de São Paulo), Aluísio Alves (do Rio Grande do Norte) e Magalhães Pinto (de Minas Gerais) – que posteriormente viria assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Costa e Silva. Dessa forma, a USAID “se tornou um canal para o governo americano colocar grandes somas à disposição desses escolhidos atores políticos, somas estas que poderiam ser usadas para financiar “projetos de impacto” que influenciassem a opinião pública” (Dreifuss, 1981, p. 326).

A política das ilhas de sanidade ajudou a desidratar o governo Goulart. O caminho para o golpe civil-militar foi pavimentado através do financiamento, por parte da CIA e de empresas multinacionais, àquilo que Dreifuss (1981) denominou de “complexo IPES/IBAD”, duas organizações idealizadas pela classe dominante brasileira para influir no debate público e fortalecer a oposição conservadora¹⁸. O principal partido da oposição, a União Democrática Nacional (UDN), beneficiou-se da *blitz* montada contra o governo com diversos de seus quadros tendo recebido recursos dos EUA no contexto das eleições legislativas de 1962 (Dreifuss, 1981). A batalha política se intensificaria na medida em que Goulart aprovaria a Lei da Remessa de Lucros no Congresso (1962) e apresentaria as suas propostas de reformas de base. A crise no meio militar, já então articulado com a oposição política e o

¹⁸ O chamado ‘complexo IPES/IBAD’ era composto pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), dois institutos privados que atuaram na preparação do terreno para o golpe civil-militar de 1964. Dreifuss (1981) realizou um importante trabalho sobre essas duas organizações, que se veiculavam como ‘agremiações apartidárias com objetivos educacionais e cívicos’, mas que na prática atuavam em antagonismo ao governo nacional-reformista de João Goulart, e representavam os interesses multinacionais e associados ligados ao capital internacional. Os institutos possuíam vínculos com instituições congêneres na América Latina e gozavam de apoio dos EUA via Aliança para o Progresso. Além disso, controlavam parte expressiva da imprensa, com filmes e propaganda no rádio e na televisão, atuando em parceria com veículos como a Editora Saraiva, os Diários Associados, a Tribuna da Imprensa, o Correio do Povo, O Globo, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. Vários quadros do complexo IPES/IBAD fizeram parte do governo militar, ocupando postos no Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Justiça e no Ministério da Educação e Cultura, por meio do qual empresários ipesianos articularam os Acordos MEC-USAID na reforma educacional de 1968.

empresariado, desataria os movimentos responsáveis pela derrubada do governo em 31 de março de 1964.

3.2. Castelo Branco abre as portas do Brasil: a reforma do Estado e os caminhos da cruzada ‘técnico-pedagógica’ da USAID

O golpe civil-militar contou com apoio direto dos EUA. A USAID, nesse sentido, teve papel importante na reestruturação econômica do Brasil durante o governo Castelo Branco que do ponto de vista macroeconômico foi marcada pela “renegociação da dívida externa, contenção da inflação, reformas estruturais e política salarial restritiva” (Caterina, 2015, p. 30). Por pressão dos credores estadunidenses interessados na renegociação e no pagamento da dívida externa brasileira, o governo dos EUA, já sob Lyndon Johnson, ofereceu amplo apoio ao programa de ‘reestruturação’ do novo regime, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), e a USAID foi fundamental na concessão de novos recursos.

Taffet (2007) destaca que, logo após o golpe civil-militar, o então Secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk, já havia determinado a retomada do envio de recursos em ajuda para o Brasil. Além disso, o embaixador Gordon também pressionou o Congresso do seu país para que fossem destinados recursos ao novo governo Castelo Branco através da USAID. Essa é, em síntese, a política de ‘premiação’ ou recompensa ao regime militar, ilustrada por Taffet (2007). Assim, segundo o autor (2007):

Logo após o golpe, a USAID ofereceu a Castelo Branco um empréstimo de US\$ 50 milhões para ajudar a resolver os graves problemas econômicos deixados por Goulart. Em troca, o novo governo brasileiro prometeu desenvolver um programa triplo para conter a inflação, construir infraestrutura e buscar reformas [...]. Gordon recomendou um programa de US\$ 600 milhões a US\$ 700 milhões por ano para o futuro próximo. Desse dinheiro, US\$ 250 milhões viriam da AID e o restante viria do PL480, do BID, do Banco Mundial e de investidores privados. Países europeus e o Japão também seriam incentivados a oferecer apoio [...]. Em dezembro de 1964, devido a essa pressão, funcionários do Departamento de Estado decidiram oferecer US\$ 250 milhões em ajuda; US\$ 100 milhões desse dinheiro seriam destinados a empréstimos para projetos, e o restante seria um empréstimo para programas (Taffet, 2007, p. 116-7 – tradução própria).

Skidmore (1988) também destaca o papel da agência no financiamento ao novo governo:

Em princípio de novembro de 1964 o embaixador Lincoln Gordon anunciou que, nos sete meses a partir de abril, o governo americano havia comprometido US\$222 milhões para o Brasil. Em meados de dezembro, o diretor da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) David Bell, depois de visitar os projetos financiados pelo seu governo no Brasil, anunciou uma ajuda adicional de US\$650 milhões. Tio Sam aumentava suas apostas na revolução que aplaudira com tanto entusiasmo (Skidmore, 1988, p. 69).

De modo geral, a atuação financeira da USAID continuaria até o final dos anos 1960. No meio da década, o governo Johnson ainda aprovaria um empréstimo de US\$ 150 milhões em dezembro de 1965, outro de US\$ 150 milhões em 1966 e, por fim, um adicional de US\$ 100 milhões para 1967 (Taffet, 2007). De acordo com Caterina (2015), tomando por base o período “que vai desde o golpe de 1964 até 1973, pode-se perceber que os financiamentos da USAID vão sendo gradativamente substituídos pelos créditos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial” (p. 35). O aprofundamento da participação estadunidense na Guerra do Vietnã, seguido de mudanças na política externa do país a partir da eleição de Nixon, que estabeleceu o fim da Aliança para o Progresso, constituem todos fatores que contribuíram para a gradativa redução da atuação da USAID no Brasil a partir da década de 1970 – mas não sem antes da agência ter se envolvido em um processo de verdadeira reforma estrutural do Estado brasileiro.

3.2.1. A educação e os Acordos MEC-USAID

Neste sentido, um dos principais pontos de interesse da USAID no Brasil após 1964 foi a educação do país: do ensino básico ao superior. Símbolos de uma política externa plenamente consciente de que a manutenção da hegemonia se dá não apenas pela coerção, mas também pelo consenso, os assim chamados Acordos MEC-USAID representaram, a seu tempo, o principal marco de atuação da agência no Brasil. Firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a USAID, em 1965, os Acordos MEC-USAID foram celebrados com o intuito de estabelecer uma série de políticas e mudanças para a área da educação no Brasil, e parte de suas diretrizes converteram-se em legislação através da aprovação das leis nº 5.540/68 e nº 5.692/71 (Bombarda, 2019).

As reformas perseguidas pelos acordos possuíam como modelo de referência o sistema de ensino dos EUA, e a razão de legitimidade veiculada à época girava em torno da necessidade de ‘modernizar’ a educação brasileira. Todo o processo contou com amplo trabalho de assessoria de ‘técnicos’ em educação dos EUA, e assim os governos Castelo

Branco e Costa e Silva entregaram àquele país o planejamento do ensino brasileiro, com todos os níveis da educação sendo afetados¹⁹ (Alves, 1968).

Bombarda (2019) destaca que, em relação ao Ensino Médio, foi estabelecido um convênio entre MEC e USAID por intermédio da Diretoria do Ensino Secundário (DES) e do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP), cujos relatórios determinavam como objetivo a descentralização do controle do ensino, transferindo responsabilidades aos estados brasileiros – em um modelo bastante semelhante ao dos EUA. A seguinte passagem, na qual o autor (2019) elenca uma série de convênios e acordos, ilustra precisamente a amplitude do escopo de temas que foram objeto das reformas, englobando desde a edição de livros didáticos até o ensino rural:

No dia 24 de junho de 1966 foi estabelecido convênio de Assessoria Para Expansão e Aperfeiçoamento do Quadro de Professores de Ensino Médio no Brasil. A ideia era promover o treinamento de professores secundários. Além da DES, esse convênio foi firmado pela CONTAP e a USAID/BRASIL e tinha, dentre seus propósitos, apresentar sugestões para a reforma das faculdades de Filosofia com o objetivo de preparar professores do ensino secundário, oferecer treinamento a esses docentes e aumentar o número de profissionais formados. Em dezembro de 1966, foi estabelecido um termo aditivo de Acordo de Planejamento de Educação Primária que foi assinado pelo MEC por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do CONTAP e da USAID/BRASIL. Neste termo, mais uma vez é ressaltada a necessidade de descentralização, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961), e a falta de experiência de órgãos estatais na formulação de planos estaduais de educação (FRAZON, 2015). Em janeiro de 1967, foi firmado outro acordo que abarcava Publicações Técnicas, Científicas e Educacionais MEC/SNEL/USAID. Participaram desse acordo o MEC, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), e a USAID/BRASIL. A proposta era tornar disponível, em três anos, 51 milhões de livros para os estudantes e promover a edição de livros didáticos para as disciplinas que não contavam com publicações em português ou que não contavam com os requisitos de qualidade exigidos para o ensino. Assim, buscava-se incentivar e fortalecer a indústria editorial de livros didáticos e técnicos (FRAZON, 2015). Ainda no ano de 1967, o convênio Educação Vocacional e Treinamento Rural foi firmado com a pretensão de promover a educação rural. Participaram, além do MEC, o CONTAP, a Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) e o USAID/BRASIL. Diante desses vários acordos firmados, a USAID proporcionou, em parceria com vários órgãos, ministérios e entidades, diversos serviços de assessoria e assistência técnica. De acordo com Patrícia Sposito Mechi, “[...] a educação foi uma das grandes preocupações dos grupos que atuaram no âmbito do Estado após 1964, pois o regime necessitava, tanto de técnicos altamente qualificados quanto de mão-de-obra desqualificada. Mão-de-obra desqualificada e ‘dócil’[...]” (BRASIL, 2015, p. 2) (Bombarda, 2019, p. 259).

¹⁹ Os Acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a USAID foram precedidos por uma primeira fase de estudos, ainda em 1964, com base no envio de uma equipe de especialistas em educação dos EUA ao Brasil, o chamado Higher Team Education, cujo objetivo era “adequar a assistência ao Ensino Superior à estratégia geral da USAID e opinar sobre a conveniência de se organizar um programa especificamente voltado para o Ensino Superior, como já havia para outras áreas” (Cunha, 2007, p. 156). Após a tomada do Estado por parte dos militares, o grupo de consultores da Higher Team Education se retiraria do Brasil e produziria o Relatório Gardner, que recebeu o nome do principal dirigente da USAID no Brasil na época e viria a abrir espaço para os futuros Acordos MEC-USAID de 1965.

O ensino universitário também seria profundamente afetado pelos acordos com os EUA. Inspirada no modelo educacional daquele país, a legislação que buscou orientar a educação brasileira a partir dos Acordos MEC-USAID passou a refletir a demanda por formação de quadros ‘capacitados’ para atuar junto do empresariado em ascensão, que assumia o protagonismo econômico do país e oferecia sustentação ao Regime Militar (UFSC, 2018). O objetivo de produção de ‘quadros técnicos’ fica evidente quando considerado diante do papel de articulação realizado pelo conjunto de empresários ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundamentais para a celebração dos contratos com a USAID (Bombarda, 2019).

É o amplo trabalho dos assessores e técnicos dos EUA na constituição das reformas educacionais que demarca o espírito de cruzada modernizadora e civilizatória dos Acordos MEC-USAID, sobretudo porque é, também, especialmente no âmbito educacional que um processo de colonização pedagógica ocorre na essência do termo. Importante documento de resgate acerca da história da Reforma Universitária da década de 1960 no país, o Relatório Final da Comissão de Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicado em 2018, evidencia o papel de um dos principais expoentes e idealizadores dos Acordos MEC-USAID, o consultor estadunidense Rudolph Atcon. De acordo com o Relatório (2018), Atcon era consultor e membro da USAID e propôs um modelo estadunidense de universidade baseado em “princípios empresariais” com a lógica subjacente de privatizar o funcionamento e a gestão das universidades públicas no Brasil e retirá-las do controle estatal.

Silva e Ferreira (2023) destacam que, após visitar 12 universidades do país ao longo de 1965 (do Pará ao Rio Grande do Sul), Atcon consolidou suas conclusões em um relatório onde estabeleceu os principais parâmetros para a reforma do modelo universitário brasileiro. Publicado sob o título de *Rumos à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*, em 1966, o documento ficou mais conhecido como Relatório Atcon, e determinava as seguintes diretrizes:

[...] a extinção das cátedras e das faculdades e a criação do sistema de créditos, do ciclo básico e dos centros, por áreas de conhecimento, divididos em departamentos. Além das questões estruturais, as diretrizes educacionais para o ensino superior apresentadas pelo Relatório Atcon também estavam de acordo com uma educação voltada para um projeto de desenvolvimento econômico com segurança. Nas conclusões Atcon aponta para duas necessidades: a) criação de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, com a organização de sua Secretaria Geral, para controle interno das universidades; b) independência desta

instituição do Poder Executivo, com vistas a operacionalizar seus processos de acordo com "os moldes empresariais, para criar um local ecologicamente (sic) apropriado para empreender estudos sistemáticos sobre o ensino superior e planejamento ininterrupto" (UFSC, 2018, p. 144).

O Relatório da Comissão de Memória e Verdade da UFSC (2018) aponta que a Universidade foi pioneira nas reformas universitárias originárias dos Acordos MEC-USAID, sob a gestão do então reitor João David Ferreira Lima – aliado de primeira ordem do Regime Militar. A UFSC foi, naquele contexto, uma das universidades visitadas por Atcon em seu giro patrocinado pela então Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. O consultor chegou à instituição de ensino em 1966, com o objetivo de levantar dados para o seu plano nacional de reestruturação das universidades brasileiras e a UFSC se mostrou uma rara exceção para Atcon, que considerou a Universidade como modelo e teceu elogios à gestão de Ferreira Lima (UFSC, 2018). Do diagnóstico e da visita do consultor à instituição, resultaria uma relação de proximidade com Ferreira Lima²⁰ que posteriormente trataria de seguir com afincos as recomendações do Relatório Atcon, colocando a UFSC na dianteira da Reforma Universitária patrocinada pela USAID.

Não raras as vezes a gestão Ferreira Lima entrou em conflito com o movimento estudantil da Universidade, que, conforme denuncia o Relatório (2018), foi calado a ferro e fogo, com o apoio do aparato legal da ditadura, em seus questionamentos à reforma então em curso²¹. A figura pessoal do reitor foi, portanto, fundamental para a viabilização do projeto que se impôs como vencedor:

É claro que o perfil gerencial do reitor Ferreira Lima, típico de um "intelectual executivo", coube como uma luva a esses tempos de subordinação da Universidade a uma lógica de custos e benefícios, apropriada aos interesses empresariais. A Universidade deveria funcionar, portanto, nos moldes de uma grande empresa. "Uma análise do plano Atcon de reestruturação da universidade comprova o sentido específico das expressões aí empregadas, tais como: 'comunidade', 'reais necessidades da sociedade', 'desenvolvimento econômico', e permite identificar o sentido privatista, classista, tecnicista, antinacional e antidemocrático que se oculta atrás dessas fórmulas abstratas. [...] Pleiteava ainda a transformação da universidade em fundação, desligada do governo e administrada por um conselho de curadores, pessoas estranhas aos quadros universitários. A intenção dessa manobra era clara:

²⁰ Criado por sugestão do Relatório Atcon, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) teve Ferreira Lima como primeiro presidente, cujo mandato contou com Atcon como secretário entre 1966 e 1968 (UFSC, 2018).

²¹ É expressamente reconhecido no Relatório (2018) o alinhamento político do ex-reitor da UFSC com o Regime Militar. Exemplo disso foi a recepção ao embaixador dos EUA à época, Lincoln Gordon, em visita a Santa Catarina, quando Ferreira Lima o ofereceu uma "churrascada" de almoço nos jardins do Palácio da Reitoria da então Universidade de Santa Catarina (USC). Na ocasião, ocorrida apenas 30 dias após o golpe civil-militar, Gordon visitou também o Vale do Itajaí e o governo catarinense, e de sua comitiva fizeram parte o "Encarregado do Setor Político da Embaixada e senhora, o Encarregado da USAID e senhora, o Adido Aeronáutico Coronel Kelb, o Adido Militar Major Barbi" (UFSC, 2018, p. 57).

tratava-se de retirar a universidade do controle estatal para submetê-la ao controle direto dos grupos econômicos. A defesa da privatização da universidade pública estava ligada às supostas ‘incapacidade administrativa do Estado’ e ‘baixa produtividade’ das universidades públicas (UFSC, 2018, p. 98).

Resultado da sinergia entre Ferreira Lima e Rudolph Atcon, a UFSC recebeu do Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, então sob o comando de Roberto Campos, intelectual orgânico da classe dominante e figura-chave do novo regime, verba substancial para o oferecimento de cursos de treinamento para gestores de universidades de todo o Brasil, tendo em vista a implantação da Reforma Universitária segundo os parâmetros dos Acordos MEC-USAID²². A primeira edição do curso, que foi criado por sugestão de Atcon, ocorreu no final de 1967, na sede da UFSC em Florianópolis. Com o objetivo de “[...] preparar o pessoal administrativo das Universidades para o exercício de funções especializadas, dentro de um conceito empresarial e integrado” (UFSC, 2018, p. 99), o assim nomeado Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Administrativo das Universidades Brasileiras visava preparar o corpo técnico-administrativo das demais universidades brasileiras à nova estrutura organizacional da Reforma Universitária, cujo modelo inicial seria, justamente, a gestão Ferreira Lima.

Os Acordos MEC-USAID sofreram reação do meio acadêmico que se recusava a apoiar uma proposta de reforma que visava a implantação do modelo estadunidense de ensino superior no Brasil. Um dos objetivos estratégicos da Reforma Universitária era também a desarticulação do movimento estudantil que, de acordo com Cunha (2007), tinha consciência de que a ‘modernização’ do ensino superior posta em marcha representava a sua própria desmobilização. Mesmo sob intensas críticas, os acordos entre o MEC e a USAID influenciaram decididamente o processo de reforma educacional conduzido pelo governo Costa e Silva, “com destaque para a Comissão Meira Mattos (1967) e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, os quais foram decisivos na Reforma Universitária (Lei n. 5.540/1968) e na Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei n. 5.692/1971)” (Silva e Ferreira, 2023, p. 17).

²² Em seu livro *UFSC: Sonho e Realidade* (1980), o próprio reitor Ferreira Lima destaca o agradecimento da UFSC com recursos e a escolha da Universidade como modelo da Reforma: “Se não nos falha a memória, no orçamento federal de 1967, para surpresa nossa, foi feito um destaque, pelo Ministro Roberto Campos, constante de dotação de 400 mil cruzeiros em favor da Universidade Federal de Santa Catarina, destinado a custear as despesas de Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento em Administração Universitária, que deveria ser feito pelo pessoal das outras universidades brasileiras, na UFSC. Era a sugestão de Rudolf Atcon aceita pelo Governo da República e que nos permitia uma experiência única e admirável. Ela só terminou em 1971, quando deixamos a Reitoria. Foi um período de trabalho intenso e insano, mas de grande sucesso e compensadoras alegrias” (p. 137).

Do ponto de vista prático, a orientação para os mercados das reformas na educação empreendidas pela Ditadura Civil-Militar acentuou um processo de proletarianização dos professores. As políticas educacionais implementadas naquele contexto teriam favorecido a tendência de privatização do ensino, e ao introduzirem a lógica mercantil na educação, condenaram o professorado a “uma série de elementos degradantes, como o arrocho salarial e as condições de trabalho cada vez mais precárias” (Bombarda, 2019, p. 249). Os Acordos MEC-USAID fizeram parte de uma ampla agenda de reforma do Estado brasileiro, que seria gerenciado a partir de uma *rationale* empresarial de administração, calcada na eficiência, otimização de recursos e na racionalidade técnica; na educação, tal processo só poderia resultar em uma concepção produtivista (Saviani, 2008).

Recentemente, um dos principais projetos apoiados pela USAID no Brasil até 2025 – ano do seu encerramento pela administração Trump – foi o +Unidos, uma iniciativa na área da educação, apoiada pela Embaixada dos EUA no Brasil, que envolve empresas, o setor público e a sociedade civil em programas de formação digital, empreendedorismo e inovação (+UNIDOS, 2023)²³. Com uma linguagem adaptada ao contexto de neoliberalismo progressista e de empreendedorismo social, o +Unidos foi desenvolvido em sintonia com os princípios do Novo Ensino Médio, a reforma educacional aprovada em 2017, durante o governo Michel Temer, que reduziu a carga horária de disciplinas tradicionais obrigatórias (como História, Filosofia, Geografia, Sociologia e Artes) e introduziu disciplinas voltadas única e exclusivamente à empregabilidade. Atendendo aos interesses do setor privado no contexto de mercantilização da educação, a nova configuração do Ensino Médio voltou a prejudicar a formação humanística e crítica dos estudantes, após essa ter sido resguardada pela Constituição Federal de 1988, aprovada ao fim do Regime Militar, e que estabeleceu a educação como um direito fundamental e um dever do Estado.

Dado que, na obra de Antônio Gramsci, a educação é uma arena central para a fabricação do consenso e manutenção da hegemonia, o que se observa é que a atuação da USAID na educação brasileira, dos Acordos MEC-USAID às iniciativas recentes como o +Unidos, revela uma continuidade estratégica em torno daquilo que Jaureche (1975) entendia por colonização pedagógica: a imposição de modelos educacionais estrangeiros com o objetivo de formar subjetividades funcionais a uma ordem internacional desigual.

²³ A Rede +Unidos conta com apoio oficial dos EUA através da USAID e da Missão Diplomática do país no Brasil, e possui como empresas associadas grupos como o Bank of America, Amazon, Microsoft e ExxonMobil. No âmbito de seus programas, o +Unidos afirma ter mobilizado mais de R\$ 50 milhões em “projetos sociais e ambientais no Brasil”, contado com mais de 11 mil parceiros em suas iniciativas e impactado mais de 3,1 milhões de alunos das redes públicas dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Jaureche (1975) desenvolveu a noção de colonização pedagógica em função do enorme poder de influência exercido pelo Reino Unido, então o poder hegemônico global, sob a Argentina da transição do século XIX para o XX. À época, ainda sustentado pelo Império Britânico, o Reino Unido também exercia expressivo poder econômico sob o Brasil, mas era a França quem servia de modelo civilizatório às classes dominantes brasileiras. Com a transição hegemônica do Reino Unido para os EUA, sobretudo a partir das duas guerras mundiais da primeira metade do século XX, a influência europeia declinou e os EUA passariam a exercer mais poder sobre a América Latina como um todo. O Brasil, na verdade, já teria se inclinado aos EUA na guinada americanista da política externa de Barão do Rio Branco (1902-1912), acompanhando a transição hegemônica de Londres para Washington. O que se concretizou, a partir disso, foi um gradativo processo de ‘americanização’ do Brasil, que até então seguia um modelo francófono nas Forças Armadas, no planejamento urbano, na educação, no direito e em uma série de outras áreas.

Dois desses eixos, o meio militar e o educacional, são bastante ilustrativos do processo de americanização experimentado pelo Brasil. Do ponto de vista militar, a influência dos EUA se consolidou no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando da assinatura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1942), que remodelou as Forças Armadas brasileiras com base na organização e doutrina militar dos EUA e transformou o Brasil em um parceiro dependente de equipamentos e materiais bélicos daquele país (Svartman, 2014)²⁴. A educação, por seu turno, também experimentou a transição do modelo educacional francófono para o estadunidense com os Acordos MEC-USAID (Skidmore, 1988), que representaram instrumentos diretos de reconfiguração do sistema de educação sob uma lógica tecnocrática, utilitarista e empresarial – alinhada ao projeto de modernização conservadora então em curso.

3.2.2. ‘Modernizando’ o sistema político e a segurança pública no Brasil

Como adiantamos, a ofensiva da USAID no Brasil durante o Regime Militar não se esgotou no campo educacional, mas buscou impactar todo o processo de reforma do Estado brasileiro. Já na década de 1970, a agência começaria também a desenvolver projetos visando

²⁴ Os EUA continuam exercendo significativa influência militar no Brasil durante o século XXI, tanto do ponto de vista doutrinário como material, com o envio de equipamentos e tecnologia. A estreita cooperação militar não se encerrou com o fim da Guerra Fria; pelo contrário, o Brasil continuou atuando como parceiro no quadro de segurança hemisférica dos EUA, tendo absorvido a nova agenda securitária pós-Guerra Fria do país. Esse contexto tem sido responsável, dentre outras coisas, pela militarização da região amazônica, na qual o Brasil atua empregando suas Forças Armadas no combate ao narcotráfico e outros ilícitos transnacionais.

impacto no sistema político e na gestão pública do país, patrocinando duas missões com o envio de ‘*experts*’ ao Brasil: uma com o objetivo de remodelar o sistema legislativo brasileiro e outra visando a criação de *think tanks* aos moldes dos que já existiam nos EUA (Paulo, 2022).

Em relação ao primeiro projeto, Paulo (2022) destaca que a USAID organizou uma equipe de professores especialistas em legislativo, composta por membros da State University of New York (o “SUNY Team”), que foi enviada ao Brasil em expedição com encontros e visitas ao Congresso Nacional com o objetivo geral de *modernizar* o Poder Legislativo. A equipe, liderada pelo professor de administração pública, Walter Louis Balk, viria ao Brasil para conduzir ‘estudos de viabilidade’ em um primeiro momento, e foi selecionada com base nos resultados de um treinamento que já havia sido oferecido pela USAID ao Congresso brasileiro algumas semanas antes. Em junho de 1970, então, o SUNY Team chega ao Brasil e inicia seus trabalhos:

Comandado pelo professor Balk, o grupo contava ainda com Donald Axelrod, deputado responsável pelo orçamento do Estado de Nova Iorque; professor Alan Kornberg, da Universidade de Duque e especialista em processo legislativo; professor Carlos Astiz, cientista político igualmente da State University of New York e especialista em política de desenvolvimento latino-americana; Al Abrams, secretário do Senado do Estado de Nova Iorque; e o professor Lloyd Musolf, da Universidade da Califórnia e diretor do departamento de pesquisa de governo. Em uma das últimas mensagens antes da partida da missão enviadas pelo subsecretário de Estado dos Estados Unidos, William Rogers, à embaixada estadunidense no Rio de Janeiro, pediu-se atenção ao fato de que a visita tinha como objetivo analisar a viabilidade da formação de organizações capazes de prestar assistência ao que chamou de “tecnologia legislativa” – em vez de ela mesma prestar essa assistência (Rogers, 1970b, p.2) (Paulo, 2022, p. 120).

Em sua visita, o SUNY Team já deixaria organizada uma outra missão no Brasil, agora composta por membros da Brookings Institution, um *think tank* estadunidense já então com significativa influência sobre os poderes políticos em Washington, que se encontraria aqui com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). De acordo com Paulo (2022), o objetivo da USAID era disseminar o modelo de *think tanks* então existente nos EUA no Brasil, introduzindo-os na sociedade civil brasileira a partir da instituição modelo – a Brookings Institution. Podemos considerar que a missão da Brookings logrou êxito, na medida em que, a partir daquele contexto, a FGV experimentaria um processo de remodelação conforme o padrão dos *think tanks* dos EUA passando a operar não apenas como uma instituição de ensino, mas também como um centro de produção de políticas públicas e de influência ideológica.

Para além do caso da FGV, o que se observaria no Brasil das décadas de 1980 e 1990, durante a expansão do neoliberalismo, seria uma verdadeira explosão de *think tanks* e entidades similares, em muitos dos casos patrocinados diretamente por outras instituições estadunidenses – como a Atlas Network, que teve papel importante na configuração da rede de institutos liberais hoje existente no país (Vidal, 2023). Desse modo, as duas missões do ano de 1970 evidenciam, sobremaneira, o caráter *pedagógico* das incursões da USAID no Brasil, sempre disposta a enviar ‘corpos técnicos’ ao país para ‘ensinar’ a operação do processo de ‘modernização’ veiculado como necessário, incumbido à agência pela própria política externa dos EUA.

Outro elemento importante daquilo que a USAID entendia como a sua própria *mission civilisatrice* nos trópicos foi o seu interesse na esfera da segurança pública, basicamente com o objetivo de modernizar a repressão durante a Ditadura Civil-Militar. Na verdade, o interesse dos EUA na segurança pública da América Latina, sobretudo em atividades de contra-insurgência após a Revolução Cubana, vinha sendo gestado desde o início da década de 1960. Tanto é que já no segundo ano de atuação da USAID, em 1962, fora criado, no âmbito da agência, o Office of Public Safety (OPS), que seria responsável por administrar em conjunto os programas policiais anteriormente desenvolvidos de forma descentralizada (Motta, 2010). A partir disso, a USAID estabeleceu uma série de programas de cooperação policial com o Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, em especial logo após o golpe de 1964, todos parte de um esforço mais amplo dos EUA de contenção ao comunismo na América Latina, combinando apoio econômico, técnico e repressivo às instituições policiais brasileiras.

Ao longo da década de 1960, o OPS/USAID passaria a atuar no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), e teve papel ativo na disseminação dos “esquadrões da morte” e das “tropas de choque” nos centros urbanos do país:

[...] o OPS estava auxiliando a polícia brasileira a desenvolver patrulhas motorizadas de estilo militar e "tropas de choque" para combater ameaças à segurança interna e melhorar a "qualidade" do policiamento. Por exemplo, o OPS ajudou a treinar, equipar e sugerir pessoal para as "tropas de choque" especiais de controle de manifestações e distúrbios nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Pernambuco, e anteriormente no Distrito Federal (Huggins, 1998, p. 134 – tradução própria).

Assim como nas missões da reforma educacional e política, em relação à segurança pública a USAID também enviava grupos técnicos ao Brasil, nesse caso compostos por policiais-assessores. De acordo com Motta (2010, p. 244), “entre os seis policiais do primeiro

grupo de assessores a desembarcar em 1960 estava alguém que se tornaria famoso: Daniel A. Mitrione, ou simplesmente Dan Mitrione” – um notório policial estadunidense que esteve intensamente envolvido em trabalhos de assessoria e treinamento de técnicas de repressão para forças policiais das ditaduras do Brasil e Uruguai. Na sua primeira missão no Brasil, em 1960, Mitrione não estava ainda à serviço da USAID, que só viria a ser criada no ano seguinte, mas havia sido contratado pela divisão policial da International Cooperation Administration (ICA) – espécie de predecessora da USAID –, tendo sido enviado, junto de outros cinco policiais, à Belo Horizonte. Na ocasião, Mitrione atuou como consultor e instrutor da Polícia Civil e Militar de Minas Gerais, e uma de suas principais tarefas era intermediar o envio de equipamentos e material para as polícias, além de também selecionar os policiais que seriam encaminhados para treinamentos no exterior, custeados ou mesmo oferecidos pela própria USAID.

Segundo Motta (2010), os destinos de envio dos policiais eram diversos, incluindo algumas universidades dos EUA; porém, entre 1962 e 1964, a maioria deles foi enviada ao Panamá, onde a USAID havia montado a Academia Interamericana de Polícia (IAPA). A cooperação policial ocorria, portanto, em dois fluxos: o Brasil recebia policiais dos EUA para treinamento *in loco* e também enviava policiais brasileiros para cursos nos EUA e América Central. Motta (2010) destaca que, “no momento de auge do projeto, em 1967, os assessores policiais norte-americanos no Brasil montavam a 23, atuando em 15 estados e no Distrito Federal” (p. 251). Estima-se também que, de 1960 a 1972, foram enviados cerca de oitocentos policiais brasileiros (civis e militares) para os cursos oferecidos pela USAID.

O OPS seria encerrado e suas atividades seriam oficialmente descontinuadas em 1972, quando tornava-se cada vez mais visível a participação de oficiais dos EUA na tortura sistemática empregada pelos regimes militares do Cone Sul (Motta, 2010). Também desempenharia um papel importante para a interrupção dos programas a própria morte de Dan Mitrione, à época figura já bastante conhecida nos círculos da repressão, que morreu após ter sido sequestrado pela guerrilha uruguaia Tupamaros, em Montevideu, em 1970. Após o fim da ditadura no Brasil, Mitrione foi denunciado postumamente, em 1986, pelo grupo de direitos humanos Tortura Nunca Mais por supostamente ter utilizado pessoas em situação de rua como cobaias no ensino à polícia de métodos de tortura para extração de informações (Huggins, 1998).

3.3. O fim da Guerra Fria e a transição de foco para a Amazônia

Após a década de 1960 de intensa atuação no Brasil, a partir do final dos anos 1970 a USAID passaria a reduzir seus projetos no país, reflexo também do gradativo afastamento entre os EUA e o Regime Militar²⁵. Em 1973, o Congresso dos EUA aprovou o Foreign Assistance Act, alterando as diretrizes para concessão de ajuda por parte da USAID que daí em diante deveria focar nas necessidades básicas dos países mais pobres – resultando na estratégia que ficou conhecida como “New Directions Policy” (Gang e Lehman, 1990). A mudança de política e o caráter estratégico que a região da América Central viria a assumir durante as décadas de 1970 e 1980, especialmente devido aos conflitos armados e à influência de movimentos revolucionários, acabou por reorientar a atuação da USAID àquela região, canalizando seus recursos para países como Honduras, El Salvador e Nicarágua.

Na obra *Don't be afraid, gringo: The story of Elvia Alvarado*, de Medea Benjamin (1989), a campesina hondurenha que dá nome ao livro, Elvia Alvarado, narra sua história destacando o papel das organizações estrangeiras que atuavam junto dos EUA naquele contexto de intervenções nos países centro-americanos da década de 1980:

Honduras está cheia de organizações estrangeiras que dizem estar aqui para ajudar o nosso país. Conheço muitos desses grupos estrangeiros — a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), as Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, os Peace Corps. Honduras está inundada de estrangeiros, a maioria dos Estados Unidos. Mas essa não é a solução para os nossos problemas [...] Os Peace Corps podem enviar cada vez mais pessoas, as Nações Unidas podem ter cada vez mais projetos, a USAID pode ficar aqui por um século — e os nossos problemas continuariam existindo. Porque todas essas instituições são convidadas pelo governo; todas trabalham por meio do governo. Então, para nós, elas são apenas parte do sistema que nos mantém pobres (Benjamin, 1989, p. 101-104 – tradução própria).

Como evidenciado pelo caso de Honduras, onde o governo era aliado dos EUA, as intervenções são, por diversas vezes, canceladas pela elite política local. O mesmo foi o caso do Brasil durante o Regime Militar, sobretudo na gestão Castelo Branco (1964-1967) – cuja orientação americanista praticamente relegou à USAID a condução das reformas visadas pelo governo. Ira Gang e James Lehman (1990) expressam em números o processo de declínio do Brasil nas políticas de ‘ajuda’ da USAID e a reorientação para a América Central a partir de 1975. De acordo com os autores (1990), em 1965 o Brasil correspondeu a cerca de 50% de toda a ajuda econômica destinada à América Latina, percentual que seria reduzido até

²⁵ A política externa do governo Ernesto Geisel (1974-1979) talvez seja o principal símbolo do afastamento entre Brasil e EUA naquele contexto. Na esteira das críticas vindas dos EUA em relação à repressão e tortura no Brasil, em nome da política externa do “pragmatismo ecumênico e responsável”, Geisel rompeu o então ainda em vigor Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, reconheceu a independência de Angola e celebrou um acordo nuclear com a Alemanha Ocidental.

1,67% em 1975 e zerado em 1980. Por outro lado, no ano de 1980, El Salvador teria recebido 29,78% do total, Honduras 26,08% e Nicarágua 11,05%.

A tabela abaixo sintetiza a distribuição de recursos, entre 1960 e 1980, para todos os países da América Latina:

Tabela 2 – Ajuda econômica da USAID por país e ano (em porcentagem do total de ajuda para a América Latina por ano)

País	1960	1965	1970	1975	1980
Argentina	0.93	0.39	0.31	0.00	0.00
Bolívia	17.91	2.03	0.92	10.85	2.56
Brasil	13.47	50.65	26.97	1.67	0.00
Chile	21.95	21.45	5.52	16.90	0.06
Colômbia	2.79	0.86	23.23	7.56	0.17
Costa Rica	1.51	1.79	5.98	0.38	7.74
Equador	9.41	2.61	7.11	1.13	4.73
El Salvador	1.16	1.25	3.16	0.70	29.78
Guatemala	7.32	1.57	8.92	5.08	4.44
Guiana	0.35	2.57	0.40	0.54	1.42
Honduras	5.23	0.54	1.69	13.71	26.08
México	0.81	5.37	0.31	0.00	0.00
Nicarágua	4.18	3.54	0.70	21.65	11.05
Panamá	1.51	2.46	3.62	4.48	0.57
Paraguai	2.79	0.52	2.18	3.62	0.74
Peru	8.59	1.60	3.46	4.81	10.65
Suriname	0.58	0.22	0.00	0.00	0.00
Uruguai	0.12	0.22	5.18	6.91	0.00
Venezuela	0.12	0.39	0.34	0.00	0.00

Fonte: elaboração própria do autor, com dados disponibilizados por Gang e Lehman (1990)

A USAID permaneceu fora do Brasil durante basicamente toda a década de 1980, só retornando ao país oficialmente em 1991 com novos interesses e um novo *modus operandi*. A partir da década de 1990, o tema prioritário da agência no Brasil veio a ser a questão ambiental, que vinha se consolidando na agenda internacional desde a realização, em 1972, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – também conhecida como Conferência de Estocolmo. O tema se robusteceu ainda mais em 1992, quando foi sediada, no próprio Brasil (Rio de Janeiro), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) que coroou *de facto* a pauta ambiental como uma das principais preocupações políticas globais do pós-Guerra Fria.

O que se observou na prática, entretanto, é que a Rio-92 representou um dos marcos daquilo que Schinke (2013) entende como o processo de “assimilação do colapso ecológico pelo sistema capitalista global”. Foi na Conferência do Rio onde foi gestado o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, uma solução notadamente conservadora para a crise climática em curso, cujo principal objetivo seria a construção de uma *via média* para o equilíbrio das necessidades de acumulação de capital e a conservação do meio ambiente. Gill (2008) reforça essa noção ao apontar que a criação do paradigma do desenvolvimento sustentável se deu com base em um processo de cooptação do movimento ambientalista original operado pelas grandes empresas transnacionais²⁶. A criação, portanto, de um ambientalismo corporativo, ancorado em um desenvolvimento sustentável vinculado à livre-iniciativa e às forças de mercado, esvaziou qualquer possibilidade de transformação ecológico-econômica efetiva, e nesse sentido constitui um clássico exemplo da noção gramsciana de revolução passiva – na qual um processo de transformação social é operado pelas classes dominantes de forma gradual e conservadora.

A retomada da USAID no Brasil, a partir de 1991 e, com mais intensidade, após a Rio-92, ocorreu justamente no quadro programático do desenvolvimento sustentável que passaria a estruturar todo o conjunto de projetos ambientais da agência no país até, pelo menos, o ano de 2025. Em seu retorno ao Brasil, os três principais eixos de atuação da

²⁶ Uma iniciativa bastante ilustrativa no contexto de cooptação do movimento ambientalista foi a criação, em 1995, do World Business Council on Sustainable Development (WBCSD), organização que agrupa cerca de 230 grandes corporações internacionais e que atua, em forma de *lobby* e *advocacy*, na promoção da agenda do desenvolvimento sustentável e seus derivados, como o ESG (Environmental, Social and Governance). Gill (2008) aponta também que instituições como o Fórum Econômico Mundial, a Comissão Trilateral e a Global Clinton Initiative estiveram bastante envolvidas nos estágios iniciais das discussões sobre o desenvolvimento sustentável. É através da atuação dessas organizações que tem sido operado um verdadeiro processo de mercantilização das soluções climáticas, através do qual uma série de mecanismos e soluções de mercado têm sido aplicada, sem sucesso, no combate aos problemas ambientais. Dentre eles, os mercados de carbono talvez sejam o exemplo mais evidente.

agência foram o combate ao HIV/AIDS, a preservação do meio ambiente e o combate ao tráfico doméstico e internacional de pessoas (Ramos, 2006). Além dos novos focos de atuação, a forma também se modificou: a nova atuação da USAID passou a ser mais restrita e pontual quando comparada com as décadas de 1960 e 1970, e a agência passou a funcionar dentro da Embaixada dos EUA em Brasília não tendo estabelecido acordos diretos, num primeiro momento, com o governo brasileiro. Deste modo, a instituição passou a atuar de forma descentralizada e com contatos diretos com os beneficiários e contrapartes finais de seus programas, sem a intermediação do poder público, mas através de uma série de parceiros como organizações não-governamentais, empresas e outras organizações internacionais (OIs) (Ramos 2006).

Dos três principais eixos de atuação, as atividades de maior densidade foram aquelas voltadas ao meio ambiente, e é nelas que nos concentraremos a partir daqui. A temática ambiental representa, desde a década de 1990, uma das principais frentes de atuação da USAID no Brasil e, embora a atuação da agência se confunda com a região amazônica, já foram desenvolvidos projetos também em outros biomas. A seguinte passagem, resgatada de entrevista concedida por Richard Goughnour, ex-diretor da Missão da USAID no Brasil, apresenta concisamente o beabá da ‘preocupação ambiental’ da agência no país:

O programa [de meio ambiente] é implementado por organizações não governamentais em algumas regiões da Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado e Pantanal. Esse programa tem contribuído para a adoção de alternativas ambiental e socio-economicamente sustentáveis e possui vários componentes. Apoiamos atividades de identificação, promoção e adoção de sistemas de uso adequado do solo nas regiões selecionadas, e a adoção de políticas que promovam estes sistemas. Procuramos produzir modelos sustentáveis que possam ser replicáveis e subsidiem a implementação de políticas (Goughnour, s.d, s.p.).

Após o lançamento da Agenda 21²⁷ pela Rio-92, a estratégia da USAID no Brasil foi de complementar os esforços do governo brasileiro na implementação dos objetivos programáticos do documento. A partir de então, a agência passou a estabelecer contatos com órgãos do governo brasileiro, como o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Ciência e Tecnologia (Ramos, 2006). Naquele contexto, um dos principais projetos que contou com o apoio da USAID no Brasil foi o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), executado entre 1992 e 2009. De acordo com Ramos (2006), seu objetivo seria

²⁷ A Agenda 21 é um documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi assinado por 179 países e reúne os princípios canônicos do desenvolvimento sustentável. Documento não-vinculante, a Agenda serve como um ‘plano global’ de atuação e sugere a implementação de uma série de ações em prol daquilo que se convencionou chamar de ‘sustentabilidade’.

demonstrar a viabilidade de conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, o que supostamente contribuiria para a redução do desmatamento e dos impactos ambientais no bioma.

O PPG-7 também teve a intenção de servir como modelo para iniciativas semelhantes em outras florestas tropicais ao redor do mundo – como a Bacia do Congo e as florestas tropicais da Indonésia, onde a USAID também desenvolveu projetos. Lançado em 1992, o programa foi financiado por recursos dos países do G-7 — Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido —, além da União Europeia e dos Países Baixos (Divardin, 2008). Além disso, enquanto esteve vigente, o gerenciamento de seus recursos foi realizado pelo Banco Mundial e coube ao Brasil apenas instituir um fundo que receberia os financiamentos – o Rain Forest Trust Fund. Ao explorar a face geopolítica do PPG-7, Paula (2013) destaca o seguinte:

Como sabemos, os chamados “câmbios climáticos” vêm ocupando, desde o final do século XX, cada vez mais espaço no centro da agenda política internacional, sendo que a conservação da Amazônia figura como um dos pontos nevrálgicos de contenção do aquecimento do planeta. Em que pese a indissociável relação entre a produção destrutiva, em curso nesse território, com a acumulação capitalista em escala mundial, a imagem construída externamente é a de que tal destruição resulta da incapacidade ou negligência dos governantes dos países que possuem territórios na região amazônica. Sob tais circunstâncias, a “salvação da humanidade” residiria na conversão desse imenso território numa área de “soberania compartilhada”, para que fosse possível estabelecer uma “gestão sustentável”. Todavia, uma vez que essa pretensão, posta nestes termos, despertou enormes reações de cunho nacionalista, haveria que se buscar mecanismos mais sutis para que a mesma fosse realizada com outra roupagem. Não por acaso, a década de 1990 foi marcada, além da “Rio 92”, pela consagração de uma série de convenções internacionais destinadas a disciplinar e regulamentar o que se denominou “exploração racional das florestas”, como bem o demonstrou Schwarz (2008). Devemos recordar, ainda, conforme mencionado na seção anterior, que esse período é caracterizado também, e sobretudo, pelo aprofundamento das políticas neoliberais na América Latina, tendo como uma de suas marcas a erosão da soberania do Estado Nacional na formulação e condução das políticas internas de desenvolvimento. Nesse novo cenário, agências multilaterais, como o Banco Mundial e grandes organizações não-governamentais – ONGs ambientalistas internacionais –, passam a ser cada vez mais determinantes na formação das políticas e estratégias de desenvolvimento na região amazônica (Paula, 2013, p. 45-46).

A USAID atuou como o braço dos EUA no programa. De acordo com Divardin (2008), os EUA, no âmbito do PPG-7, apoiaram e “destinaram recursos ao Programa de Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia – PROTEGER e ao Subprograma de Ciência e Tecnologia (SPC&T)” (p. 128). O autor (2008) ainda denota que, do interesse da USAID no Subprograma de Ciência e Tecnologia, resultou o financiamento de dois centros de ciência da região amazônica: o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Instituto Nacional de Pesquisas da

Amazônia (INPA). Não obstante, conforme ressalta Paula (2013), o foco em pesquisa e ciência aplicada, por parte da agência, tem sido cada vez mais orientado à fins utilitários e mercadológicos – facilitando a constituição, nos projetos mais contemporâneos da USAID na Amazônia, de ‘cadeias de valor’ regionais para o escoamento de produtos voltados ao mercado.

Considerando o conjunto de missões e projetos da agência no país na série de áreas as quais analisamos, da educacional à ambiental, encerramos este capítulo destacando que a estratégia da agência perpassou, e ainda perpassa, por estruturar suas incursões através de atividades ou missões de ‘assistência técnica’, com o envio de especialistas, assessores e consultores ao Brasil. O que a roupagem da ‘assistência técnica’ não revela, entretanto, são os interesses estratégicos por trás da virtuosa iniciativa de ensino de ‘boas práticas’ da USAID: a padronização de modelos de capitalismo e gestão pública na América Latina – que privilegiam interesses privados e são postas em marcha pela captura do destino e da própria capacidade de autogerenciamento das suas populações.

IV. A USAID NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Neste capítulo, realizaremos o mapeamento da operação da USAID na Amazônia, considerando o período de 2003 a 2024, buscando explorar os projetos, os fluxos de financiamento e as organizações parceiras com vistas a constituir a rede de atuação no bioma encabeçada pela agência. Conforme destacamos ao longo do trabalho, a presente pesquisa parte de uma abordagem gramsciana, o que orienta não apenas a interpretação, mas também a própria escolha dos procedimentos metodológicos adotados. Quando aplicada às RI, a obra de Gramsci permite analisar as relações de poder para além dos limites teóricos tradicionais desse campo de estudo, conjugando a coerção material com a produção de consenso no estudo da hegemonia.

É nesse sentido, portanto, que optamos por analisar a atuação da USAID na Amazônia com base na noção de que a agência opera como um ator político e de interesses específicos, associados ao capitalismo global e à classe dominante dos EUA, e cuja legitimidade é construída por meio daquilo que Cox (1981) entende como uma espécie de ‘saber técnico’. Assim, a opção por uma perspectiva crítica nos permite problematizar o papel da agência para além de sua dimensão operacional, explicitando os vínculos entre política, economia e ideologia em sua rede de atuação.

É com base no alerta de Kees van der Pijl (2012), de que permanece abstrata “uma ciência social que não consegue identificar quem, em última análise, age para conseguir seus interesses contra os que resistem a eles” (p. XVI – tradução própria), que adotamos como um dos principais procedimentos metodológicos a Análise de Redes Sociais (ARS). Tomando como inspiração os trabalhos desenvolvidos por Minella (2013), o emprego dessa abordagem permitirá mapear e interpretar as conexões entre atores estatais, ONGs, empresas privadas e instituições de pesquisa vinculadas aos projetos transnacionais da USAID no bioma amazônico. A ARS será utilizada, então, como uma técnica de investigação relacional, capaz de revelar padrões de interdependência e os ‘nós’ nas relações entre os mais diversos atores – representando as estruturas de poder que configuram aquilo que podemos caracterizar como o “complexo USAID” na região amazônica.

A aplicação da ARS no mapeamento da USAID envolveu dois procedimentos distintos: o primeiro consistiu no levantamento, organização e caracterização de dados relativos aos projetos da USAID e de suas organizações parceiras, no recorte temporal do período de 2003 a 2024, que corresponde ao intervalo cuja plataforma [ForeignAssistance.gov](https://www.foreignassistance.gov) disponibiliza dados relativos aos projetos ambientais da agência no Brasil. Na sequência, com

a base de dados catalogada e estabelecidas as matrizes de relação que permitirão a construção da rede, as informações foram integradas ao Gephi, um *software* especializado, de modo a identificar a configuração estrutural da rede e permitir a sua visualização gráfica.

4. 1. Um sobrevoo quantitativo

No universo das políticas de ajuda externa dos EUA, a USAID é, certamente, o principal pilar enquanto instituição, embora as ações, programas e recursos em ajuda não se encerrem nela. Quando Donald Trump retornou à Casa Branca em seu segundo mandato, no início de 2025, o ano fiscal previa o aporte de pelo menos US\$ 58,4 bilhões do orçamento federal do país em programas de assistência internacional (Desilver, 2025). De acordo com dados da plataforma ForeignAssistance.gov, no ano fiscal de 2023 o governo dos EUA desembolsou cerca de US\$ 71,9 bilhões em ajuda externa, e no ano anterior, 2022, o montante chegou a quase US\$ 74 bilhões. Tratam-se de valores acima da média histórica do século XXI, que foram impulsionados pelo *boom* de gastos devido à ajuda enviada para a Ucrânia após a invasão russa sofrida por aquele país.

No que diz respeito ao percentual de participação da ajuda externa no orçamento federal total, os US\$ 71,9 bilhões desembolsados no ano fiscal de 2023 “representam 1,2% do total das despesas federais daquele ano, que ultrapassaram US\$ 6,1 trilhões. Desde o ano fiscal de 2001, a ajuda externa tem variado entre 0,7% e 1,4% do total das despesas federais” (Desilver, 2025). Durante a Guerra Fria, o percentual de gastos em ajuda externa representava uma parcela significativamente maior do orçamento do país, quando nada porque o próprio sistema de ‘ajuda’ foi, em grande medida, um produto da disputa entre EUA e União Soviética: tendo sido iniciado por Harry Truman e, sob os auspícios da teoria da modernização, anabolizado pelas gestões Kennedy e Johnson nos anos 1960. A título de exemplo, em 1963 o percentual chegou a expressivos 4,7% da totalidade das despesas federais, em um contexto onde o Brasil se configurava como um dos principais receptores de recursos, em parte vinculados à política intervencionista das “ilhas de sanidade” (Taffet, 2007).

A ajuda externa dos EUA se direciona, de forma genérica, a uma ampla gama de setores, desde o apoio ao ‘desenvolvimento econômico’ à ‘promoção da democracia’. Tendo representado 3,2% do total de gastos em ajuda em 2023 (Desilver, 2025), a referida ‘promoção da democracia’, baseada no também genérico fortalecimento da boa governança e do Estado de Direito, tem sido um dos eixos centrais da política externa ‘terceirizada’ dos

EUA desde o fim da Guerra Fria, marcada pela instrumentalização de uma série de organizações e agências como o National Endowment for Democracy (NED), o Center for International Private Enterprise (CIPE) e a Freedom House (Pereira e Vidal, 2025).

Como maior doador global no âmbito da ‘assistência humanitária’, o ecossistema de ajuda dos EUA direciona recursos a programas e atividades em pelo menos 177 países do mundo, em parceria com “uma ampla gama de agências governamentais estrangeiras, organizações sem fins lucrativos, organizações internacionais, empresas com fins lucrativos e universidades, totalizando milhares em todo o mundo” (Desilver, 2025, s. p. – tradução própria). Trata-se, portanto, de uma verdadeira atuação em rede, cujo ponto nevrálgico gira em torno do Departamento de Estado e de agências como a USAID e a Millennium Challenge Corporation (MCC). Na outra ponta, dos países que recebem os recursos, nos anos anteriores ao desmantelamento da USAID pelo governo Trump (2022 e 2023) a Ucrânia foi o país que mais recebeu ajuda, desbancando Israel, que normalmente figura entre os principais beneficiários, sobretudo por conta da ajuda militar permanente direcionada ao país. Países como Etiópia, Jordânia, Egito e Afeganistão também recebiam quantidades significativas, bem à frente do Brasil.

Conforme adiantado, a USAID – que estimava-se possuir mais de 10.000 funcionários no início de 2025²⁸, a maioria no exterior –, concentrava parte expressiva dos programas e dos recursos em matéria de ajuda externa nos EUA, tendo desembolsado, no ano fiscal de 2023, cerca de US\$ 43,8 bilhões – praticamente 3 a cada 5 dólares gastos em ajuda pelo país (Desilver, 2025). Considerando o raio-X inicial das políticas de ajuda externa dos EUA e o papel da USAID neste contexto, partiremos agora para uma análise mais detalhada acerca do direcionamento de recursos da agência especificamente ao Brasil, na série histórica de 2003 a 2024, a partir dos dados disponibilizados pela base ForeignAssistance.gov.

A Tabela 3, abaixo, apresenta os dados relativos ao envio de recursos da USAID ao Brasil durante o período de 2003 a 2024, considerando tanto o financiamento total, quanto os desembolsos específicos no setor “General Environmental Protection”, a categoria presente na plataforma de busca que demarca os projetos do setor ambiental²⁹. Na base de dados, nomearemos este eixo como “setor ambiental” para fins de inteligibilidade. No cômputo

²⁸ Há, na verdade, um desencontro de dados acerca do total de funcionários empregados pela USAID no contexto de seu encerramento. Enquanto a matéria do Pew Research Center, assinada por Drew Desilver, estimava 4.675 funcionários, outra matéria, do portal G1, reportou mais de 10 mil. Ambas as fontes estão referenciadas na bibliografia.

²⁹ Os primeiros depósitos para projetos listados a partir da categoria General Environmental Protection datam de 2003 em diante, embora a USAID já financiasse projetos ambientais no Brasil antes disso – catalogando-os de formas diversas. Por questões de coesão metodológica, no entanto, optamos por iniciar a série histórica de análise a partir do estabelecimento da categoria específica de meio ambiente.

geral, de 2003 a 2024, a USAID desembolsou mais de US\$ 748 milhões no Brasil, considerando todos os seus projetos e atividades no país. Os valores estão representados em dólar constante, ajustados via correção monetária pela inflação acumulada nos EUA até dezembro de 2025, de modo que o ano individual com maior volume de recursos despendidos foi 2020, contabilizando mais de US\$ 57 milhões.

Tabela 3 – Envio de recursos da USAID para o Brasil, entre 2003 e 2024

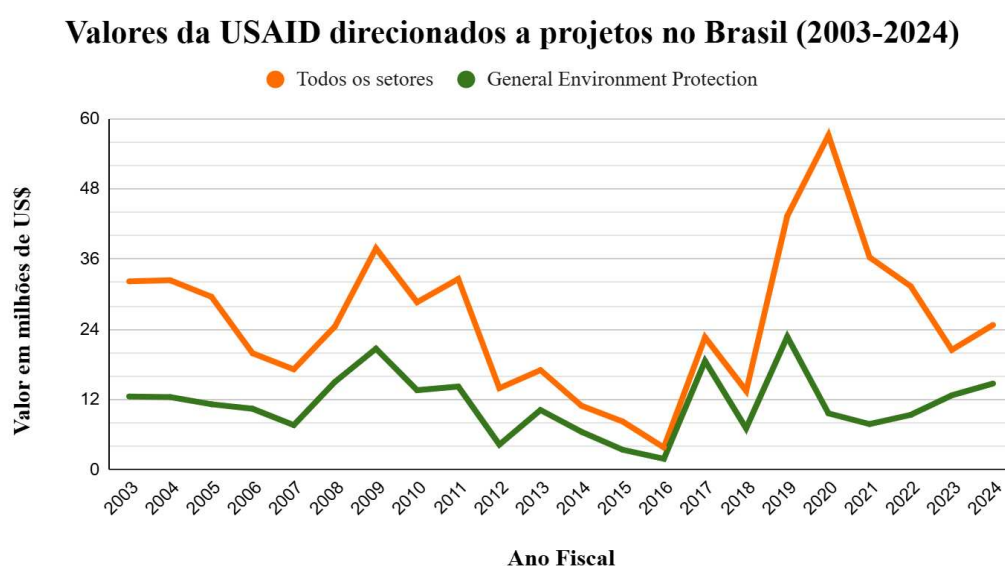
Ano	Todos os setores	Setor ambiental	Percentual ambiental
2003	\$32.213.549	\$12.529.838	38,90%
2004	\$32.393.802	\$12.428.789	38,37%
2005	\$29.581.376	\$11.192.741	37,84%
2006	\$19.907.890	\$10.444.308	52,46%
2007	\$17.181.348	\$7.632.685	44,42%
2008	\$24.474.633	\$15.021.400	61,38%
2009	\$37.847.260	\$20.706.540	54,71%
2010	\$28.636.021	\$13.595.832	47,48%
2011	\$32.623.217	\$14.218.335	43,58%
2012	\$13.956.148	\$4.303.031	30,83%
2013	\$17.042.149	\$10.213.967	59,93%
2014	\$10.926.821	\$6.474.280	59,25%
2015	\$8.242.207	\$3.407.356	41,34%
2016	\$3.803.655	\$1.875.735	49,31%
2017	\$22.648.305	\$18.588.685	82,08%
2018	\$13.495.719	\$7.087.761	52,52%
2019	\$43.393.210	\$22.741.485	52,41%
2020	\$57.177.985	\$9.658.137	16,89%
2021	\$36.311.553	\$7.822.467	21,54%
2022	\$31.368.586	\$9.383.576	29,91%
2023	\$20.488.081	\$12.728.513	62,13%
2024	\$24.761.070	\$14.744.151	59,55%
Total	\$748.016.468	\$246.799.612	32,99%

Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do ForeignAssistance.gov (2025)

Em relação aos aportes específicos a projetos ambientais, contabilizados na coluna “setor ambiental”, o montante total nos 21 anos analisados correspondeu a quase US\$ 247 milhões, cerca de 33% dos projetos totais. O ano com o maior depósito para o setor ambiental foi 2019, chegando a US\$ 22,7 milhões em recursos, seguido de queda expressiva até, pelo menos, 2022, o último ano de Jair Bolsonaro na presidência do Brasil. Ainda assim, quando considerado o percentual médio dos aportes em meio ambiente em relação ao total durante a gestão Bolsonaro, identifica-se apenas uma ligeira redução, em torno de 30,1% ante os 33% da série integral. De modo geral, então, o diagnóstico é que a cada 3 dólares aportados pela USAID no Brasil, 1 é direcionado ao meio ambiente – um percentual expressivo quando considerada a diversidade de temas outros de interesse da agência no país, como educação, segurança pública, saúde, administração pública, agricultura, resposta à desastres naturais, dentre outros.

O gráfico apresenta, por sua vez, a visualização gráfica das linhas de tendência dos depósitos em projetos totais e ambientais, através das quais é possível observar algum grau de covariância positiva entre ambas, na qual a linha (verde) dos projetos ambientais segue a condição estrutural de representação média de $\frac{1}{3}$ da linha total (laranja). Há apenas um descolamento expressivo no intervalo entre 2020 e 2022.

Gráfico 1 – Linhas de tendência sobre o envio de recursos da USAID para o Brasil, entre 2003 e 2024



Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do ForeignAssistance.gov (2025)

Os dados relativos ao financiamento da USAID, com especial destaque à proporção elevada de aporte de recursos em projetos ambientais, indicam o significativo interesse da agência em atuar no meio ambiente brasileiro. Embora financie projetos em outros biomas do país, como a Mata Atlântica e o Cerrado, a fração majoritária dos programas ambientais da USAID concentra-se no bioma amazônico, onde sua atuação é, na verdade, transnacional, com presença em larga escala também na amazônia peruana e colombiana. Neste sentido, destacamos aqui um documento do programa Amazônia Connect, de 2022, que apresenta uma sucinta descrição do bioma e da relação dele com a emissão e captura de GEEs a partir da perspectiva e das preocupações específicas da USAID sobre o tema:

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical remanescente no mundo. Ela absorve mais de 3% das emissões globais de dióxido de carbono e ajuda a evitar os piores efeitos das mudanças climáticas. No entanto, o desmatamento impulsionado por mudanças insustentáveis no uso da terra para a produção agrícola ameaça transformar a região em um produtor líquido de carbono. Este projeto visa a reduzir o desmatamento impulsionado pelas commodities e as emissões de gases de efeito estufa decorrentes dessa atividade em regiões de alta biodiversidade, que fornecem produtos agrícolas para empresas internacionais e nacionais (USAID, 2022, p. 1).

De acordo com o documento, o referido programa buscava trabalhar com cadeias de suprimento agrícolas para promover a chamada agricultura de baixo carbono (ABC) em regiões específicas de Brasil, Colômbia e Peru³⁰. Conforme a proposta, o Amazônia Connect forneceria assistência técnica e ferramentas de monitoramento para garantir a produção e a verificação dos produtos segundo as normas da ABC, destacando que “esses produtos verificados serão adquiridos por empresas do setor privado que tenham investido diretamente na ABC para cumprir seus compromissos internacionais de não desmatamento” (USAID, 2022, p. 2). Na prática, o projeto buscava mobilizar empresas do setor privado para adquirir equipamentos voltados à agricultura de baixo carbono.

Em um relatório de 2024, apresentando resultados alcançados pelo Amazônia Connect, a USAID informa ter prestado apoio a agricultores na implementação de práticas de ABC em mais de 32.550 hectares, com assistência técnica para mais de 1.300 produtores. Além disso, o relatório aponta que “compromissos foram firmados com 5 grandes empresas privadas do setor agrícola para que utilizassem ferramentas de acompanhamento melhoradas, para identificar e monitorar os riscos de desmatamento e a biodiversidade” (USAID, 2024, p. 2). As 5 grandes empresas do setor agrícola não foram divulgadas nominalmente, mas a lista

³⁰ No Brasil, suas atividades se concentraram nos estados do Pará e Mato Grosso, na Colômbia nas províncias de Caquetá e Meta e, no Peru, em San Martín e Ucayali (USAID, 2022).

pública de parceiros e implementadores do Amazônia Connect indica as instituições e/ou empresas envolvidas no programa e, consequentemente, no fortalecimento da nova cadeia específica da agricultura de baixo carbono cuja USAID pretendia estimular.

A instituição implementadora do Amazônia Connect é a Solidaridad North America, organização agrícola baseada em Berkeley, Califórnia, que tem em seu catálogo de apoiadores a gigante do agronegócio Cargill e fundações como a Walmart Foundation e Gates Foundation. Como parceiros na implementação do projeto, são listadas instituições como o Earth Innovation Institute, a National Wildlife Federation e a Universidade de Wisconsin-Madison. O projeto recebeu aporte inicial de US\$ 16,3 milhões da USAID e foi coordenado por Isabella Genta, então Oficial de Meio Ambiente e Recursos Naturais da agência. Em evento “para discutir os caminhos rumo a uma pecuária sustentável”, realizado em 2023 pelo consórcio de organizações à frente do Amazônia Connect, chama atenção a presença do Diretor Global de Sustentabilidade da JBS, Jason Weller, e da Especialista em Monitoramento de Projetos do Fundo JBS pela Amazônia, Thais Megid, consolidando a presença da empresa, que é frequentemente considerada a maior produtora global de carnes e proteína animal, na iniciativa³¹ (Solidaridad, 2024).

As contradições se agravam quando consideramos que, no âmbito do setor de carnes e laticínios, a JBS é apontada como a maior emissora de gases poluentes no mundo. Com base no relatório *Emissão impossível – Edição Metano: Como a indústria de carne e laticínios está aquecendo o planeta*, publicado pelo Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP) e pela Changing Markets Foundation em 2022, observamos que as 287,9 milhões de toneladas de emissões de CO₂ equivalente liberadas pela JBS superam as emissões totais da Espanha, por exemplo. Além disso, no que diz respeito às emissões específicas de gás metano, que possui potencial de aquecimento cerca de 80 vezes maior do que o CO₂, as da empresa brasileira “excedem as emissões somadas de metano de gado na França, Alemanha, Canadá e Nova Zelândia e são iguais a 55% do metano da pecuária dos EUA” (Changing Markets Foundation e IATP, 2022, p. 4).

O mapeamento das empresas e dos interesses envolvidos nos projetos ambientais da USAID permite identificar, como no caso do Amazônia Connect, as contradições inerentes à iniciativas que buscam congregar, em fim último, os interesses das grandes corporações transnacionais – que há muito utilizam e elaboram projetos rotulados sob a gramática da sustentabilidade como ferramentas de relações públicas. Desvelar essas dinâmicas constitui

³¹ Ver mais em Solidaridad (2024), disponível nas referências bibliográficas.

um dos importantes objetivos do mapeamento a ser realizado neste capítulo, que buscará apresentar, precisamente, a rede de relações entre os mais diversos atores entremeados no conjunto de ações da USAID na Amazônia brasileira. Com esse intuito, partiremos, agora, para uma análise dos parceiros de implementação da USAID no Brasil, buscando identificar as instituições contempladas pelos depósitos de recursos por volume total em projetos ambientais listados pela plataforma ForeignAssistance.gov.

Tabela 4 – Repasse de recursos da USAID em projetos ambientais no Brasil de 2003 a 2024 por parceiro de implementação (em milhões de dólares)

	Parceiro de Implementação	Categoria do Parceiro de Implementação	Recursos Totais	Total de Depósitos
1	U.S. Government - Department of Agriculture	Government - United States	53087030	24
2	CGIAR	Multilateral - Other	38925056	8
3	Instituto Internacional de Educação do Brasil	NGO - Non United States	38414506	22
4	The Nature Conservancy	NGO - International	17681232	12
5	World Wildlife Fund	Multilateral - Other	14541626	7
6	Enterprise - United States Other	Enterprises - United States	11830003	9
7	Centro de Trabalho Indigenista	NGO - Non United States	10795507	9
8	International Institute for Education	NGO - International	6214286	3
9	World Vision	NGO - International	5771432	4
10	Equipe de Conservacao da Amazonia	NGO - Non United States	4657672	4
11	National Academy of Sciences	NGO - United States	4580959	2
12	IPE Instituto de Pesquisas Ecológicas	Universities and Research Institutes - Non United States	4245548	5
13	Institute for International Education	NGO - United States	4049757	1
14	University of Florida	Universities and Research Institutes - United States	3562556	3
15	Personal Services Contractors - USAID	Enterprises - United States	3135551	31

16	Winrock International	NGO - United States	3100215	3
17	Centre for International Forestry Research	Multilateral - Other	2854151	1
18	SITAWI	NGO - Non United States	2776389	4
19	Natura Cosméticos S.A.	Enterprises - Non United States	2589284	4
20	U.S. Government - U.S. Agency for International Development	Government - United States	2468697	35
21	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis	NGO - Non United States	1969156	2
22	Instituto Centro de Vida	NGO - Non United States	1445565	1
23	ICF International	Enterprises - United States	1392441	5
24	Instituto Socioambiental	Enterprises - Non United States	1375000	2
25	Aliança da Terra	NGO - Non United States	651822	4
26	NGO - Non United States Other	NGO - Non United States	610786	9
27	Conservation International	NGO - United States	594593	3
28	Enterprise - Non United States Other	Enterprises - Non United States	556280	20
29	World Resources Institute	Universities and Research Institutes - United States	478514	1
30	United Nations Development Programme	Multilateral - United Nations	457491	2
31	NGO - United States Other	NGO - United States	400319	3
32	Municipal Economic Growth Activity (MEGA) Modified Acquisition and Assistance Request Document (MAARD) Vendor	Enterprises - Non United States	304772	7
33	University of Chicago	Universities and Research Institutes - United States	254572	1
34	Arizona State University	Universities and Research Institutes - United States	223839	1
35	University of California at Davis	Universities and Research Institutes - United States	155268	2

36	Fundação Getulio Vargas	Enterprises - Non United States	146823	3
37	Enterprise - Non United States Redacted	Enterprises - Non United States	144552	2
38	Alliance to Save Energy	NGO - United States	96308	2
39	U.S. Government - Department of Interior	Government - United States	53490	2
40	Inter-American Development Bank - Other	Multilateral - Regional Development Banks	46966	2
41	NGO - International Other	NGO - International	42072	2
42	U.S. Government - Department of State	Government - United States	41687	1
43	Unspecified Vendors - Peru	Enterprises - Non United States	27415	3
44	U.S. Government - General Services Administration	Government - United States	20843	1
45	Invitational Travelers - USAID	Enterprises - United States	13668	3
46	Dell, Inc.	Enterprises - United States	12311	2
47	Computer Sciences Corporation	Enterprises - United States	8712	1
48	GovConnection Incorporated	Enterprises - United States	4549	1
49	Google Inc.	Enterprises - United States	2566	2
50	Enterprise - United States Redacted	Enterprises - United States	-14225	1

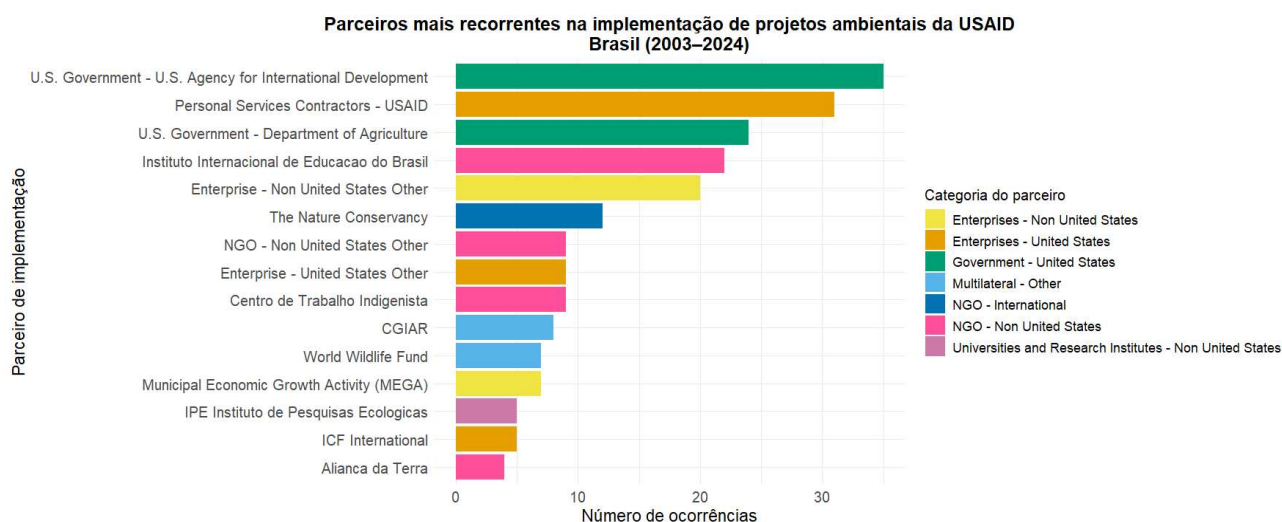
Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do ForeignAssistance.gov (2025)

Através da tabela acima, é possível identificar, primeiro, a centralidade de órgãos do próprio governo dos EUA – neste caso o U.S. Department of Agriculture, que lidera em volume de recursos – e, depois, a proeminência de grandes ONGs internacionais e multilaterais consolidadas, como o CGIAR (sigla para Grupo Consultivo para Pesquisa Agrícola Internacional), a The Nature Conservancy e a WWF. A análise combinada do montante financeiro e do número de depósitos demonstra não apenas quem recebe mais recursos, mas também quem atua como parceiro recorrente da USAID, o que indica relações de longo prazo, confiança institucional e alinhamento estratégico – aspectos importantes a serem considerados aqui. Nesse sentido, atores como o Instituto Internacional de Educação do Brasil, o Centro de Trabalho Indigenista e o IPE aparecem como intermediários nacionais

relevantes, porém com valores significativamente inferiores aos de organizações internacionais sediadas no Norte Global.

Uma vez que os recursos são canalizados, em sua maioria, para organizações do Norte Global, o padrão de financiamento aos projetos ambientais da USAID na Amazônia prioriza, também, os modelos de governança, de gestão ambiental e os padrões operacionais dessas mesmas instituições que, ao concentrarem os recursos, reproduzem assimetrias e reforçam a dependência institucional criada pelo ecossistema controlado pela USAID. O gráfico abaixo apresenta os dados a partir do número de depósitos recebidos pelas instituições parceiras da USAID entre 2003 e 2024, o que ressalta o aspecto da proximidade/dependência institucional. Nele, constam também algumas categorias, onde não houve detalhamento, na base de dados bruta extraída da plataforma em questão, do parceiro específico de cada depósito. Assim, para além de instituições próprias como o Departamento de Agricultura dos EUA, o Instituto Internacional de Educação do Brasil e a The Nature Conservancy, categorias como “Personal Services Contractors” e “Empresas – Não-EUA” também englobam parte significativa dos depósitos realizados pela agência.

Gráfico 2 – Quantidade de depósitos realizados pela USAID em projetos ambientais no Brasil entre 2003 a 2024 por parceiro de implementação

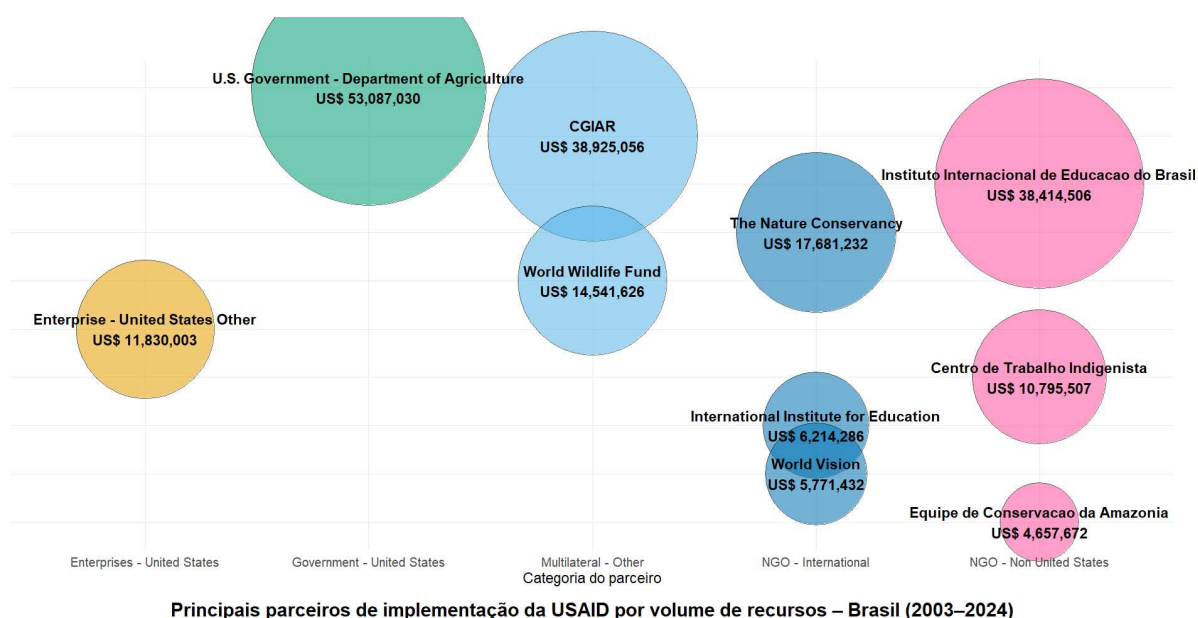


Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do ForeignAssistance.gov (2025)

Por outro lado, o Gráfico 3 abaixo, dispõe sobre a quantidade total de recursos recebidos por cada parceiro de implementação no período avaliado. Nele, optou-se pela construção de um *bubble chart* para auxiliar na apresentação gráfica do volume de recursos,

onde cada cor representa, assim como no Gráfico 2 (anterior), o setor de cada parceiro da USAID – se uma ONG, instituição pública ou empresa privada. A métrica dos recursos constitui um elemento material importante para a análise, uma vez que indica a quais agentes a USAID canaliza recursos para suas operações no bioma Amazônia. Assim, o gráfico apresenta visualmente os principais operadores e receptores financeiros da agência na região, com o Departamento de Agricultura dos EUA liderando com US\$ 53 milhões no recorte temporal, seguido pelo CGIAR com quase US\$ 39 milhões e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil, com US\$ 38 milhões.

Gráfico 3 – Representação do volume de recursos da USAID recebidos pelos parceiros de implementação em projetos ambientais no Brasil entre 2003 e 2024



Fonte: Elaboração própria do autor, com base em dados do ForeignAssistance.gov (2025)

4.2. Projetos, atores e interesses cruzados

Avançando, agora, em relação à projetos específicos e o conjunto de interesses por eles mobilizados, destacamos inicialmente uma das mais importantes iniciativas da agência no bioma amazônico, desenvolvida ainda no início dos anos 2000 e já mencionada anteriormente, a ABCI. Lançada oficialmente em 2007, a ABCI converteu a noção de “soberania compartilhada” do plano discursivo para o plano concreto das ações políticas, uma vez que o documento de lançamento refere-se ao projeto como “a segunda de uma série de iniciativas concebidas para tratar da responsabilidade compartilhada dos EUA pela gestão da

biodiversidade de importância global” (ABCI, 2006, p. 1 – tradução própria). Na verdade, todo o conjunto de projetos em meio ambiente da USAID vinha seguindo, até 2025, as diretrizes de conservação ambiental estabelecidas pelo Global Coalition Program (GCP), uma parceria da própria agência com seis das maiores ONGs internacionais de conservação ambiental – dentre elas a World Wildlife Fund (WWF) e a Conservação Internacional (CI)³².

Em um levantamento de projetos ambientais da USAID realizado por Divardin (2008), é possível observar a predominância de parceiros em seus programas que não o setor público, mas sobretudo ONGs e, numa tendência que vinha se intensificando até 2025, empresas privadas. O Projeto Kayapó, por exemplo, contou com parceria da ONG Conservação Internacional; o Projeto Conservação e Restauração em Terras Privadas no Corredor Central da Mata Atlântica, por sua vez, teve como parceiras empresas do ramo de celulose, como a Aracruz, Suzano e Varcel; e o Programa Cenários de Ocupação teve como apoiadores a Fundação Ford e a Fundação Gordon & Betty Moore (Divardin, 2008).

Outro programa da primeira década dos anos 2000 a ser destacado é um projeto desenvolvido no Parque do Xingu pela ACT Brasil, representação brasileira da ONG estadunidense Amazon Conservation Team (ACT), que tinha como objetivos (genéricos) fortalecer as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas), conservar o meio ambiente e preservar terras indígenas. Em 2005, acusações acerca do envolvimento da ACT Brasil em atividades de biopirataria na região do Xingu motivaram a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o tema no Congresso brasileiro:

[...] o Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores do Paraná, Florisvaldo Fier encaminhou, em 20 de abril de 2005, um requerimento (no. 67/2005) dirigido à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “Investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no país” solicitando à ACT Brasil (Amazon Conservation Team) cópias de relatórios de atividades e das demonstrações contábeis, financeiras e fiscais, dos anos de 2003 e 2004. Documentos encaminhados à CPIBIOPI52, traziam indícios de que a instituição estaria realizando atos de biopirataria no Parque do Xingu e divulgando, indevidamente, imagens de tribos indígenas. Havia suspeitas de que a ACT-Brasil, se utilizou das benesses concedidas às organizações de sociedade civil de interesse público (Lei no. 9.790/1999) para praticar atos ilícitos, mesmo recebendo grande parte dos seus recursos através da USAID (FIER, 2005) (Divardin, 2008, p. 99).

O relatório final da CPI detalha, também, as relações da ONG em questão:

A CPI da Biopirataria investigou a denúncia de que a Amazon Conservation Team [...] estaria praticando atos de biopirataria no País. Tais ações se dariam na forma de

³² As outras organizações participantes são: The Nature Conservancy (TNC), Fundação da Vida Selvagem Africana (AWF), World Conservation Strategy (WCS) e Enterprise Works/VITA (Paula, 2013).

acesso irregular ao patrimônio genético nacional e ao conhecimento tradicional associado, mediante o desenvolvimento de projetos, entre outros, de elaboração de mapas culturais dos povos indígenas do Tumucumaque e do Xingu [...] A economista [Regina Célia Fonseca Silva] citou ainda uma relação de parceiros da ACT, incluindo: ESRI, uma nova patrocinadora, empresa americana líder mundial na produção de software de sistemas de informação geográfica e de mapas digitalizados; KIEHL'S, que trabalha na área de cosméticos, com produção de farmacêuticos e ervas e sede em Nova Iorque; NATURE'S PATH, da área de cereais; e EX OFFICIO, que trabalha com roupas voltadas para a floresta, além de outros patrocinadores como a Fundação Beth Ford (CPIBIOPI, 2006, p. 303-5).

Recentemente, dos projetos vigentes quando da interrupção das atividades da USAID por parte do governo Donald Trump (2025), acreditamos que mereçam especial destaque dois deles, os quais aprofundaremos mais tarde: o programa Parceiros pela Amazônia (PPA) e a Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia (PCBA). O PPA informa ter capacitado cerca de 114 negócios entre 2018 e 2021, tendo impactado 30.842 beneficiários, em um universo de mais de 7 milhões de hectares abrangidos e mais de R\$ 120 milhões de reais mobilizados (USAID, 2020). Compondo a rede de parceiros dessa iniciativa, estão empresas como a Natura, Vale, Alcoa, Ambev e Hydro. O que se observa, a partir deste consórcio, é que ele constitui não outra coisa senão uma verdadeira frente de relações públicas, dado que: a Alcoa e a Hydro³³ são empresas do ramo da mineração – atividade que, em sua gênese, caracteriza-se pela exploração e degradação do solo e do ambiente; a Vale esteve envolvida nos problemas ambientais e desastres de Brumadinho (2015) e Mariana (2019) e a Natura, por fim, foi multada em R\$ 21 milhões pelo Ibama em, 2011, por biopirataria.

O PCBA, por sua vez, afirma ter abrangido cerca de 45,3 milhões de hectares só em 2021 e também possui as parcerias com o setor privado como um de seus principais eixos. De acordo com o Relatório Anual 2021 do PCBA:

A USAID busca soluções de desenvolvimento sustentável para apoiar a conservação da biodiversidade ao lado de empresas de todos os portes, bem como iniciativas que promovam modelos econômicos sustentáveis para a região amazônica que fomentem a melhoria do bem-estar e geração de renda para suas populações (USAID, 2021).

Observamos que, no PPA, três grandes empresas da mineração (Alcoa, Vale e Hydro) fazem parte da rede de corporações privadas da iniciativa. Para além da mineração tradicional, no entanto, outro setor sensível que tem se entrelaçado à complexa rede da USAID no Brasil é o dos minerais críticos e terras raras, elementos químicos os quais o país

³³ A Hydro esteve envolvida, também, em crimes ambientais no estado do Pará, que abordaremos no decorrer do capítulo, quando discutirmos o papel específico das empresas de mineração na rede capitaneada pela USAID.

detém a segunda maior reserva global. Nesse caso, cumpre ressaltar a parabenização, por parte do Departamento de Estado dos EUA, à aquisição das operações da mina Serra Verde, no estado de Goiás, pela Denham Capital, empresa investidora estadunidense. Assim expressa o comunicado oficial:

Os Estados Unidos, membro da Parceria para a Segurança Mineral (MSP), acolhem com satisfação um novo investimento no projeto de elementos de terras raras da Serra Verde, no Brasil, realizado pela Denham Capital e pelo Energy and Minerals Group, dos Estados Unidos, e pela Vision Blue Resources, do Reino Unido, o qual contribuirá para o desenvolvimento das cadeias de abastecimento globais de terras raras (U.S. Department of State, 2024 – tradução própria).

De acordo com o documento, o investimento é uma poderosa demonstração do papel da Parceria para a Segurança Mineral (MSP, na sigla em inglês) para a diversificação das cadeias de suprimentos de terras raras, que no atual estágio são controladas, em sua maioria, pela China – que responde por mais de 90% processamento e refino do conjunto dos 17 elementos que compõem as terras raras, essenciais para as indústrias automotiva, de semicondutores, aeroespacial e de defesa. O Grupo Serra Verde, que opera a mina homônima em Goiás, foi adicionado à lista de projetos de importância crítica para a iniciativa MSP, que se apresenta como uma “colaboração entre 14 países parceiros e a União Europeia [...] que visa acelerar o desenvolvimento de cadeias de suprimento diversificadas e sustentáveis de minerais críticos para energia” (Serra Verde Group, 2024, s. p. – tradução própria).

Composta por países como República da Coreia, Austrália, Canadá, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Índia, Itália, Japão, Noruega, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos e a União Europeia, o consórcio representa, na prática, uma aliança anti-China, que hoje controla as cadeias de suprimento de terras raras em uma virtual condição de monopólio. A operação da Serra Verde em Minaçu, Goiás, é a única fora da Ásia a produzir tais minerais em escala comercial e, apesar de ser controlada pelo grupo Denham Capital, envia os minerais extraídos para processamento na China, uma vez que o Brasil, e nem mesmo os EUA, possuem a capacidade tecnológica para a separação e refino na escala necessária. O imbróglio Serra Verde trata-se, precisamente, da materialização da disputa estratégica global entre China e EUA no coração do cerrado brasileiro.

O interesse da companhia bostoniana Denham Capital nas terras raras brasileiras, entretanto, é mais antigo que isso:

Em 2010, a China suspendeu as exportações de terras raras para o Japão devido a uma disputa territorial, o que gerou preocupação quanto à dependência mundial da

China para a extração desses minerais críticos. Naquele mesmo ano, a Denham Capital, uma empresa de private equity de Boston, investiu em um projeto incipiente chamado Serra Verde para extrair esses minerais no Brasil. Oito anos depois, o projeto ainda lutava para decolar e a Serra Verde buscava compradores interessados. Havia, essencialmente, apenas um cliente em potencial. Praticamente ninguém fora da China era capaz de extrair as terras raras pesadas da lama mineral que a Serra Verde pretendia vender (Nicas, 2025, s. p. – tradução própria).

O grupo Denham, destaca-se, possui relações com a USAID, apoiando projetos da agência no continente africano, em países como África do Sul e Nigéria. Em 2018, Justin DeAngelis, sócio da Denham Power (braço do setor energético da Denham), integrou uma delegação de profissionais de investimento de fundos de pensão, fundações e dotações dos EUA que viajou à África do Sul para explorar oportunidades de investimento em infraestrutura e outros setores, no contexto de um plano de pensões elaborado pela USAID (Denham Capital, 2018). DeAngelis é, também, ex-membro do Conselho Consultivo da Millennium Challenge Corporation e do Conselho Consultivo da Parceria de Investimento NASP-USAID para o continente africano.³⁴

Enquanto indivíduo, DeAngelis incorpora precisamente as contradições de atuação simultânea em diversos espaços e instituições cujos interesses se entrecruzam. Junto da USAID, a MCC faz parte do ecossistema de ‘ajuda externa’ dos EUA, com uma atuação focalizada em países mais pobres. Em artigo para o Atlantic Council, influente *think tank* do campo das relações internacionais nos EUA, a analista Aubrey Hruby sugere utilizar a MCC como um ativo de política externa para garantir o acesso dos EUA à minerais críticos no continente africano, apontando que “uma das oportunidades mais imediatas para o governo Trump reside na utilização dos recursos da MCC para executar e acelerar uma parceria entre os EUA e a República Democrática do Congo (RDC) para minerais críticos, atualmente em discussão” (Hruby, 2025, s. p. – tradução própria).

O caso de DeAngelis não é único na história e nem no presente da política externa dos EUA, quando nada porque a própria estrutura político-econômica do país, com a prática de *lobby* e mesmo de corrupção altamente profissionalizadas, é quem estimula a co-participação em mais de uma instância de poder – seja ela política ou econômica, pública ou privada. Um exemplo claro dessa participação cruzada em diversas instâncias de poder é o caso de Samantha Power, proeminente acadêmica liberal nos EUA que ocupou o cargo de 19ª administradora da USAID durante a gestão Biden (2021-2025). Em 2020, enquanto lecionava

³⁴ O nome oficial da parceria de investimentos é “Mobilizando investidores institucionais para desenvolver a infraestrutura da África” ou “MiDA”, na sigla em inglês, que foi firmada a partir da National Association of Securities Professionals (NASP) e da USAID.

na Universidade de Harvard, Power foi eleita para integrar o Conselho de Curadores da Fundação Ford (Ford Foundation, 2020), organização que viria a desenvolver uma série de projetos com a USAID durante sua gestão. Dentre eles, chamamos a atenção para o Democracy Delivers:

[...] a Administradora da USAID, Samantha Power, em parceria com a Fundação Ford, reuniu parceiros bilaterais, líderes governamentais reformistas democráticos, parceiros filantrópicos e a sociedade civil para anunciar coletivamente mais de US\$ 517 milhões para apoiar países que vivenciam aberturas democráticas em todo o mundo (U.S. Embassy in Maldives, 2024, s. p. – tradução nossa).

Entre 2013 e 2017, Power foi Representante Permanente dos EUA nas Nações Unidas e também membro do gabinete do presidente Obama. Com uma carreira prestigiada nos círculos do Partido Democrata nos EUA, a presença da acadêmica em seu conselho representou não menos que uma operação de relações públicas de sucesso para a Fundação Ford – que depois passaria a obter acesso privilegiado à maior agência de ‘ajuda humanitária’ do mundo para potencializar e financiar seus projetos e interesses.

Outro aspecto de relevância em relação à atuação da USAID no bioma é o da infraestrutura amazônica. O Fundo de Estratégia de Conservação (CSF, na sigla em inglês) desenvolveu, junto da USAID, o projeto Biodiversity Understanding in Infrastructure and Landscape Development (BUILD), que seria focado em analisar os impactos de infraestrutura na biodiversidade e recebeu financiamento da Gordon and Betty Moore Foundation. Lançado em 2011 e inicialmente proposto por um período de três anos, o BUILD consistiu em um projeto de escala global, com foco nas regiões da África Central, nos Andes-Amazônia e no Himalaia, objetivando a “conservação da biodiversidade por meio de melhores práticas em infraestrutura” (CSF, 2011, s. p. – tradução própria).

No que diz respeito à nossa região de interesse, o CSF atou, com apoio da USAID, no debate público acerca do projeto de construção de uma usina hidrelétrica de grande porte no rio Tapajós, no Pará, que foi arquivado em 2016 pela Eletrobrás após bloqueios no licenciamento ambiental. Naquele contexto, o CSF realizou um estudo apontando os impactos negativos do projeto, analisando os serviços ecossistêmicos prestados pelo rio na região e avaliando como as populações locais seriam potencialmente afetadas economicamente pela construção da barragem. Para além do debate técnico e do embate político empreendido pelas agências e instituições brasileiras no decorrer do processo, importa destacar, aqui, o papel do *lobby* do CSF que, apoiado pela USAID, auxiliou a barrar

o projeto de construção da usina, com o IBAMA cancelando a licença ambiental do empreendimento em 2016³⁵.

O *policy brief* do próprio relatório divulgado pelo CSF bem descreve o processo que apresentamos acima:

No final de 2014, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) solicitou à Eletrobras, empresa responsável pela construção da barragem, uma análise socioambiental adicional. Em abril de 2016, a Eletrobras ainda não havia fornecido as informações solicitadas, e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) denunciou a violação dos direitos dos povos indígenas, o que levou o IBAMA a suspender o processo de licenciamento ambiental do projeto. Em agosto de 2016, a Procuradoria-Geral da União (PFE) e o IBAMA – ainda sob pressão da sociedade civil e de ativistas locais – revogaram a licença ambiental do projeto, o que efetivamente paralisou a construção da barragem. **A análise aqui descrita contribuiu para essa decisão.** Além disso, a barragem de São Luiz do Tapajós foi considerada inconstitucional por remover permanentemente os povos indígenas de suas terras (CSF, 2017, p. 2 – grifo nosso).

O interesse da USAID em aspectos relacionados à infraestrutura não se restringiu à bacia do rio Tapajós. A ‘preocupação’ com a infraestrutura amazônica já estava colocada naquele que foi o primeiro grande projeto propriamente da USAID na região Amazônica, a já citada anteriormente ABCI. O primeiro grande programa no qual atuou a USAID no bioma foi, na verdade, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), um projeto multilateral desenvolvido pelo G-7 onde a USAID representava o braço operacional dos EUA. Já a ABCI, por outro lado, foi idealizada pela agência, e lançada em 2006 como a versão amazônica da já existente à época Congo Basin Forest Partnership (CBFP).

No *concept paper* da iniciativa, a USAID destaca que:

A ABCI será a segunda de uma série de iniciativas concebidas para abordar a responsabilidade compartilhada dos EUA pela gestão da biodiversidade de importância global. Por meio dessas iniciativas, a USAID e outras agências do governo dos EUA trabalham em conjunto com governos regionais, organizações não governamentais e **entidades do setor privado** em seus esforços para enfrentar os enormes desafios de conservação em áreas críticas ao redor do mundo, proporcionando meios de subsistência sustentáveis às pessoas, aprimorando a governança dos recursos naturais e desenvolvendo programas de conservação adequados a cada região (USAID, 2006, p. 1 – tradução e grifo nossos).

Em caráter experimental, a USAID alterou sua estratégia de ações focalizadas e em áreas protegidas para uma atuação mais abrangente, que no caso da ABCI foi transnacional –

³⁵ A Eletrobrás, privatizada em 2022, buscou em 2024 retomar os projetos das megasusinas no Tapajós (Borges, 2024).

enfocando toda a bacia amazônica inicialmente na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru. A fase inicial da ABCI foi projetada para os cinco anos entre 2006 e 2010, período no qual a USAID planejou “fazer um investimento inicial de US\$ 50 milhões para apoiar grupos comunitários, governos e organizações públicas e privadas em seus esforços para conservar a biodiversidade de importância global da Amazônia” (USAID, 2006, p. 2 – tradução própria). Como um dos programas inaugurais da agência na Amazônia, a ABCI articulou, desde então, dois dos elementos centrais na estratégia de atuação no bioma, que se revelaram não menos que os pilares do processo de espoliação contemporânea: o setor privado e a biodiversidade. Neste caso, o primeiro mobiliza a segunda em um processo amplo de apropriação biotecnológica, no qual empresas, instituições e mesmo indivíduos dos países desenvolvidos, em geral, e dos EUA, em particular, utilizam os recursos genéticos e biológicos da bacia amazônica para a formulação de princípios ativos essenciais à comercialização global de produtos do setor de alimentação, cosméticos, farmacêuticos e outros.

Os documentos iniciais da ABCI previam, além dos US\$ 50 milhões iniciais em valores da época aportados pela própria USAID, mais US\$ 15 milhões adicionais alavancados por “parceiros” do projeto. Trata-se de um sistema de co-financiamento que seria, também, replicado nos projetos posteriores da agência no bioma, onde os recursos da USAID eram complementados por desembolsos por parte de empresas privadas – nacionais ou estrangeiras. Esse modelo de co-financiamento dos projetos desenvolveu-se até atingir sua forma mais acabada com o lançamento da plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), realizado em 2017 pela USAID e cuja rede de parceiros privados incluía empresas como as já mencionadas Ambev, Natura, Hydro, Alcoa e Vale, e outras como a Suzano, Bemol, Grupo Citi, Michelin e JBS (PPA, 2025).

Voltando à preocupação com a infraestrutura na região amazônica, a USAID destaca que um dos objetivos da ABCI consistiria em:

[...] construir capacidades e fortalecer a governança em um complexo cenário político trinacional que enfrenta algumas das ameaças mais urgentes à conservação na atualidade, incluindo alguns dos programas de infraestrutura e rodovias mais visíveis e controversos da Amazônia — **a ligação transamazônica com o Pacífico** e os campos de gás de Camisea (USAID, 2006, s. p. – tradução e grifo nossos).

A preocupação expressa com a possibilidade de interconexão de infraestrutura entre os Andes e Amazônia demarca, também, o fundo geopolítico do projeto, sobretudo em um cenário onde a China vinha aprofundando suas relações com os países latino-americanos, passando a discutir a possibilidade de construção de uma ferrovia transoceânica na região –

interligando o Atlântico ao Pacífico. A construção do porto de Chancay, inaugurado no Peru em 2024, reacendeu alertas em Washington quanto à consolidação de corredores logísticos sob influência chinesa na América do Sul, capazes de reordenar os fluxos comerciais e de poder na região. O porto peruano é resultado não apenas da necessidade de redução de custos, mas é fruto também de cálculos geopolíticos e estratégicos, com o objetivo de reduzir a centralidade do Canal do Panamá como *hub* logístico, que é um gargalo estratégico ainda sob forte influência dos EUA.

A infraestrutura, como sabemos, não é neutra: portos, ferrovias e demais *hubs* logísticos organizam fluxos comerciais, criam dependências a longo prazo e aumentam a presença de empresas, bancos e padrões regulatórios do país que a controla. A China tem consciência disso e esse é, também, o caso do porto de Chancay, que se soma a todo o conjunto global de infraestrutura chinesa construída no âmbito da Belt and Road Initiative (BRI) e que reforça a posição chinesa no Pacífico e na América do Sul *pari passu* à redução da centralidade dos EUA nessas áreas. Vem daí, portanto, uma das razões de ser da instrumentalização da pauta ambiental por parte dos EUA, como observamos no *concept paper* da ABCI, na oposição à construção de infraestrutura em torno da região amazônica.

4. 3. Uma ofensiva Biden? Financeirização e setor privado na Amazônia

O governo Joe Biden (2021-2025) talvez represente a forma mais acabada de política ambiental que buscamos analisar aqui. Um sobrevoo rápido no balanço de suas ações climáticas expressa, com exatidão, o espírito de enxergar na crise climática não outra coisa senão uma grande oportunidade de negócios – o que, em última instância, relega as soluções aos marcos do capitalismo e à formação de novos mercados. Biden foi o primeiro presidente em exercício dos EUA a visitar a Amazônia³⁶, e a Casa Branca (2024) informou que, durante a gestão Biden-Harris, “o governo criou uma nova e ousada estratégia que transformou o combate à crise climática em uma enorme oportunidade econômica – tanto no país quanto no exterior” (p. 1 – tradução própria).

Sob a administração Biden, os EUA engajaram-se ativamente em torno das finanças climáticas, de modo que, durante a visita à Manaus, em 2024, o ex-presidente anunciou que havia sido alcançado o “financiamento climático internacional dos EUA para mais de US\$ 11 bilhões por ano até 2024, tornando os Estados Unidos o maior provedor bilateral de

³⁶ Conforme apresentamos no segundo capítulo, Theodore Roosevelt visitou o bioma entre 1913 e 1914 já na condição de ex-presidente.

financiamento climático do mundo” (The White House, 2024, p. 1-2 – tradução própria). Em relação ao Brasil, também foi anunciada uma contribuição de US\$ 50 milhões para o Fundo Amazônia, elevando, naquele período, o total de contribuições estadunidenses para o fundo a US\$ 100 milhões.

A mobilização do setor privado foi, conforme observamos, um dos pilares centrais da política ambiental do governo Biden e da própria USAID para o Brasil, a partir de empresas dos setores da indústria, do agronegócio e mesmo das finanças. Em relação ao último setor, a título de exemplo, destacamos o papel de articulação da instituição financeira BTG Pactual em torno do lançamento da Coalizão de Financiamento para Restauração e Bioeconomia no Brasil:

Os Estados Unidos, o BTG Pactual e mais de 12 parceiros anunciam o lançamento da Coalizão de Financiamento para Restauração e Bioeconomia no Brasil. Essa coalizão pretende mobilizar pelo menos US\$ 10 bilhões em investimentos públicos e privados para projetos de restauração de terras e bioeconomia até 2030, apoiando a conservação e restauração de pelo menos 5,5 milhões de hectares durante esse período e contribuindo para a redução de 1,5 gigatoneladas de emissões até 2050. Espera-se que pelo menos US\$ 500 milhões sejam investidos em projetos que apoiem povos indígenas e comunidades locais na Amazônia brasileira (The White House, 2024, p. 2-3 – tradução própria).

A presença de bancos e outras instituições financeiras no apoio ou desenvolvimento de projetos da USAID atenta para o aspecto da financeirização, considerando a criação de novas linhas ou mesmo de novos sistemas de créditos, como os de carbono. Neste sentido, o DFC (U.S. International Development Finance Corporation) – banco de desenvolvimento dos EUA homólogo ao BNDES no Brasil – anunciou, durante o governo Biden, investimentos massivos em projetos de reflorestamento na Amazônia. Na ocasião, o DFC concedeu um empréstimo de US\$ 37,5 milhões à Mombak Gestora de Recursos Ltda, uma intermediária do mercado de carbono que adquiriu grandes extensões de terras degradadas no estado do Pará, com o objetivo anunciado de plantio de espécies arbóreas nativas para o reflorestamento (The White House, 2024).

Uma das mais bem acabadas iniciativas dos EUA no contexto dos mercados de carbono na Amazônia é a Coalizão LEAF (sigla para Lowering Emissions through Advancing Forest Finance), co-fundada pelos EUA como uma coalizão de compradores dos setores público e privado, que divulgou um acordo de cerca de US\$ 180 milhões em créditos de carbono florestal com o governo do Pará, estado que está na dianteira da regulamentação

destes mercados no Brasil³⁷. Em relação a este anúncio, a Casa Branca (2024) destacou que “as receitas da transação de créditos gerados em escala estadual, ao preço inovador de US\$ 15 por tonelada de emissões evitadas, apoiarão a conservação da floresta amazônica”, e também apontou que o governo dos EUA espera “que acordos com outros estados da região amazônica sejam firmados nos próximos meses, começando pelo Acre, devido ao significativo interesse da demanda por créditos de alta integridade por parte dos estados brasileiros” (p. 3-4, tradução própria).

A empresa Amazon é, também, uma das co-fundadoras da Coalizão LEAF, e foi uma das instituições que aportou recursos no acordo de US\$ 180 milhões a que nos referimos. Além dela, destacamos outras corporações transnacionais também envolvidas neste novo mercado, já com operações no Brasil:

Embora a demanda por créditos de carbono tenha se estagnado globalmente, as gigantes da tecnologia Microsoft, Meta e Google fizeram compras de compensações no Brasil este ano [2024]. A Amazon, a fabricante de medicamentos e produtos químicos Bayer, as consultorias BCG e Capgemini, a varejista de roupas H&M e a Fundação Walmart compraram coletivamente 5 milhões de créditos a US\$ 15 por crédito (CNN Brasil, 2024, s. p.).

Outro projeto no âmbito do financiamento climático, cuja criação foi apoiada pelos EUA, é o Fundo Flora, que é mais um dentre os diversos fundos que estruturam o grande ecossistema das finanças ‘verdes’. Estruturado como uma *facility*, o Fundo Flora foi idealizado pela WRI Brasil e era gerenciado financeiramente pela Sitawi Finanças do Bem, funcionando como “uma plataforma que reúne diferentes fontes e instrumentos de financiamento sob uma mesma estrutura de governança, permitindo combinar capital filantrópico, público e privado para ampliar o impacto de projetos socioambientais” (Thurler *et al*, 2025, s. p.). Além disso, o fundo aponta que, em sua fase inicial, ancorada em capital filantrópico, a iniciativa receberia apoio de instituições como a Bezos Earth Fund, a AKO Foundation, e a The Coca-Cola Foundation.

Na análise do fundo e de sua rede de parceiros, não encontramos vinculação institucional direta da USAID com a iniciativa, o que não significa que essas relações inexistam. A Sitawi Finanças do Bem, por exemplo, que gerencia os recursos do Fundo Flora, é parceira da USAID no programa PPA, a que já nos referimos anteriormente. Através dele, a Sitawi lançou estudos identificando “mecanismos de investimento, tipos de empreendimento,

³⁷ Em 2024, o governador do estado, Helder Barbalho, participou da Semana do Clima de Nova Iorque, onde concretizou a venda de doze milhões de toneladas de crédito de carbono, a 15 dólares cada, equivalendo a R\$ 1 bilhão (Carneiro, 2024).

cadeias de valor, obstáculos e oportunidades ao investimento na área” (Costa, 2023, s. p.) para estimular a cadeia e os negócios no quadro do desenvolvimento sustentável na região amazônica. Com essas relações, a Sitawi associa-se a outros dois importantes *players* do PPA, além de toda a rede de empresas parceiras do programa: o CIAT (International Center for Tropical Agriculture) e o IDESAM (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia). Ambas instituições possuem, também elas próprias, relações com outro conjunto de instituições e empresas parceiras que, quando consideradas de forma agregada, formam parte da grande rede de atuação no bioma que aqui buscamos identificar e que possui a USAID como um dos pontos centrais.

A presença de bancos e suas instituições associadas em projetos amazônicos da USAID não se encerra por aqui. Em parceria com a agência estadunidense, o Instituto Itaúsa, a BB Asset, a Bloomberg Philanthropies e o Instituto Clima e Sociedade lançaram, em 2024, um laboratório de investimento em Soluções Baseadas na Natureza (SbN). De acordo com a Casa Branca (2024), o Nature Investment Lab (NIL) foi criado com financiamento de US\$ 2 milhões pela USAID, e teria com objetivo o fomento de um ambiente de negócios propício para “desbloquear o investimento privado em projetos de SbN, criando interação e colaboração entre diferentes fontes de financiamento, fontes de capital e partes interessadas em SbN para criar instrumentos e transações financeiras inovadoras” (p. 4 – tradução própria).

Como buscamos evidenciar a partir do conjunto de ações apresentados até aqui, a atuação da USAID na região amazônica brasileira é marcada por uma condição de superlatividade oriunda da quantidade exorbitante de iniciativas, programas concretos, parceiros mobilizados, recursos humanos diretos e indiretos empregados e recursos financeiros aplicados. Um dos objetivos deste trabalho é esmiuçar ao máximo a presença da agência no bioma, tarefa que só pode ser alcançada levando em consideração, é claro, as limitações de tempo, espaço e profundidade inerentes a uma dissertação de mestrado acadêmico. Para fins de parcimônia, então, constituiremos, abaixo, um quadro-síntese apresentando iniciativas e projetos apresentados pela agência, extraídos de dois importantes documentos/informes divulgados pelos EUA.

O primeiro arquivo é um comunicado de 2022 do Departamento de Estado dos EUA intitulado, na tradução para o português, como “A liderança dos EUA impulsiona os esforços globais para a conservação de ecossistemas críticos e proteger sumidouros de carbono: um relatório de progresso sobre a implementação dos esforços dos EUA no Plano para Conservar Florestas Globais: Sumidouros Críticos de Carbono”. O segundo informe é o documento que

já referenciamos da Casa Branca, denominado, em português, como “Ficha Informativa: Presidente Biden marca legado histórico para o clima com viagem à floresta amazônica brasileira”, que foi publicado em 2024, na esteira da visita do então presidente Biden à Amazônia, como um balanço das ações climáticas realizadas e programadas até então.

O quadro abaixo consolida as informações apresentadas destacando o título das iniciativas e uma breve descrição:

Quadro 1 – Iniciativas ambientais da USAID no Brasil durante o governo Biden (2021-2025)

Nome da Iniciativa	Descrição	Fonte
Financiamento Inovador para a Natureza	O Departamento de Estado dos EUA, em colaboração com a USAID e a Instituição Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA (DFC, na sigla em inglês), desenvolveu uma nova iniciativa global com foco na aceleração do uso de mecanismos de financiamento inovadores para promover investimentos privados em estoques e sumidouros de carbono críticos e apoiar uma recuperação verde. O programa promoveu uma série de mesas-redondas para identificar barreiras, explorar oportunidades potenciais e iniciar esforços colaborativos para alavancar mecanismos de financiamento inovadores.	U.S. Department of State (2022)
Estudo de Viabilidade para Ação Coletiva em Paisagens	A iniciativa Business Case — anunciada inicialmente pela USAID na COP26 em Glasgow como parte do Plano do Presidente Biden para Conservar as Florestas Globais — visa reduzir o desmatamento causado por produtos agrícolas, conservar a biodiversidade e promover o bem-estar das comunidades locais, começando com projetos-piloto no Peru, Equador, Indonésia e cinco jurisdições no Brasil. Em outubro de 2022, a USAID iniciou um trabalho no Peru para apoiar o planejamento multissetorial de paisagens, conectar essas paisagens a sistemas internacionais de divulgação e relatórios e desbloquear financiamento internacional crucial para produtos agrícolas e paisagens sustentáveis.	U.S. Department of State (2022)
Acelerador de Financiamento Climático para o Desenvolvimento (CFDA)	O Acelerador de Financiamento Climático para o Desenvolvimento (CFDA, na sigla em inglês) da USAID buscava mobilizar financiamento privado e ações do setor privado que apoiassem a transição para uma economia de emissões líquidas zero equitativa e resiliente. Quando anunciado, o CFDA visava mobilizar US\$ 2,5 bilhões em financiamento público e privado adicional para adaptação e mitigação até 2030, criando incentivos e reduzindo os riscos para investimentos em larga escala que abordem a lacuna de financiamento climático. Esses investimentos apoiarão diversas atividades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas,	U.S. Department of State (2022)

	inclusive em paisagens florestais prioritárias no âmbito do Plano, que estejam alinhadas com a implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e dos Planos Nacionais de Adaptação (PNAs) definidos por cada país, no âmbito do Acordo de Paris.	
LEAF	Os Estados Unidos apoiaram a coalizão público-privada de US\$ 1,5 bilhão para o financiamento de emissões por meio da aceleração do reflorestamento (LEAF, na sigla em inglês), destinada à compra de créditos de carbono e ao fornecimento de pagamentos baseados em resultados para a redução de emissões e o aumento da extração de carbono das florestas em países em desenvolvimento. Desde a COP26, a LEAF expandiu a coalizão para incluir outros parceiros do setor privado e a República da Coreia do Sul, atingindo US\$ 1,5 bilhão em demanda comprometida.	U.S. Department of State (2022)
Amazonia Connect	Para reduzir as emissões decorrentes da conversão de florestas para a agricultura, os Estados Unidos anunciaram, na Cúpula das Américas, uma nova iniciativa para promover abordagens de produção de <i>commodities</i> livres de desmatamento e de baixo carbono no Brasil, Colômbia e Peru. A atividade atuaria em toda a cadeia de suprimentos para promover a Agricultura de Baixo Carbono (ABC), fornecendo assistência técnica e ferramentas de monitoramento para garantir a produção e a verificação de produtos de baixo carbono e livres de desmatamento. Esses produtos verificados seriam então adquiridos por empresas do setor privado que investissem diretamente na ABC para cumprir seus compromissos internacionais de desmatamento zero.	U.S. Department of State (2022)
Fundo para a Biodiversidade da Amazônia (ABF)	Esta iniciativa, lançada em setembro de 2019, foi concebida em conjunto com o apoio da USAID e recebe financiamento do setor privado para apoiar empresas com modelos de desenvolvimento sustentável que beneficiem a biodiversidade e o clima. O Fundo oferece uma garantia de 50% da DFC para investimentos de impacto baseados na biodiversidade e visa alavancar US\$ 50 milhões em investimentos até 2023. Em maio de 2022, o banco holandês ASN — que possui uma divisão de Fundos de Investimento de Impacto — investiu cerca de € 3 milhões no Fundo. Até o momento, o ABF investiu em cinco empresas amazônicas, incluindo a Reforesterra, uma das maiores iniciativas de restauração de ecossistemas naturais na Amazônia brasileira, vinculada ao mercado voluntário de carbono. Este projeto oferecerá o primeiro esquema de pagamento por serviços ecossistêmicos (PSE) a ser criado no Brasil pelo setor privado.	U.S. Department of State (2022)
Lançando Alianças para a Amazônia	Esta iniciativa se basearia em uma parceria já existente com o CIAT, que criou uma plataforma de ação coletiva para unir organizações do setor privado e da sociedade civil no desenvolvimento e identificação de soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável e a conservação da Amazônia brasileira – no caso, a	The White House (2024)

	PPA. Em sua fase anterior, com o apoio da USAID, a Parceria acelerou 123 negócios que apoiam a biodiversidade, alavancou US\$ 7,5 milhões em financiamento privado e apoiou a conservação de 39 milhões de hectares. A nova parceria AFA expandirá a metodologia científica inovadora TerraBio do USAID CIAT para mensurar o impacto na biodiversidade de projetos de investimento de impacto na Amazônia.	
Investimento de US\$ 2,6 milhões ao Projeto Riqueza da Floresta Tropical pela USAID	A USAID fornecerá US\$ 2,6 milhões ao Projeto Riqueza da Floresta Tropical, liderado pelo IMAFLORA em colaboração com o Instituto Socioambiental (ISA), que busca estabelecer modelos econômicos escaláveis para conservar florestas em pé, atender a requisitos legais, promover o bem-estar das comunidades locais e alcançar padrões de mercado responsáveis. O projeto visa expandir a rede Origens Brasil para facilitar o comércio justo de produtos produzidos pelas comunidades, aumentando a participação e o comprometimento de empresas dentro da rede. Também se concentra no fortalecimento das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros e na promoção da agroecologia entre agricultores familiares, comunidades tradicionais, colonos e quilombolas no norte e sudeste do Pará, integrando-os à rede Origens Brasil.	The White House (2024)
Investimento de US\$ 4 milhões da USAID em modelos de negócios na Amazônia	A USAID está anunciando um investimento de US\$ 4 milhões para apoiar um programa que está sendo desenvolvido em parceria com a organização local Conexsus, com o objetivo de fortalecer os ecossistemas de negócios da bioeconomia na Amazônia brasileira. O programa visa impulsionar um novo modelo econômico que preserve a floresta e alinhe a conservação da biodiversidade ao crescimento econômico, permitindo que empresas e famílias locais prosperem. Essa iniciativa se basearia em um Memorando de Entendimento assinado em março de 2024 entre a Fundação Skoll e a USAID, que reconheceu o compromisso mútuo de promover o desenvolvimento liderado localmente e ampliar a coordenação para enfrentar os problemas do desmatamento e promover a igualdade de gênero globalmente.	The White House (2024)
Investimento da USAID de US\$ 1,4 milhão no projeto Assobio	Este projeto objetiva fortalecer as cadeias de valor da bioeconomia que possuem potencial para a conservação de florestas e biodiversidade, ao mesmo tempo que aumenta a geração de renda e aborda a segurança alimentar no estado do Mato Grosso. O objetivo do projeto é fortalecer uma economia florestal próspera, criando novos arranjos público-privados que atraiam financiamento e promovendo estratégias diversificadas para apoiar o manejo regenerativo da terra, o conhecimento empreendedor e o acesso a recursos financeiros e mercados para a agricultura familiar e os povos indígenas na região amazônica do Mato Grosso. Isso contribuirá significativamente para a conservação de aproximadamente um terço da floresta no Mato Grosso, uma área de 8,9 milhões de hectares.	The White House (2024)

US\$ 2,8 milhões de investimento da USAID na atividade Agricultura Regenerativa para a Conservação da Amazônia (ARCA)	O programa ARCA promove soluções baseadas na natureza e restauração em zonas de amortecimento ao redor de unidades de conservação, terras indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária em sete territórios em três estados da Amazônia brasileira: Mato Grosso, Maranhão e Pará, todos localizados no Arco do Desmatamento da Amazônia brasileira. O objetivo do ARCA é promover o uso sustentável da terra, a conservação da biodiversidade e a resiliência socioambiental de comunidades tradicionais por meio de capacitação, colaboração e inovação. O ARCA visa contribuir para a melhoria da gestão de mais de 19 milhões de hectares de terra na Amazônia, trabalhando com 40 Territórios Indígenas e Áreas Quilombolas. Trata-se de uma iniciativa semelhante à proposta de ABC do Amazônia Connect.	The White House (2024)
Desenvolvimento da tecnologia de Espectrometria de Massas	Em parceria com o Governo do Brasil, os EUA cooperou para garantir que o Brasil possua tecnologia de ponta e capacidade operacional para a identificação de madeira por meio de Espectrometria de Massas (DART-TOFMS: Análise Direta em Tempo Real por Espectrometria de Massas com Tempo de Voo). Essa tecnologia identifica uma “impressão digital” química única para identificar espécies de madeira, fortalecendo a capacidade de monitorar e fiscalizar a legalidade nas cadeias de suprimento de madeira.	The White House (2024)
Investimento de US\$ 7,8 milhões da USAID no Serviço Florestal dos EUA em projetos de combate à incêndios florestais no Brasil	A USAID está investindo US\$ 7,8 milhões em sua parceria de longa data com o Serviço Florestal dos EUA para fortalecer o manejo de incêndios florestais no Brasil. A USAID e o Serviço Florestal dos EUA apoiam agências brasileiras na prevenção e resposta a incêndios florestais. Currículos padronizados de combate a incêndios garantem que todos os bombeiros compartilhem uma linguagem comum e abordagens padronizadas, como o Sistema de Comando de Incidentes. O Serviço Florestal dos EUA promove o manejo inclusivo de incêndios, treinando mulheres e comunidades indígenas, incluindo a primeira brigada de incêndio composta exclusivamente por mulheres indígenas no Tocantins e no Maranhão. Trata-se de uma iniciativa de padronização de práticas e processos operacionais.	The White House (2024)
USAID investe US\$ 1,9 milhão na Aliança dos Povos Indígenas pelas Florestas da Amazônia Oriental	A Aliança dos Povos Indígenas pelas Florestas da Amazônia Oriental reunirá organizações que representam povos indígenas para conservar, proteger e restaurar recursos naturais em 14 territórios indígenas nos estados do Maranhão e do Tocantins. O projeto abrangeria uma área total combinada de aproximadamente 2,5 milhões de hectares, lar de uma população de cerca de 35.000 pessoas de 11 grupos étnicos, além de um grupo em isolamento voluntário. Através deste projeto, a USAID consolida, também, sua presença no ‘fronte oriental’ da Amazônia.	The White House (2024)
Investimento de US\$ 4	A USAID investiu US\$ 4 milhões para lançar a atividade Tapajós para a Vida, que visaria reduzir as ameaças à biodiversidade da	The White House

milhões da USAID no programa Tapajós para a Vida	Amazônia, aprimorando o uso sustentável e a conservação de 7 milhões de hectares de áreas protegidas, terras de povos indígenas e terras de comunidades locais na bacia do rio Tapajós. A iniciativa expandiria as cadeias de valor sustentáveis para produtos florestais, apoiaria o turismo de base comunitária e melhoraria a gestão territorial dentro da bacia hidrográfica.	(2024)
Investimento de US\$ 1,4 milhão da USAID para lançar o Projeto de Bem-Estar e Gestão Territorial nas Bacias dos Rios Negro e Xingu	Esta atividade buscaria fortalecer a capacidade dos povos indígenas das bacias dos rios Xingu e Negro — e suas redes de parcerias — para implementar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e seus instrumentos de gestão, como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental. O fortalecimento da gestão ambiental desses territórios indígenas nas bacias dos rios Negro e Xingu poderia contribuir, segundo a USAID, para o manejo sustentável de aproximadamente 26 milhões de hectares de terras estrategicamente importantes para a conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira. Trata-se da agência atuando nas principais bacias hidrográficas da região amazônica.	The White House (2024)
A USAID investiu US\$ 2,6 milhões na atividade Gestão Territorial Indígena Integrada	A USAID está investindo US\$ 2,6 milhões para lançar a atividade de Gestão Territorial Indígena Integrada, que apoiará organizações representativas indígenas no desenvolvimento de planos de gestão territorial e ambiental que incorporem a defesa de políticas em terras indígenas, aprimorando a capacidade dos povos indígenas e suas organizações representativas de proteger e gerir de forma sustentável os recursos naturais em uma área total combinada de 27 milhões de hectares em paisagens florestais do sul do estado do Amazonas e em paisagens de savana e florestais do estado de Roraima.	The White House (2024)

Fonte: elaboração própria do autor com base em dados do Depto. de Estado (2022) e da Casa Branca (2024).

O quadro acima trata de uma série de atividades anunciadas pelos EUA, que envolvem, de alguma forma, atividades concernentes à floresta amazônica – seja via ações climáticas *lato sensu* ou através da atuação específica da USAID no bioma. Considerando os investimentos elencados provenientes de forma específica da USAID, os dois informes indicam o aporte de, pelo menos, US\$ 28,5 milhões no conjunto de iniciativas apresentadas – o que demarca a ordem de grandeza financeira da atuação da agência.

4. 3. Por dentro da rede USAID: ressonâncias a partir do mapeamento

Agora, nos dedicaremos a analisar alguns projetos desenvolvidos de forma associada entre a USAID e o CGIAR-CIAT, parceiros operacionais importantes da agência no bioma. O CIAT é baseado na Colômbia e opera como um dos centros de pesquisa que fazem parte do

CGIAR, a segunda instituição que mais recebeu recursos da USAID para projetos ambientais no Brasil entre 2003 e 2024. Um dos projetos da USAID coordenados pelo CIAT é o SERVIR-Amazônia, que é um *hub* do SERVIR Global, um programa conjunto entre a National Aeronautics and Space Administration (NASA) e USAID. Voltado a análises geoespaciais do bioma Amazônia³⁸, o SERVIR foi idealizado pela equipe de geoprocessamento do Imaflora, que identificou potenciais usos de *softwares* de banco de dados, de código aberto e gratuito, para alavancar as análises geoespaciais e também as “capacidades de armazenamento de dados das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, centros de pesquisa e técnicos de organizações ambientalistas da sociedade civil da região amazônica” (Imaflora, 2021, s. p.).

O tema do monitoramento geoespacial da região amazônica representa uma questão sensível, sobretudo quando consideramos o interesse de longa data dos EUA no desenvolvimento de projetos conjuntos com o Brasil nessa área. Atualmente, o monitoramento da Amazônia é feito pelos satélites de sensoriamento remoto via Programa CBERS – projeto de cooperação tecnológica bilateral entre Brasil e China – e Amazônia-1, que é totalmente brasileiro. O Brasil tem avançado tecnologicamente na área, ainda que a passos lentos, a partir da incorporação do Radar de Abertura Sintética (SAR), uma nova tecnologia em desenvolvimento pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que deve “permitir a geração de dados em qualquer condição climática e através de nuvens, o que é fundamental na região amazônica” (Brasil, 2023, s. p.). A NASA, por outro lado, já possui satélites com tecnologia capaz de realizar visualização através da copa das árvores, e nos anos recentes tem se reunido com representantes do INPE buscando a construção de um projeto bilateral com o instituto brasileiro para integração de dados e monitoramento conjunto.

Além disso, a difusão de satélites privados para fins comerciais nas últimas décadas tem acentuado os problemas com a criminalidade na região amazônica, sobretudo em relação aos garimpos ilegais. Um dos pivôs dessa problemática é a empresa Starlink, provedora de internet via satélite do bilionário Elon Musk, que já possui mais de 150 mil usuários no Brasil e tem se proliferado em regiões remotas e de difícil acesso. Em operações contra o garimpo ilegal na Amazônia, o Ibama afirma ter recolhido antenas ou roteadores da Starlink em 20 áreas de mineração ilegal entre abril de 2023 e março de 2024, em quatro estados (Amazonas, Mato Grosso, Pará e Roraima). No total, foram 32 antenas da empresa encontradas pelo

³⁸ Em 2021, o programa possuía uma cobertura em, pelo menos, seis países da região amazônica: Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Guiana e Suriname (CIAT e CGIAR, 2026).

Ibama desde 2023, sendo que 9 foram achadas na Terra Indígena Yanomami, que tem experimentado uma grave crise humanitária pelo crime e o garimpo, e outras 12 estavam próximas ao Vale do Javari, território onde o indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram mortos em 2022 (Neves, 2024).

Uma iniciativa importante desenvolvida por instituições que fazem parte da rede da USAID é o Ecocentro, espaço inaugurado em 2024 que teria por objetivo fortalecer a sociobioeconomia na Amazônia. Fazem parte do empreendimento a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará (ACOSPER) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Santarém (STTR), que contaram com “suporte técnico” do Projeto Saúde e Alegria (PSA), por meio do programa Floresta Ativa. O programa Floresta Ativa afirma fortalecer as cadeias produtivas da sociobioeconomia “através de assistência técnica, investimentos em assessoria para negócios e capacitação empreendedora e cooperativista, em uma perspectiva de valorizar a economia da floresta em pé” (PSA, 2024, s. p.). Nesse contexto é que foi criado o Ecocentro, que envolve uma ampla rede própria de parceiros e apoiadores como cooperativas, movimentos sociais, ONGs, empresas e fundações privadas nacionais e internacionais, bem como atores institucionais e instituições de ensino e pesquisa.

De acordo com o PSA (2024), o objetivo do Ecocentro é o fornecimento de óleos essenciais para a indústria alimentícia e de cosméticos, a partir do processamento de cerca de 30 a 40 mil sementes de andiroba por ano no empreendimento. Beneficiando em torno de 500 famílias na produção, o Ecocentro conta com “contratos já assinados com grandes empresas como a Natura, que compra o óleo de andiroba e copaíba, e da fabricante de tênis Veja, que compra a borracha, o local está habilitado para negociações com outros empreendimentos” (PSA, 2024, s. p.). Quando observamos a rede de instituições envolvidas na constituição do projeto, verificamos a presença de atores econômicos onipresentes na região amazônica, como a Natura e outras fundações:

A construção do Ecocentro só foi possível a partir do apoio do Fundo Amazônia/BNDES, com recursos de contrapartida de outros parceiros do Projeto Saúde e Alegria, seja com investimentos na infraestrutura, maquinários, como nas capacitações, assessorias e demais etapas do processo produtivo. E a parceria de organizações como a **Rewild, CAF, Natura, FUNBio, WWF Brasil, Erol Foudation, CLUA, União Européia, Good Energies, Conexsus, Imaflora, Mott Foudation, Instituto Clima e Sociedade, Fundação Toyota**. O gerente de Relações Institucionais do Fundo Amazônia/BNDES, Rodrigo Tosta, disse que só é possível por conta da parceria de quem acredita no impacto do Fundo e acrescentou: “Aqui a gente vê o que é uma parte dessa entrega, a concretização desse trabalho do Fundo Amazônia.” (PSA, 2024, s. p. – grifo nosso).

O PSA afirma que, através da valorização da “economia da floresta em pé”, o Ecocentro agrega valor na cadeia para os agroextrativistas da região e as comunidades locais. Aqui, nos importa destacar que, embora o Ecocentro afirme agregar valor local, o informe do PSA deixa claro que a produção está orientada para grandes empresas transnacionais, como Natura e Veja. Nesse sentido, o controle estratégico da cadeia (marca, design, distribuição, precificação) permanece fora da Amazônia, e as comunidades locais seguem ocupando os elos mais baixos das cadeias de produção – o que caracteriza uma inserção subordinada nas cadeias globais de valor ‘sustentáveis’. Além disso, o informe de inauguração do Ecocentro expressa uma ideia de ‘vitória coletiva’ e manufatura o consenso em torno da noção de desenvolvimento sustentável lançando mão de uma série de referências e carga simbólica – o que estimula, como bem alerta Paula (2013), a despolitização dos conflitos estruturais na região amazônica, sejam eles em relação à terra ou às condições de trabalho.

Assim como a Natura, outra empresa com extensa presença na Amazônia e estreita relação com a USAID em seus projetos no bioma é a Hydro, uma multinacional norueguesa com sede em Oslo, considerada uma das maiores produtoras de alumínio do mundo. Através do Fundo de Sustentabilidade Hydro (FSH), a mineradora europeia assinou, em 2020, uma carta de intenções com a USAID buscando “o fomento de novos negócios sustentáveis, mobilizando alianças territoriais integradas e apoiando a governança de diferentes níveis de relacionamento com o setor privado” (Hydro, 2020, s. p.). Ted Gehr, então diretor da USAID no Brasil, assinalou a importância do setor privado e da Hydro para as ações da agência no bioma Amazônia nas seguintes palavras:

A USAID no Brasil tem uma longa história de apoio a iniciativas sustentáveis na Amazônia. Nosso foco no país é formar parcerias estratégicas, e nos últimos anos temos trabalhado em conjunto com o setor privado para potencializar essas ações. Por isso estamos muito felizes com essa nova parceria com a Hydro (*apud* Hydro, 2020, s. p.).

O Fundo de Sustentabilidade Hydro constitui uma iniciativa das empresas do ramo da mineração Hydro, Albras e Alunorte, e anunciou, também em 2020, o engajamento na “PPA Solidariedade”, uma iniciativa intersetorial derivada da PPA original que buscava fortalecer a preparação e as respostas às emergências relacionadas ao contexto da pandemia Covid-19. Do PPA Solidariedade, participaram oito empresas e instituições com projetos destinados às populações vulneráveis na Amazônia. No projeto específico apoiado pelo FSH, as ações seriam desenvolvidas no município de Barcarena, com financiamento de cerca de R\$2,5

milhões do Fundo e R\$1,3 milhão da PPA Solidarietà que, enquanto plataforma, estava sob gestão da USAID, do NPI EXPAND, da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) original e da SITAWI Finanças do Bem – que já mencionamos anteriormente –, totalizando R\$ 3,8 milhões.

Com base nas informações disponibilizadas pela Hydro (2020), a iniciativa da PPA Solidarietà voltada ao combate à Covid-19 possuía foco no crédito empresarial, focalizando o engajamento do setor privado em parcerias que pudessem alavancar soluções “inovadoras e escaláveis”. Dentre os quatro eixos indicados de trabalho com instituições da sociedade civil e setor privado, destacamos o último deles, que consiste na política de “Apoiar empreendedores, pequenos negócios de impacto social e *startups*, grupos de produtores e cooperativas com pequenos aportes financeiros, serviços de assessoria empresarial e acesso a empréstimos a juros baixos ou microcrédito” (Hydro, 2020, s. p.).

A atuação da Hydro no bioma amazônico é, no entanto, mais problemática do que isso. Com a maior refinaria de alumínio do mundo fora da China controlada pela sua subsidiária Alunorte em Barcarena, no Pará, a operação prática da mineradora expõe as contradições e fragilidades do discurso corporativo da sustentabilidade, sobretudo quando confrontado com as evidências de graves impactos socioambientais que marcam a presença da empresa na região. No caso da Hydro-Alunorte, estamos nos referindo aos vazamentos de rejeitos de bauxita e à contaminação de igarapés e cursos d’água por metais pesados por parte da empresa, o que levou a ações civis e criminais e à imposição de pesadas multas judiciais por conta dos danos ambientais à bacia do rio Murucupi, no entorno de Barcarena. Como resultado, a Hydro foi condenada pela Justiça Federal brasileira, em 2024, a pagar R\$ 100 milhões em indenizações.

A resposta institucional da Hydro foi marcada por negações e a admissão apenas parcial de despejos de efluentes sem tratamento, e a sentença judicial do processo aponta que a empresa barrou a entrada de fiscais do Ibama em sua sede no dia do ocorrido (G1, 2024). A conduta revela não outra coisa senão a persistência de práticas que priorizam a externalização de custos ambientais e ilustra a forma com a qual projetos com o emblema da ‘sustentabilidade’ funcionam como instrumentos de legitimação de atividades extrativistas de alto impacto – como é o caso da mineração.

Outra grande mineradora com relações com a USAID a ser destacada é a Mineração Rio do Norte (MRN), que é, hoje, a maior produtora brasileira de bauxita – a matéria-prima do alumínio. Em 2018, a MRN formalizou um memorando de entendimento com a agência estadunidense prevendo colaboração por cinco anos para a execução do programa Territórios

Sustentáveis, que seria patrocinado com recursos da empresa. Criado originalmente em 2015, o programa teria como objetivo propor um “novo modelo de desenvolvimento”, a partir de gestão territorial integrada, economia diversificada e participação social, abrangendo os municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, no oeste do Pará, impactando uma população total de 88 mil pessoas.

Com a assinatura do acordo, a USAID passou a integrar o comitê gestor do programa:

Além disso, a USAID investirá recursos financeiros no Programa dentro da modalidade conhecido como Global Development Alliance (GDA), que visa estabelecer parcerias com o setor privado alavancando recursos e expertise que promovem o desenvolvimento. De acordo com Anna Toness, Diretora do Programa para Conservação da Biodiversidade da USAID, a parceria com a MRN é um exemplo do trabalho colaborativo existente entre empresas privadas, setor público e organizações não-governamentais em prol do desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades na Amazônia (IBRAM, 2018, s. p.).

Conforme apontado ao longo do trabalho, um dos objetivos desta pesquisa é evidenciar que a atuação da USAID no bioma Amazônia não ocorre de maneira isolada, mas sim como parte de uma extensa rede de instituições, ONGs e empresas transnacionais. Neste sentido, um dos esforços aqui empreendidos é a realização do mapeamento, na medida em que as informações pertinentes se encontrem disponíveis, dos atores que compõem esse ecossistema que, enfim, trata de articular interesses capitalistas transnacionais em relação à Amazônia e seus recursos – dos materiais aos intangíveis.

Importa considerar, do ponto de vista teórico, que a exploração do espaço amazônico, em particular, e do Brasil, em geral, ocorre de forma articulada entre frações da classe dominante centradas no centro do sistema capitalista e suas partes homólogas da periferia. Um bom exemplo, para fins de ilustração, é a atuação do complexo industrial-biotecnológico, que utiliza dos recursos genéticos e biológicos da região amazônica para a produção de alimentos, cosméticos, fármacos e outros materiais comercializados globalmente. Dentro dessa cadeia, temos a presença de corporações ocidentais como DuPont, Bayer, BASF, Mars, Unilever, P&G e L’Oreal, e brasileiras como a Natura – todas registrando patentes a partir da biodiversidade amazônica.

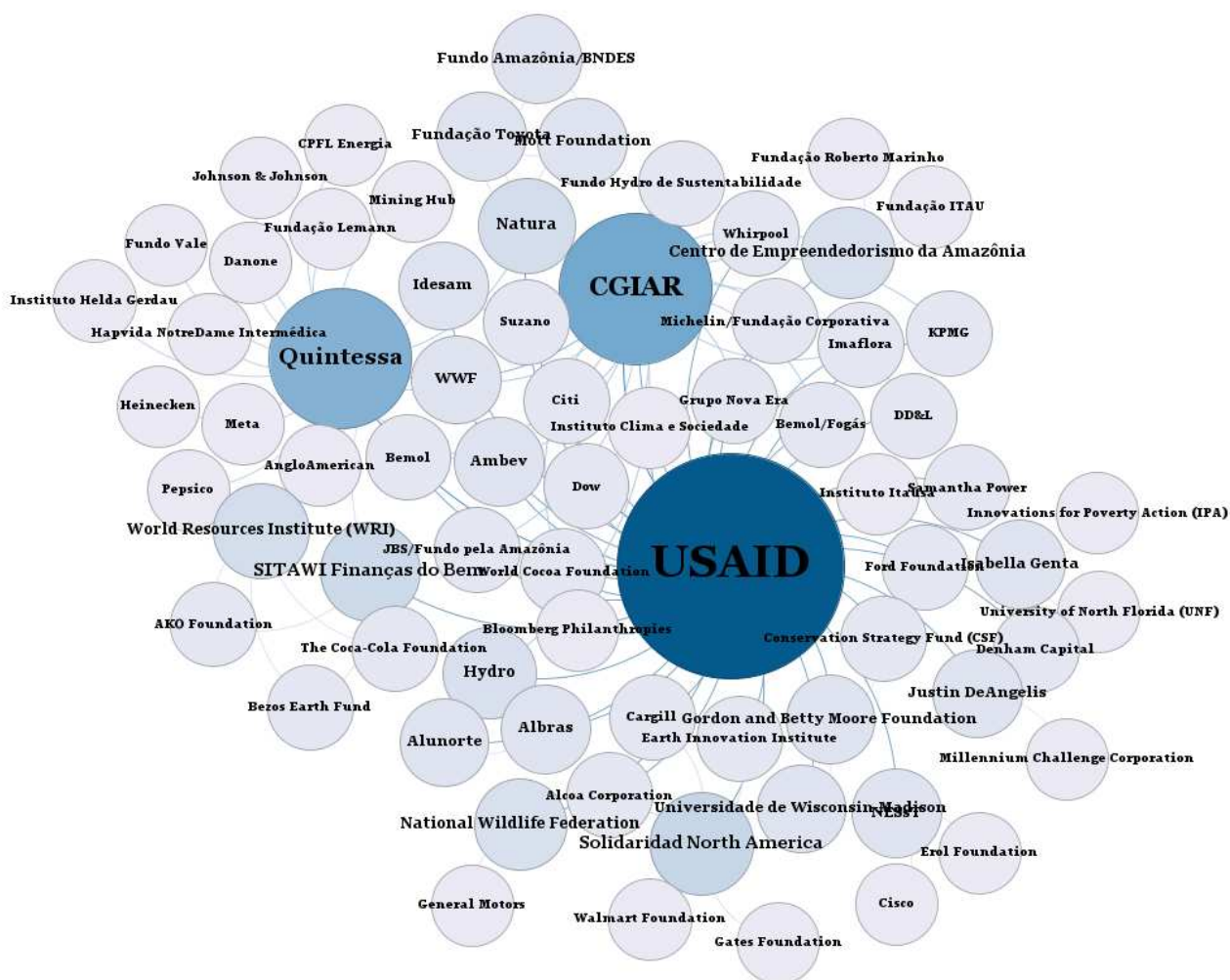
Do ponto de vista prático, o que ocorre no Brasil e nos demais países periféricos do sistema é a aquiescência da classe dominante local para com aquelas sediadas no Norte Global. Embora concorrentes, existem uma série de interesses convergentes entre ambos os espectros, o que explica a formulação de consensos ideológicos e a própria articulação material derivada dessas relações transnacionais. No caso da Amazônia, a História ajuda a

compreender como esse formato de relações evoluiu, sobretudo quando consideramos as pregressas experiências da Fordlândia e do Projeto Jari, quando o Estado brasileiro concedeu milhares de hectares de terras para projetos predatórios de caráter neocolonial no bioma, em um contexto que buscamos apresentar no 2º capítulo desta pesquisa. Trata-se, portanto, de uma espécie de *continuum* histórico que evoluiu seguindo tendências internas e externas até assumir, no bioma Amazônia, a política de portas abertas à USAID praticada até 2025.

Com isso em mente, a pesquisa lança mão, na sequência, de um recurso metodológico importante para o mapeamento aqui proposto, baseado nas redes constituídas a partir dos modelos de Análise de Redes Sociais. Em especial, conforme destacamos na introdução, tomamos como ponto de partida referencial os trabalhos do sociólogo Ary Cesar Minella, que desenvolveu importantes estudos sobre a organização de classe dos banqueiros na América Latina, com atenção especial ao papel do Citibank nas associações bancárias da região (Minella, 2013). De acordo com o autor, a estruturação dos estudos em rede, via ARS, potencializa “o entendimento das conexões que se estabelecem entre as corporações e da formação de uma elite empresarial e seu possível papel na circulação de informações e na articulação dos interesses capitalistas” (Minella, 2013, p. 190).

Aqui, nos importa avançar no emprego das redes, indo além de uma leitura metafórica que é, também, amplamente utilizada nas ciências sociais, em direção à compreensão delas como estruturas relacionais materiais, que conformam, em fim último, as articulações entre distintas frações de classe no interior de um determinado bloco de poder. Então, com base nas informações coletadas ao longo da pesquisa, em especial derivadas de fontes primárias como relatórios, comunicados oficiais, chamadas de projetos e informes de imprensa, estruturamos a rede abaixo a partir do *software* Gephi, que permite a visualização gráfica dos relacionamentos de primeiro e segundo grau que identificamos:

Gráfico 4 – Representação gráfica da rede de parceiros mobilizada pela USAID na Amazônia brasileira



Fonte: elaboração própria do autor via plataforma Gephi, com informações coletadas a partir de dados primários, a exemplo de CSF (2011), Costa (2022), Denham Capital (2018), Imaflores (2021), dentre outros

O grafo do Gráfico 4 evidencia visualmente aquilo que a discussão aqui empreendida já buscou apresentar: que a atuação da USAID na Amazônia brasileira não ocorre de forma isolada ou mesmo predominantemente estatal, mas está inserida em uma densa rede transnacional que articula agências de cooperação, grandes fundações ‘filantrópicas’, corporações multinacionais, organizações da sociedade civil e universidades estrangeiras. A centralidade predominante da USAID (com 42 conexões na base de dados), mas também de organizações associadas como o CGIAR e da própria Quintessa, indica o papel dessas instituições como *hubs* articuladores de recursos financeiros e materiais, conhecimento técnico e agendas normativas, conectando atores do capitalismo corporativo – como empresas de mineração, agronegócio, biotecnologia e outros setores – a ONGs ambientais e instituições acadêmicas.

Essa estrutura relacional reforça, então, a ideia central da pesquisa de que aquilo que se entende como ‘cooperação ambiental’ opera como não outra coisa senão um mecanismo de governança que reconfigura e articula interesses privados sob o signo da ‘sustentabilidade’, diluindo ainda mais as já opacas fronteiras entre filantropia, mercado e políticas públicas. Assim, o gráfico sugere que a ‘proteção ambiental’ promovida nesses projetos está associada a estratégias de legitimação do chamado “capitalismo verde”, no qual a Amazônia é integrada a circuitos globais de acumulação, ‘inovação’ e padrões ocidentais de governança e gestão ambiental, mais do que protegida a partir de prioridades locais ou soberanas.

Para além da posição de centralidade da USAID, chamamos a atenção aqui para o papel de atores intermediários no processo, de ONGs a instituições financeiras. Em relação a essas últimas, destacamos a SITAWI Finanças do Bem, que já mencionamos no decorrer do capítulo e que apresenta um número considerável de conexões na base de dados construída: é parceira da USAID e do Idesam, além de instituições como Meta, Bezos Earth Fund, The Coca-Cola Foundation e AKO Foundation. Junto de atores como a Mombak Gestora de Recursos Ltda., BTG Pactual, Instituto Itaúsa e outros intermediários financeiros, a SITAWI opera no contexto da financeirização das soluções climáticas, no qual os mercados de carbono tem sido o principal projeto.

Não obstante, a instituição que mais concentrou conexões e recursos no período analisado é o CGIAR, que vinha operando, até 2025, como uma espécie de braço operacional da USAID dentro da Amazônia. Conforme destacamos na Tabela 4, o CGIAR foi a instituição não-governamental que recebeu o maior volume de recursos da USAID entre 2003 e 2024, somando vultosos US\$ 38 milhões em 8 depósitos. Além disso, o CGIAR registrou 21 conexões na base de dados construída para a elaboração da rede, com parte expressiva delas ocorrendo no âmbito do PPA, dos mais importantes projetos recentes da USAID no bioma, operacionalizado até então pelo CGIAR-CIAT e pelo Idesam.

Sigla em inglês para Grupo Consultivo em Pesquisas Agrícolas Internacionais, o CGIAR é uma organização não-governamental que foi criada em 1971 por meio da Fundação Rockefeller, e atua como uma rede de associação de instituições voltadas a pesquisas agrícolas (Dowie, 2002). Em 1983, o grupo já contava com um orçamento anual de mais de US\$ 100 milhões e a USAID vinha atuando, até 2025, como um de seus principais financiadores. Decorrida a análise qualitativa e quantitativa, identificamos que a importância do CGIAR na rede capitaneada pela USAID nos permite, em alguma medida, ensaiar o emprego do conceito de “complexo USAID-CGIAR”, na qual a organização atua como uma

espécie de sócio-minoritário da agência, responsável pela intermediação com empresas e pela operacionalização de importantes projetos.

A análise realizada neste quarto e último capítulo evidencia, então, que a atuação da USAID na Amazônia brasileira não ocorre de forma isolada. Pelo contrário: o Gráfico 4 aponta para a inserção da agência em uma densa rede transnacional composta por agências, instituições e corporações de toda sorte. A compreensão da estrutura relacional que buscamos descortinar reforça que o conjunto de ações que frequentemente se apresenta sob o rótulo de “cooperação ambiental” necessita ser compreendido como parte de arranjos e processos mais amplos que articulam interesses econômicos privados, agendas normativas e formas específicas de intervenção externa. Em nosso ver, o balanço empírico aqui apresentado reforça as preocupações teóricas expressas no primeiro capítulo, uma vez que dialoga diretamente com as formulações de Smith (2020), Harvey (1996; 2005), Borón (2020) e outros acerca das transformações contemporâneas do imperialismo.

O mapeamento empreendido indica que a Amazônia tem sido paulatinamente integrada a circuitos globais de acumulação por meio de mecanismos que combinam filantropia corporativa, financeirização das soluções climáticas e, não menos importante, produção de conhecimento técnico e científico orientada por padrões ocidentais de gestão ambiental – a exemplo da atuação do CGIAR. Não se trata, é verdade, de responsabilidade exclusiva da USAID, que não gozava individualmente dos recursos materiais e/ou humanos para tal. Mas é verdade, também, que a agência fora muito eficiente naquilo que esteve ao seu alcance, sobretudo durante a vigência do grande consenso em torno do desenvolvimento sustentável e daquilo que discutimos como capitalismo verde no primeiro capítulo: a atuação como uma agência facilitadora, com a transformação de interesses privados específicos em interesses coletivos do bioma amazônico.

5. CONCLUSÃO

Como buscamos evidenciar ao longo desta pesquisa, a USAID, antes de atuar como uma agência humanitária voltada à cooperação técnica, constitui um poderoso e versátil instrumento da política externa dos EUA. Cada capítulo deste trabalho foi pensado e estruturado com o fim último de compreender e apresentar essa dinâmica, desde as discussões teóricas iniciais, passando pelo resgate histórico do 2º e 3º capítulo, até a análise mais contemporânea da agência no bioma Amazônia. Assim, destacamos que a mudança de enfoque estratégico da USAID no Brasil, apresentada pelo esforço de resgate histórico do texto, entre o durante e o depois da Guerra Fria, ilustra, precisamente, o papel da agência como ferramenta de intervenção.

No mosaico da política externa dos EUA para a América Latina, a agência atuou, primeiro, como uma instituição de ‘combate ao comunismo’ e, com o fim da disputa contra a URSS, passou a compor o quadro da ofensiva neoliberal sob a região, ofensiva essa que, propagada a partir de organizações como a Atlas Network, passou a erodir o Estado latino-americano. A menção à Atlas aqui se faz oportuna, também, para demarcar este trabalho como parte de um esforço mais amplo, realizado pela rede de pesquisas capitaneada por Camila Feix Vidal, que orienta esta pesquisa e cujos trabalhos foram aqui referenciados. Assim, o estudo da USAID e seus projetos ambientais na região amazônica se soma a outros trabalhos que analisam diferentes aspectos vinculados à atuação de todo aquele conjunto de organizações que fazem parte daquilo que entendemos como o processo de terceirização da política externa dos EUA no pós-Guerra Fria: NED, CIPE, Freedom House, National Democratic Institute (NDI), International Republican Institute (IRI) e uma extensa rede de *think tanks*.

À guisa de conclusão e inspirados por Bourdieu e Wacquant (1992), se a teoria sem empiria é vazia, e a empiria sem teoria é cega; julgamos importantes os apontamentos teóricos aos quais nos dedicamos no 1º capítulo. Com eles, buscamos não outra coisa senão enquadrar um ferramental teórico-metodológico crítico a um trabalho que se pretende de Relações Internacionais – que é, enquanto área, em suas facetas e espaços mais tradicionais, avessa a um pensamento crítico. Acreditamos, então, na aplicabilidade do marxismo enquanto referencial teórico na compreensão do capitalismo contemporâneo e, assim, das próprias relações internacionais. A análise dessas relações a partir de uma perspectiva crítica permite não apenas desvelar as contradições inerentes à expansão do capital em escala mundial e seus reflexos na periferia, mas também compreender os mecanismos de

dominação, exploração e também de resistência que moldam o que na disciplina se entende por ‘sistema internacional’.

O resgate histórico empreendido quando da discussão dos EUA na Amazônia e da própria trajetória da USAID enquanto ferramenta de política externa daquele país, no 2º e 3º capítulos, em alguma medida corrobora a nossa discussão teórica acerca do fenômeno do imperialismo no capítulo de abertura. Como fenômeno, ele não se restringe a um processo circunscrito ao final do século XIX e início do século XX, e nem mesmo se reduz à expansão ou conquista territorial clássica. Antes disso, ele é a expressão concreta da lógica de acumulação capitalista em escala global, dirigida por um processo de introdução de interesses privados e hoje marcada por fenômenos como a financeirização, a reestruturação das cadeias globais e as formas contemporâneas de dependência – como aquelas mobilizadas pelos programas em ‘ajuda humanitária’ da USAID. É por conta desse complexo quadro que buscamos autores que atualizem construtivamente a basilar interpretação leninista do imperialismo, com destaque para as contribuições de Wood (1999; 2003), Borón (2020), López (2020), Smith (2020) e Harvey (2005).

Por fim, talvez a vertente teórica que mais potencializou a análise do contexto que buscamos explorar seja aquela derivada da obra de Gramsci, considerando seus escritos originais e também autores neogramscianos, cujas produções dialogam bastante com o campo das RI e da própria Economia Política Internacional (EPI). Essencial para Gramsci, como destacamos, a noção de hegemonia não se restringe apenas à coerção exercida pelo Estado, mas se sustenta em torno da construção de um consenso que naturaliza concepções específicas de mundo e atua para difundir como universais interesses particulares e privados. É neste sentido que exploramos a história do paradigma do desenvolvimento sustentável e do capitalismo verde como seu *corpus* de reprodução material, ambos consideravelmente integrados à lógica de operação da USAID em seus projetos ambientais. Juntos, representam não outra coisa senão exemplos precisos do processo de rearranjo e ajuste, por parte da classe dominante transnacional, de sua ideologia visando a manutenção de sua posição de liderança sem alteração das bases fundamentais do sistema capitalista.

No contexto da Amazônia brasileira, a experiência de projetos como a Fordlândia, em particular, e dos ciclos da borracha, em geral, representam, em alguma medida, a continuidade de uma política externa neocolonial e imperialista, onde grandes corporações estadunidenses exerceram controle significativo sobre o território, os recursos naturais e as comunidades locais – muitas vezes em projetos conjuntos com o próprio Estado brasileiro ou frações da classe dominante nacional com interesses convergentes. Experiências como a

Fordlândia e o Projeto Jari ilustram que a tentativa de implantar um modelo de produção fordista em formato de *plantation* em um ambiente que não se adequava a essa lógica não apenas falhou, mas deixou um legado de exploração e desrespeito às dinâmicas locais da região amazônica.

A apropriação de recursos da Amazônia continua, e o modelo clássico de exploração dos projetos emblemáticos do século XX evoluiu, derivando dele novas formas de apropriação e também novos setores. Assim, a biotecnologia e a mineração de terras raras, por exemplo, de acordo com o que apresentamos no capítulo 4, constituem áreas de importância vital e extremo interesse para o Brasil e a Amazônia. Repetindo-se a conjuntura dos ciclos da borracha, uma vez mais os recursos brasileiros tendem a ser incorporados – a biodiversidade já é os minerais críticos estão em vias de ser – às cadeias globais de valor centradas nos países desenvolvidos, reeditando o formato centro-periferia onde o Brasil envia matérias primas de baixo valor agregado, aprofundando-se a dependência tecnológica. A literatura trabalhada no capítulo inicial atenta para este cenário, sobretudo quando consideramos a descrição de Harvey (2005) quando, ao tratar do novo imperialismo, aponta que em momentos onde as crises se agudizam, agudiza-se também a apropriação de recursos dos países periféricos.

Aquilo que caracterizamos como uma longa tradição de missão civilizatória dos EUA legitima intervenções imperialistas e perpetua uma narrativa de superioridade racial. Na Amazônia, essa *mission civilisatrice*, então, se traduz em projetos que visam explorar os recursos naturais e moldar a região segundo interesses externos: seja por parte de corporações dos EUA ou por instituições e agências do país como a USAID, que atuam como subsidiárias na condução da política externa e tem ocupado cada vez mais espaço na representação dos interesses do país.

USAID: “Do Povo dos Estados Unidos”. O lema nos indica que a agência emula uma política de generosidade e toma para si o fardo de levar o ‘desenvolvimento’ e a ‘prosperidade’ para países periféricos. A menção que fizemos ao poema de Rudyard Kipling no 3º capítulo, “O Fardo do Homem Branco”, nos ajuda a pontuar o traçado histórico do ‘dever’ de missão civilizatória presente na política externa dos EUA. É claro que o administrador médio da USAID está muito mais para o “novo mandarim” representado por Chomsky (1969) do que para o administrador imperial da época de Kipling – embora ambos ocupem, com as devidas alterações, as mesmas funções.

Além disso, pensando a trajetória da USAID no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar, acreditamos ter funcionado a agência como instrumento estratégico da política

externa dos EUA operando sob a lógica daquele conceito que nos foi caro ao longo do 3º capítulo: o da colonização pedagógica do argentino Arturo Jauretche. Em resumo, o que buscamos evidenciar é que, por meio de um conjunto de missões ‘técnicas’, acordos bilaterais e projetos supostamente voltados ao ‘desenvolvimento’, a longa presença da USAID no Brasil moldou instituições, formou quadros e introduziu modelos de gestão e educação alinhados ao capitalismo e aos interesses privados dos EUA.

Daquilo que observamos, a década de 1960 marcou não outro momento senão o ápice dessa estratégia, quando a teoria da modernização, capitaneada por Walt Rostow e posta em prática por meio da Aliança para o Progresso, resultou em projetos como os famigerados Acordos MEC-USAID. Símbolos da parceria entre o Regime Militar e a USAID, os acordos viriam a impactar profundamente a educação brasileira nos níveis fundamental, médio e superior, estabelecendo uma espécie de racionalidade empresarial às universidades públicas e subordinando o sistema educacional do país às dinâmicas do mercado e da acumulação capitalista.

Para além do campo educacional, a atuação da instituição mostrou-se igualmente expressiva em áreas como a segurança pública e a reforma do Estado de maneira mais geral, sempre mediada pelo envio de um corpo supostamente especializado de consultores, técnicos e *experts* cuja intervenção traduzia, de forma pedagógica, os interesses estratégicos do país de origem. Seja por meio da remodelação do Congresso Nacional, do financiamento à repressão de caráter militarizado ou da própria consolidação de *think tanks* no Brasil, entendemos que a USAID operou de forma sistemática na produção de um consenso ideológico de modo a legitimar a presença dos EUA na condução dos assuntos brasileiros – e o mesmo aconteceu, também, nos outros países latino-americanos onde a agência atuou. Trata-se, como buscamos sustentar ao longo de toda a pesquisa, da dimensão consensual gramsciana da dominação imperialista – operada, no caso da USAID, pelo esforço técnico-pedagógico contínuo de seus quadros.

Desde os anos 1990, o que observamos nos projetos ambientais implementados pela USAID são evidências de uma estratégia mais sutil – mas não por isso menos profunda – de inserção de interesses estrangeiros no Brasil. Em sua fase mais recente, onde a agência esteve voltada às questões ambientais na Amazônia orientada pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, a USAID tem mobilizado as bandeiras da sustentabilidade e do empreendedorismo social em um processo amplo de introdução do setor privado em áreas críticas e sensíveis brasileiras em todos os biomas, em especial na Amazônia. É diante disso

que buscamos investir em um mapeamento que pudesse descortinar as relações e os interesses entremeados no bojo dos projetos ambientais da agência.

Assim sendo, nos foi possível identificar que a USAID promove uma espécie de ‘governança ambiental’ ancorada em lógicas de mercado e em parcerias com grandes corporações. Ao atuar na Amazônia através de abordagem que, em algum grau, contorna o Estado brasileiro e privilegia atores privados, a USAID contribui para a consolidação de um novo paradigma de intervenção internacional: mais descentralizado, tecnocrático e, não menos importante, profundamente adaptado à lógica neoliberal. Trata-se de um modelo que escancara os limites da ‘Cooperação Norte-Sul’ e evidencia o papel da USAID como, naturalmente, um vetor de interesses econômicos e geopolíticos.

A análise relacional que aqui aplicamos, sobretudo no último capítulo, ao evidenciar a centralidade da USAID em uma densa rede transnacional composta majoritariamente de atores privados, reforça a denúncia de que a chamada cooperação ambiental não pode ser compreendida como um conjunto de iniciativas estanques, isoladas ou neutras, mas sim como parte integrante de arranjos de poder que articulam interesses econômicos privados, agendas normativas e formas específicas de governança. Nesse sentido, o emprego metodológico da ARS nos termos propostos nos permitiu avançar para além de leituras superficiais, descortinando as conexões materiais que conformam o bloco de poder no qual se insere a USAID e suas corporações associadas. Julgamos ter evidenciado, também, as estratégias de legitimação operadas pelo bloco, que envolvem, em seu núcleo, distintas frações de classe operando sob os rótulos da sustentabilidade, da bioeconomia e de outras nomenclaturas homólogas.

O mapeamento realizado indica que a Amazônia tem sido progressivamente incorporada a circuitos globais de acumulação por meio de mecanismos que combinam filantropia corporativa, financeirização das soluções climáticas e uma produção de conhecimento técnico-científico orientada por padrões ocidentais de gestão ambiental. A centralidade de atores como o CGIAR – entendido como parte de um possível “complexo USAID-CGIAR”, uma vez que opera como braço direito da agência –, bem como o papel de intermediários financeiros e ONGs especializadas, aponta para a subordinação das prioridades locais em detrimento das agendas transnacionais.

A política de portas abertas à USAID até 2025 aparece como a expressão contemporânea de um *continuum* neocolonial, no qual a proteção ambiental funciona, antes de tudo, como um vetor de legitimação do capitalismo verde na Amazônia brasileira. Ainda que não tenhamos aplicado uma metodologia propriamente adequada para a sua análise, resta

claro que o próprio léxico da USAID, presente nos documentos e na comunicação oficial da agência, trata de transformar interesses privados específicos em interesses coletivos do bioma. O projeto Amazônia Connect, por meio do qual a agência buscou estimular um modelo específico de agricultura no qual os equipamentos seriam providos por empresas associadas, representa um preciso exemplo disso.

Por fim, concluímos destacando a inequívoca centralidade estrutural da USAID, que mobilizou 42 conexões diretas na base de dados que construímos em função da rede de parceiros atuantes na Amazônia. A agência opera como o principal nó articulador desse grande arranjo institucional, e essa elevada conectividade demonstra tanto a capacidade de coordenação de atores heterogêneos – públicos, privados ou filantrópicos, na medida em que se possa estabelecer uma distinção entre estes dois últimos – como também indica seu papel ativo na definição de agendas (com a publicação de editais para programas), fluxos de recursos e, em fim último, prioridades de intervenção no bioma.

Retomamos, aqui, a passagem do prólogo da pesquisa, onde Kees van der Pijl (2012), nos alerta que permanece abstrata “uma ciência social que não consegue identificar quem, em última análise, age para conseguir seus interesses contra os que resistem a eles” (p. XVI – tradução própria). A partir disso, foi precisamente a adoção de uma perspectiva crítica que nos permitiu problematizar o papel da USAID para além de sua dimensão operacional, explicitando os vínculos entre política, economia e ideologia na sua rede de atuação. Encerramos concluindo, então, que julgamos que os mandarins de Chomsky não são menos imperialistas que o homem branco de Kipling, apenas atuam com um grau de legitimidade que só uma ampla roupagem técnica e humanitária, precisamente a que a USAID mobiliza, é capaz de fornecer.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cooperação Brasil - Estados Unidos promoverá o desenvolvimento sustentável da região Amazônica**. 14 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/948#:~:text=O%20projeto%20%22Conserva%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Recursos,para%20a%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20biodiversidade>> Acesso: 06 jan. 2025.

AGOSTINHO, M. E. Black American Colonization in the Brazilian Amazon: Colored bodies in motion. **SÆCULUM – Revista de História**, v. 25, n.º 43, p. 164-179, 2020.

ALLIANCE BIOVERSITY INTERNATIONAL – CIAT. **SERVIR-Amazônia**. Disponível em: <<https://alliancebioiversityciat.org/projects/servir-amazonia>>. Acesso em: 07 jan. 2026.

ALMEIDA, I. S. C. Fordlândia: O Capitalismo e Colonialismo Americano diante da Amazônia Brasileira. **Jamaxi**, v. 1, n.º 1, 2017.

ALVES, M. M. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

ARREGUI, H. J. J. **Imperialismo y cultura**. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2005.

BALIBAR, E; WALLERSTEIN, I. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. Londres e Nova Iorque: Verso, 1991.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária 2023. Brasília: **BCB**, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2023p.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2025.

BARBOSA, B. **Incongruência nas estratégias ou estratégia da incongruência: um estudo da relação entre TRIPs e CDB no espaço geográfico brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2017.

BARRIONUEVO, A. Whose Rain Forest Is This, Anyway? **The New York Times**, 18 de mai. de 2008. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2008/05/18/weekinreview/18barrionuevo.html>>. Acesso: 15 de abr. 2025.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (53), p. 71-86, 2005.

BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. **O Desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2019.

BEZERRA, J. C. O papel do meio ambiente na política externa brasileira. **Ideias**, Campinas (SP), n. 6, nova série, 1º semestre, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres**

brasileiros, a exploração e comércio ilegal de madeira e a biopirataria no país – CPIBIOPI. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Brasil e EUA discutem acordo para aperfeiçoar monitoramento da Floresta Amazônica.** 25 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/07/brasil-e-eua-discutem-acordo-para-aperfeiçoar-monitoramento-da-floresta-amazonica>> Acesso: 06 jan. 2025.

BOMBARDA, A. R. A Influência das Agências Internacionais no Brasil: os acordos MEC/USAID no contexto da ditadura militar de 1964. **Revista Educação e Emancipação**, v. 12, n. 3, p. 246-268, 2019.

BONES, N. K; AULER, C. J. China, Estados Unidos e Brasil: um olhar sobre os impactos sino-estadunidenses no meio ambiente brasileiro (2012-2022). **Revista Monções**, v. 13, nº 24, p. 162–191, 2024.

BORGES, A. Eletrobras contraria plano energético e retoma projetos para erguer megausinas no Tapajós. **(O)Eco**, 03 maio 2024. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/eletrobras-contraria-plano-energetico-e-retoma-projetos-para-erguer-megausinas-no-tapajos/>>. Acesso: 05 out 2025.

BORON, A. Notas Sobre a Atualidade do Imperialismo e a Nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos. In LOPEZ, E. **As Veias do Sul Continuam Abertas: Debates sobre o imperialismo do nosso tempo.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

BOURDIEU, P; WACQUANT, L. **An Invitation to Reflexive Sociology.** Chicago: The University of Chicago, 1992.

BUGIATO, C. Apresentação. In: BUGIATO, C. **Marxismo e Relações Internacionais.** Goiânia: Phillos Academy, 2021.

CARNEIRO, T. Em NY, Helder Barbalho anuncia venda bilionária de crédito de carbono no Pará. **G1**, 24 set. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/09/24/em-ny-helder-barbalho-anuncia-venda-bilionaria-de-credito-de-carbono-no-para.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CATERINA, G. O papel da USAID no financiamento ao governo brasileiro (1964-1967). **CADUS – Revista de História, Política e Cultura**, v. 1, n. 1, p. 30-38, 2015.

CHANGING MARKETS FOUNDATION; INSTITUTE FOR AGRICULTURE AND TRADE POLICY (IATP). **Emissão impossível: edição metano: A indústria de carne e de laticínios está aquecendo o planeta,** 2022.

CHOMSKY, N. **American Power and the New Mandarins: Historical and Political Essays.** New York: Pantheon Books, 1969.

CHOMSKY, N. **Turning the tide: US intervention in Central America and the struggle for peace.** Boston: South End Press, 1985.

CHOMSKY, N; PRASHAD, V. **A Retirada.** São Paulo: Expressão Popular, 2023.

CNN Brasil. Amazon e outras empresas irão comprar US\$ 180 mi em créditos de carbono da Amazônia. **CNN Brasil**, 24 set. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/amazon-e-outras-empresas-irao-comprar-us-180-mi-em-creditos-de-carbono-da-amazonia/#goo>>. Acesso: 14 nov. 2025.

CONDE, L. C. D. Uma nova arquitetura da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: horizontalidade, condicionalidade e humilhação. **5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**: Working Paper, p. 1-16, 2015. Belo Horizonte: ENABRI, 2015.

CONSERVATION STRATEGY FUND (CSF). **Biodiversity Understanding in Infrastructure and Landscape Development (BUILD)**. What We Do, 01 out. 2011. Disponível em: <<http://conservation-strategy.org/project/biodiversity-understanding-infrastructure-and-landscape-development-build#.VX8sWflViko>>. Acesso: 05 nov. 2025.

CONSERVATION STRATEGY FUND (CSF). **Beyond the Obvious**: Local Economic Costs of the São Luís do Tapajós Dam, 2017. Disponível em: <<https://www.conservation-strategy.org/sites/default/>>. Acesso: 05 out. 2025.

CORDEIRO, C. Projeto foi sonho de bilionário. **Folha de S. Paulo**, 23/12/1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2312199915.htm>>. Acesso: 30 dez. 2024.

COSTA, G. Investimento de Impacto na Amazônia: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. **SITAWI Finanças do Bem**, 04 out. 2022. Disponível em: <<https://sitawi.net/investimento-de-impacto-na-amazonia-caminhos-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso: 05 dez. 2025.

COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

COX, R. W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

CUNHA, L. A. **A universidade reformanda**: o Golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior. 2. ed. São Paulo: UNESP: 2007.

DENHAM CAPITAL. **Denham Supports US Pension Plan and USAID Delegation to South Africa**. 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.denhamcapital.com/news-article/denham-supports-us-pension-plan-usaid-delegation-south-africa/>>. Acesso: 15 set. 2025.

DESILVER, D. What the data says about U.S. foreign aid. **Pew Research Center**, 6. fev. 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2025/02/06/what-the-data-says-about-us-foreign-aid/?_gl=1>. Acesso: 05 dez. 2025.

DIVARDIN, D. H. **Cooperação internacional e meio ambiente**: os programas da USAID no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

DOWIE, M. **American Foundations: An Investigative History**. Cambridge & London: The MIT Press, 2001.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, L. Marx e a formação do sistema internacional moderno. In: BUGIATO, C. (Org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Phillos Academy, 2021.

FORD FOUNDATION. **Ford Foundation Appoints Samantha Power to Board of Trustees**. 19 out. 2020. Disponível em: <<https://www.fordfoundation.org/news-and-stories/news-and-press/news/ford-foundation-appoints-samantha-power-to-board-of-trustees/>>. Acesso: 14 nov. 2025.

FRANK, A. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18 n. 4, 1966.

G1. EUA fecham oficialmente agência humanitária USAID, diz secretário de Estado. Redação **G1**, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/07/02/eua-fecham-oficialmente-usaid-diz-secretario.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2025.

G1. Justiça Federal condena refinadora Hydro-Alunorte a pagar R\$ 100 milhões por desastre ambiental no Pará. **G1 Pará**, 11 jul. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/07/11/justica-federal-condena-refinadora-hydro-a-lunorte-a-pagar-r-100-milhoes-por-desastre-ambiental-no-para.ghtml>>. Acesso: 21 dez. 2025.

G1. Trump manterá apenas 6% dos funcionários da agência de ajuda humanitária. Redação **G1**, 7 fev. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/02/07/usaid-trump-mantera-apenas-6percent-dos-funcionarios-da-agencia-de-ajuda-humanitaria.ghtml>>. Acesso: 12 nov. 2025.

GANG, I. N; LEHMAN, J. A. New Directions or Not: USAID in Latin America. **World Development**, v. 18, n. 5, p. 723-732, 1990.

GARFIELD, S. **In Search of the Amazon: Brazil, the United States and the Nature of a Region**. Durham e Londres: Duke University Press, 2013.

GILL, S. **Power and resistance in the new world order**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

GOETTERT, J. D. O capitalismo verde rondando a Amazônia. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 1, p. 235-238, 2014.

GOUGHNOUR, R. Richard Goughnour. **Responsabilidade Social**. Disponível em: <https://www.responsabilidadesocial.com/entrevista/richard-goughnour/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GRUPO + UNIDOS. **Sobre**. Disponível em: <https://www.maisunidos.org/sobre/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HILL, L. F. **Diplomatic Relations between the United States and Brazil**. Durham: Duke University Press, 1932.

HORNE, G. **The Counter-Revolution of 1776**: Slave Resistance and the Origins of the United States of America. New York and London: New York University Press, 2014.

HRUBY, A. The Millennium Challenge Corporation could prove essential in the race for critical minerals. Reform it, don't shut it down. **Atlantic Council**, 24 abr. 2025. Disponível em:

<<https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/the-millennium-challenge-corporation-could-prove-essential-in-the-race-for-critical-minerals-reform-it-dont-shut-it-down/>>. Acesso: 07 dez. 2025.

HUBERMAN, L. **We, The People**. New York: Monthly Review Press, 1970.

HUGGINS, M. K. **Political Policing**: The United States and Latin America. Durham & London: Duke University Press, 1998.

HYDRO. Fundo de Sustentabilidade Hydro firma parcerias com USAID e PPA Solidariedade para fortalecer iniciativas na Amazônia. **Hydro Brasil**, 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.hydro.com.br/global/imprensa/noticias/2020/fundo-de-sustentabilidade-hydro-firma-parcerias-com-usaid-e-ppa-solidariedade-para-for>>. Acesso: 9 nov. 2025.

IMAFLORA. Aumentando a Conservação da Floresta Amazônica com Softwares GeoEspaciais. **Imaflora**, 23 fev. 2021. Disponível em: <<https://imaflora.org/noticias/aumentando-a-conservacao-da-floresta-amazonica-com-softwares-geoespaciais>>. Acesso: 15 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). MRN e USAID firmam parceria para o Programa Territórios Sustentáveis. **IBRAM**, 29 maio 2018. Disponível em: <<https://ibram.org.br/noticia/mrn-e-usaid-firmam-parceria-para-o-programa-territorios-sustentaveis/>>. Acesso: 06 jan. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Ludwig, bilionário do projeto Jari, morre em NY. **Folha de S. Paulo**, 29/08/1992. IN: Acervo ISA. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/51571_20200331_124053.PDF>. Acesso: 30 dez. 2024.

JACOB, I. L. Breves notas sobre a ecologia como limite absoluto ao capital em Mészáros. **Revista Fim do Mundo**, v. 1, n. 2, p. 41-52, 2020.

JAURETCHE, A. **Los Profetas del Odio y la Yapa**: La Colonización Pedagógica. Buenos Aires: Pena Lillo, 1975.

KIPLING, R. **O fardo do homem branco** (The White Man's Burden, 1899). Belo Horizonte: UFMG, [s.d.].

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEPORE, J. **Estas Verdades**: Uma História dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LEVY, D.; EGAN, D. A Neo-Gramscian Approach to Corporate Political Strategy: Conflict and Accommodation in the Climate Change Negotiations. **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 4, p. 803-829, 2003.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Navegando, 2011.

LIMA, J. D. F. **UFSC**: sonho e realidade. Florianópolis: Ed. UFSC, 1980.

LOPEZ, E. **As Veias do Sul Continuam Abertas**: Debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política — Livro I. São Paulo: Boitempo, 2023.

MERINO, G. E. A reconfiguração imperial dos Estados Unidos e as fissuras internas diante da ascensão da China. In: LÓPEZ, E. (org.). **As veias do Sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MINELLA, A. C. Análise de Redes Sociais, Classes Sociais e Marxismo, **RBCS**, vol. 28, n. 83, p. 185-194, 2013.

MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Recife: Editora Massangana, 2010.

MOTTA, R. P. S. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 237-266, 2010.

NAKANISHI, V. M. Em busca do passado perdido: a chegada dos imigrantes confederados e a colônia de Santarém. **Revista Tempo Amazônico**, v. 9, nº 1, p. 185-208, 2021.

NEVES, R. Ibama flagrou 90 aparelhos de internet via satélite em garimpos ilegais. **UOL**, 12 abr. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/12/ibama-apreende-antenas-stalink-internet-elon-musk-garimpo-ilegal-amazonia.htm>>. Acesso: 30 abr. 2024.

NICAS, J. The Mine Is American. The Minerals Are China's. **The New York Times**, 16 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2025/04/16/world/americas/brazil-mine-rare-earths-china.html>>. Acesso: 29 set. 2025.

OLIVEIRA, M. F.; LUVIZOTTO, C. K. Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 54, nº 2, p. 5-21, 2011.

PARMAR, I. American hegemony, the Rockefeller Foundation, and the rise of academic International Relations in the United States. In: GUILHOT, N. (org.). **The invention of international relations theory: realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Columbia University Press, 2011. p. 182-206.

PARCEIROS PELA AMAZÔNIA (PPA). **PPA – Plataforma Parceiros pela Amazônia**. Disponível em: <<https://ppa.org.br/>>. Acesso em: 05 out 2025.

PATNAIK, U.; PATNAIK, P. Imperialismo na era da globalização. In LOPEZ, E. (org), **As Veias do Sul Continuam Abertas: Debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PAULA, E. A. **Capitalismo verde e transgressões: Amazônia no espelho de Caliban**. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

PAULA, E. A.; MORAIS, M. J. O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde. **Estud. sociol.**, v.18, n.35, p. 347-365, 2013.

PAULO, D. M. D. A vanguarda do atraso e o ritmo da dominação burguesa: um exercício para o estudo de duas missões da USAID ao Brasil em 1970. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 10, n. 18, p. 107-127, 2022.

PEREIRA, G. L; VIDAL, C. F. Uma democracia seletiva e instrumentalizada: a atuação da Freedom House na Venezuela (1999-2013). **Opinião Pública**, v. 31, p. 1-37, 2025.

PINHEIRO, J. A. P. A geopolítica da produção e da circulação do conhecimento. **Conexão Política**, v. 9, n. 1, p. 221-234, 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/11108>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PRATES, V. Kerry diz que 'Amazônia é de todos' e Marina destaca soberania brasileira. **O Estado de Minas**, 2 de mar. de 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/03/02/interna_politica.1463761/kerry-diz-que-amazonia-e-de-todos-e-marina-destaca-soberania-brasileira.shtml>. Acesso: 15 abr. de 2025.

PROJETO SAÚDE & ALEGRIA. Ecocentro é inaugurado para o fortalecimento da sociobioeconomia na Amazônia. **Projeto Saúde & Alegria**, 19 jul. 2024. Disponível em: <<https://saudeealegria.org.br/redemocoronga/ecocentro-e-inaugurado-para-o-fortalecimento-da-sociobioeconomia-na-amazonia/>>. Acesso: 28 set. 2025.

RAMOS, B. O. **A cooperação internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RIBEIRO, R. A. A Teoria da Modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. **Perspectivas**, v. 30, p. 151-175, 2006.

ROOSEVELT, T. **Through the Brazilian Wilderness**. New York: Skyhorse Publishing, 2014.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth**: a non-communist manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SANGIOVANNI, L. O. Aves e Vírus: o Instituto Smithsonian e a Guerra Fria na Amazônia (1963-1971), p. 65-75. IN: **Boletim CTS em foco: A Amazônia e o Antropoceno**, v. 4, nº 3, 2024.

SANTIAGO, L. Em 2019, Bolívia passou por golpe que envolveu Elon Musk e disputa por lítio. **Brasil de Fato**, 27 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/06/27/em-2019-bolivia-passou-por-golpe-que-envolveu-elon-musk-e-disputa-por-litio/>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

SCHINKE, G. **Ecoplamento**: a teoria que explica o processo da assimilação do colapso ecológico por parte do sistema capitalista global. Florianópolis: Insular, 2013.

SERRA VERDE GROUP. **Serra Verde Recognised by the Minerals Security Partnership & Raises US\$150m from Existing Investors**. 21 out. 2024. Disponível em: <<https://www.serraverde.com/2024/10/serra-verde-recognised-by-the-minerals-security-partnership-raises-us150m-from-existing-investors/?fbclid>>. Acesso: 05 dez. 2025.

SILVA, D. A; FERREIRA, N. I. B. Hegemonia global estadunidense e os acordos MEC/USAID (1965-1968). **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 10, p. 1-21, 2024.

SKIDMORE, T. **Brasil**: De Castelo a Tancredo. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SMITH, J. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. In: LÓPEZ, E. (Org.). **As veias do Sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

SOLIDARIDAD. Evento marca o primeiro ano do Amazônia Connect com 700 pecuaristas envolvidos. **Solidaridad North America**, 15 abr. 2024. Disponível em: <<https://solidaridadlatam.org/brasil/news/evento-marca-primeiro-ano-amazonia-connect/>>. Acesso: 18 nov. 2025.

SOUZA, J. P; NENEVÉ, M. A Expedição Roosevelt-Rondon: A Amazônia Brasileira aos Olhos de um Estrangeiro Norte-Americano. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade**, v. 1, nº 1, 2013.

SPUTNIK BRASIL. **'Extraordinariamente rica': general dos EUA exalta recursos naturais da América Latina**. 22 jul. 2022. Disponível em: <<https://noticiabrasil.net.br/20220722/extraordinariamente-rica-general-dos-eua-exalta-recursos-naturais-da-america-latina-video-23754142.html>> Acesso em: 18 mar. 2025.

SVARTMAN, E. M. Negociando a dependência: relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. **OP SIS**, v. 14, p. 160-184, 2014.

TAFFET, J. F. **Foreign Aid as Foreign Policy: The Alliance for Progress in Latin America**. New York & London: Routledge, 2007.

THE NEW YORK TIMES ARCHIVES. *As Brazil Goes....* **The New York Times**, 10 jul. 1972. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1972/07/10/archives/as-brazil-goes-.html>. Acesso em: 22 jul. 2025.

THE WHITE HOUSE. **Fact sheet: President Biden marks historic climate legacy with trip to Brazil's Amazon rainforest**. Washington, DC, 17 nov. 2024. Disponível em: <https://bidenwhitehouse.archives.gov/briefing-room/statements-releases/2024/11/17/fact-sheet-president-biden-marks-historic-climate-legacy-with-trip-to-brazils-amazon-rainforest/>. Acesso em: 22 out. 2025.

THURLER, E; BASTOS, V; GONÇALVES, A. C; VILLELA, A. B. Fundo Flora traz modelo inovador de financiamento para dar escala à restauração na Amazônia. **WRI Brasil**, 30 out. 2025. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/fundo-flora-traz-modelo-inovador-de-financiamento-para-dar-escala-restauracao-na-amazonia>>. Acesso: 15 nov. 2025.

TONAK, E. A. Capitalismo moribundo e competitivo. In: LÓPEZ, E. (org.). **As veias do Sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório Final**: Comissão de Memória e Verdade. Florianópolis, v. 1, 2018.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. **ForeignAssistance.gov**. Disponível em: <https://foreignassistance.gov/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Amazon Basin Conservation Initiative**: concept paper. Washington, DC: USAID, 2006.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Amazônia Connect**. 2022. Disponível em: <https://www.usaid.gov>>. Acesso em: 19 set. 2024.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Amazônia Connect**. 2024. Disponível em: <https://www.usaid.gov>>. Acesso em: 19 set. 2024.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia**. Relatório Anual 2021. Disponível em: pcbahub.org>.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Parceiros Pela Amazônia (PPA)**. Relatório de Análise de Redes Sociais PPA, 2020.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **United States Welcomes New Investment in Rare Earth Element Production for Serra Verde Project in Brazil**. Office of Spokesperson, 21 out. 2024. Disponível em: <https://2021-2025.state.gov/united-states-welcomes-new-investment-in-rare-earth-element-production-for-serra-verde-project-in-brazil/>>. Acesso: 29 set. 2025.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **U.S. leadership drives global efforts to conserve critical ecosystems and protect carbon sinks: a progress report on the implementation of U.S. efforts under the Plan to Conserve Global Forests: Critical Carbon Sinks.** Washington, D. C., 17 nov. 2022. Disponível em: <https://2021-2025.state.gov/u-s-leadership-advances-global-efforts-to-conserve-critical-ecosystems-and-protect-carbon-sinks-a-progress-report-on-implementing-u-s-efforts-on-the-plan-to-conserve-global-forests-critical-carbon/>>. Acesso: 29 set. 2025.

U.S. EMBASSY IN MALDIVES. **The United States and Partners Mobilize \$517 Million to Support Democratic Openings Around the World.** 25 set. 2024. Disponível em: <https://mv.usembassy.gov/the-united-states-and-partners-mobilize-517-million-to-support-democratic-openings-around-the-world/>>. Acesso: 07 jan. 2026.

U.S. MISSION BRAZIL. **Cooperação Ambiental EUA-Brasil.** 31 ago. 2021. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/cooperacao-ambiental-eua-brasil/>>. Acesso: 06 jun. 2024.

VAN DER PIJL, K. **The making of an Atlantic ruling class.** London: Verso, 1984.

VAN DER PIJL, K. **The Discipline of Western Supremacy: Modes of Foreign Relations and Political Economy.** Londres: Pluto Press, 2014

VASCONCELOS, K. E. L; SCHMALLER, V. P. V; SILVA, M. C. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Revista Katálysis**, v. 16, n. 1, p. 82-90, 2013.

VIDAL, C. F. Hegemony, consensus building, and pedagogical colonisation: new ways of external interference? **Contexto Internacional**, v. 45, n. 1, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/fSdMnZfjWKVCzNvRyb4X8Sp/>> Acesso em: 20 mar. 2025.

VIGEVANI, T.; MARTINS, A. R. A.; MIKLOS, M.; RODRIGUES, P. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 83, p. 111-143, 2011.

VISENTINI, P. F. Revoluções e relações internacionaisw: Contribuições e carências do marxismo. In: BUGIATO, C. (org.). **Marxismo e Relações Internacionais.** Goiânia: Phillos Academy, 2021.

WADE, R.; VENEROSO, F. The Asian Crisis: The High Debt Model Versus the Wall Street–Treasury–IMF Complex. **New Left Review**, n. 228, p. 3-23, 1998.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo.** Tradução Vera Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

WOOD, E. M. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2003.

XAVIER, G. L. O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 2, p. 387-395, 2018.

XU, G. How Woodrow Wilson’s racist policies eroded the Black civil service. **Berkeley Haas**, 2020. Disponível em:

<<https://newsroom.haas.berkeley.edu/research/how-woodrow-wilsons-racist-segregation-order-eroded-the-black-civil-service/>>. Acesso: 29 dez. 2024.